ELIZABETH DOS REIS SANADA

**~~A~~ MULHER E O (NÃO) SABER: UM ESTUDO PSICANALÍTICO
SOBRE OS AVATARES DA SEXUALIDADE FEMININA**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

São Paulo

2006

ELIZABETH DOS REIS SANADA

**~~A~~ MULHER E O (NÃO) SABER: UM ESTUDO PSICANALÍTICO
SOBRE OS AVATARES DA SEXUALIDADE FEMININA**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia da Aprendizagem,
do Desenvolvimento e da Personalidade.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Walkiria Helena Grant

São Paulo

2006

**A MULHER E O (NÃO) SABER: UM ESTUDO PSICANALÍTICO
SOBRE OS AVATARES DA SEXUALIDADE FEMININA**

ELIZABETH DOS REIS SANADA

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Walkiria Helena Grant

Prof. Dr. Alberto Villani

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Loffredo

Prof. Dr. Christian Ingo Lenz Dunker

Prof. Dr. Rinaldo Voltolini

Tese defendida e aprovada em: 31/05/2006.

*Para meus pais e meu irmão,
que me ensinaram o caminho
das letras, do amor e da coragem.*

*E para meu marido, Edson,
e minhas filhas, Sayuri e Satie,
que re-significaram este caminho,
tornando-o ainda mais belo e feliz!*

AGRADECIMENTOS

“Os anos ensinam muitas coisas que os dias desconhecem” (Emerson).

Entre as coisas que aprendi nos últimos anos, talvez a principal diga respeito a reconhecer na expressão dos sentimentos e dificuldades daqueles que me cercam um ato de coragem e um sinal de sabedoria, uma vez que o verdadeiro sábio só se constitui a partir da falta, sendo qualquer discurso desenvolvido no sentido de mostrar-se todo, mero semblante!

Muitas das pessoas aqui mencionadas me auxiliaram neste processo e puderam ter sua passagem em minha vida resignificada a partir desta aprendizagem, donde dedico os meus agradecimentos:

Aos meus pais, por todo o amor, segurança e conhecimento que me transmitem ao longo da minha vida, e ao meu irmão, Alexandre, que, a partir de sua perseverança e ousadia em fazer valer seus ideais e suas escolhas, desperta cada vez mais meu respeito, admiração e orgulho.

Ao meu amado, amante e companheiro Edson, por tudo que me tem feito crescer nestes anos de convivência, e a minhas queridas filhas, Sayuri e Satie, que desde o ventre já participavam deste projeto, suportando pacientemente os períodos de trabalho e de ansiedade da mãe.

À Prof^a. Dr^a. Walkiria Helena Grant, diante de quem as palavras se tornam insuficientes para descrever o afinho com que se dispõe a ensinar e orientar aqueles que dela se aproximam, acolhendo suas dúvidas e mantendo-se sempre aberta à discussão, revelando, além do comprometimento e da seriedade, uma paixão imensa que faz de seu trabalho uma arte.

À Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Machado Kupfer, por ter se constituído desde o primeiro contato numa fonte de inspiração, ao conjugar competência e simplicidade,

qualidades que a traduzem como o mais fiel exemplo de mestre não-toda, e cujo incentivo e confiança me encorajaram a prosseguir meus estudos em psicanálise.

Ao Prof. Dr. Rinaldo Voltolini, pela amizade e pelo exemplo e admiração que desperta, a partir da integridade e rigor com que se posiciona em relação à teoria e à clínica psicanalítica.

Ao Prof. Dr. Christian Ingo Lenz Dunker, pela postura ética com que se apresenta diante da pesquisa, da produção e da transmissão de saber.

Ao Prof. Dr. Alberto Villani, pela doçura e respeito com que se dirige àqueles que o cercam, revelando em sua humildade a sabedoria dos verdadeiros mestres.

À Prof^a. Dr^a. Ana Maria Loffredo, por participar e contribuir com seus conhecimentos na análise de meu material de pesquisa.

A Maria do Carmo De Chiaro de Freitas que, para além da mestre e da psicanalista, soube revelar-se uma amiga, participando, mesmo que algumas vezes à distância, de todos os momentos importantes de minha jornada.

A todos os colegas e amigos que participaram, direta ou indiretamente, da elaboração deste trabalho.

A Maria Cecília Gimenes Soares, por toda a confiança que me depositou desde os primórdios de minha formação, e por compartilhar sua experiência, permitindo a inclusão na pesquisa de parte do material clínico discutido em supervisão.

Às pacientes cuja escuta inspirou este projeto, possibilitando a ampliação do conhecimento teórico-clínico acerca da feminilidade.

E, finalmente, ao CNPq que financiou esta pesquisa.

“Repentinamente a maquiagem derrete, a roupa se rasga, a postura se desfaz na agitação, é a tela da realidade cujo elástico de repente arrebenta fazendo-a enrolar-se, descobrindo um Real: um rosto sem máscara, corpo sem forma, voz sem língua, a imposição do olhar do Outro de repente parece removida, negada, ridicularizada, seu olho vazado. Que quer este Real?

A questão é enigmática para aquela que parece atravessada pela sua articulação como para aquele que tenta fazê-la aceitar seu argumento mestre, sabendo todavia, que ele só vale se ela consentir, ora justamente ela não consente mais.

Que a situação seja de tal forma louca, quer dizer, exponha os parceiros a um mundo bruscamente desprovido de sentido mas aberto ao enigma angustiante de uma significação a encontrar, não nos permite de forma alguma concluir a loucura da mulher: a não ser que qualifiquemos com este termo a verdade de nossa relação original com o Outro, revelada desta forma.”

Charles Melman

SUMÁRIO

RESUMO	x
ABSTRACT	xi
RÉSUMÉ	xii
1. Introdução	1
1.1. Implicações da figura materna sobre a constituição da sexualidade feminina: uma visão freudiana.....	4
1.2. Introdução a uma leitura lacaniana da feminilidade	18
1.3. Método, objetivos e limites de pesquisa	23
2. Saber inconsciente x saber constituído: momentos lógicos no processo de constituição do sujeito	30
2.1. A concepção freudiana acerca da relação entre constituição psíquica e cognitiva	39
2.2. Do desejo de saber à construção de uma demanda de saber	42
3. A histérica e o saber	50
3.1. A histeria como estrutura psíquica, ou da relação da histérica com o saber	56
3.2. A mulher e a histérica	61
3.3. Da histeria ao discurso da histérica	67
3.4. A produção do discurso da histérica no processo analítico, ou da constituição do sujeito suposto saber	70
3.5. O amor como efeito do estabelecimento do sujeito suposto saber	75

4. Loucura x suplência: o que o estudo da psicose pode ensinar sobre a sexualidade feminina	78
4.1. A questão da suplência, ou do sintoma ao <i>sinthome</i>	84
4.2. O amor, a mulher e a escrita	98
5. Algumas considerações sobre Camille Claudel	112
5.1. A artista e sua obra: do amor e da ascensão... ..	115
5.2. ... Ao declínio	117
5.3. A “loucura” na neurose obsessiva: uma leitura possível a partir da clínica lacaniana	124
6. Alice no País das Maravilhas	140
6.1. Sobre a alíngua: um parêntese	156
7. Apresentação e discussão dos casos clínicos	161
7.1. Doralice	162
7.2. Madalena	174
7.3. Maria do Carmo	183
7.4. Análise dos casos	189
8. O momento de concluir: do “ <i>não querer saber nada disso</i> ” a uma escrita possível	198
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	205

RESUMO

SANADA, Elizabeth dos Reis. *A mulher e o (não) saber: um estudo psicanalítico sobre os avatares da sexualidade feminina*. São Paulo, 2005. 214p. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

O presente trabalho busca realizar um estudo psicanalítico sobre os avatares da sexualidade feminina, tendo como ponto central de discussão averiguar os diferentes posicionamentos assumidos pela mulher na tentativa de responder ao mal-estar estrutural que norteia sua constituição, no que tange à falta de um significante capaz de nomeá-la. Assim, em consonância com a estrutura lógica dos três tempos do complexo de Édipo lacaniano, percorreremos o processo de constituição do sujeito feminino, situando-o primeiramente diante da influência do Outro materno, a seguir, em relação ao saber paterno, para finalmente considerá-lo em sua dimensão cultural, relacionado ao conceito de suplência, abarcando, deste modo, o campo dos saberes constituídos, a partir da escrita inominável que se faz apreender por meio da arte, da literatura e da análise. Além disso, apresentaremos como material de pesquisa uma leitura psicanalítica pautada no acompanhamento específico de três casos clínicos de mulheres, com idade entre 20 e 30 anos, cujo objetivo será verificar a existência de uma relação particular com o saber, como uma tentativa de assegurar o lugar ocupado anteriormente junto ao desejo materno. Entretanto, como veremos na conclusão do trabalho, os dados obtidos confirmam apenas em parte esta hipótese, uma vez que, na seqüência da pesquisa, a figura paterna se revelará como fundamental, não só no que se relaciona à questão sexual, mas principalmente, no que diz respeito ao posicionamento do sujeito feminino frente ao saber.

Descritores: Psicanálise, sexualidade, feminilidade.

Desejo, conhecimento, linguagem.

Teoria psicanalítica, escuta psicanalítica.

ABSTRACT

SANADA, Elizabeth dos Reis. *Woman and (un) knowledge. Psychoanalytic study about the avatars in female sexuality*. São Paulo, 2005. 214 p. Thesis (PhD). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo (University of São Paulo, Psychology Institute).

The current paper proposes to carry out an analytical study of avatars in the female sexuality, having for its core discussion point the checking of different positions assumed by women in an attempt to explain the structural distress that guides their constitution in respect to the lack of significance capable of being named by them. Hence, in consonance with the logical structure of the three-staged Lacanian Oedipus complex, we move through the process of the female subject's constitution, placing it firstly before the influence of the maternal Other, then next related to paternal knowledge, to finally consider this process in his cultural dimension, bound by the supplying concept, tin this manner, embracing the field of constituted knowledge, by means of an unnamable script that provides apprehending through art, literature and analysis. Further to that, we will present as research material, a psychoanalytic reading, specifically propped on the assessment of three clinical cases with women aged from 20 to 30. The objective of this reading is to verify a specific relationship with knowledge, as an attempt to ensure a place previously occupied by maternal desire. However, as we shall see at the paper's conclusion, the gleaned data only partially confirms this hypothesis, since the research sequence plays itself out showing that the father figure turns out to be fundamental, not only in that related to the sexual issue, but mainly in that which refers to the female positioning before knowledge.

Descriptives: Psychoanalysis, sexuality, femininity.

Desire, knowledge, language.

Psychoanalytic theory, psychoanalytic listening.

RÉSUMÉ

SANADA, Elizabeth dos Reis. *La femme et le (non) savoir: une étude psychanalytique sur les avatars de la sexualité féminine*. São Paulo, 2005. 214 p. Tese (Doctorat). Institut de Psychologie, Université de São Paulo.

Le présent travail cherche à réaliser une étude psychanalytique sur les avatars de la sexualité féminine, ayant comme point central de discussion la vérification des différents positionnements assumés par la femme pour essayer de répondre au malaise structurel qui oriente sa constitution en ce qui concerne le manque d'un signifiant capable de la nommer. De ce fait, en consonance avec la structure logique des trois temps du complexe d'Oedipe lacanien, nous parcourons le processus de constitution du sujet féminin, en le situant d'abord devant l'influence de l' 'Autre maternel, ensuite, par rapport au savoir paternel, pour finalement le considérer dans sa dimension culturelle, relié au concept de suppléance, en embrassant ainsi le champ des savoirs constitués, à partir de l'écriture innommable qui se laisse capter à travers l'art, la littérature et l'analyse. En plus, nous présenterons comme matériel de recherche une lecture psychanalytique basée sur l'accompagnement spécifique de trois cas cliniques de femmes, âgées entre 20 et 30 ans, dont l'objectif sera de vérifier l'existence d'un rapport particulier avec le savoir, comme un essai d'assurer la place occupée antérieurement auprès du désir maternel. Cependant, comme nous le verrons à la conclusion du travail, les données obtenues confirment seulement en partie cette hypothèse, puisque, à la suite de la recherche, l'image paternelle se montrera fondamentale, non seulement en ce qui concerne la question sexuelle, mais principalement vis-à-vis du positionnement du sujet féminin devant le savoir.

Descripteurs: Psychanalyse, sexualité, fémininité.

Désir, connaissance, langage.

Clinique psychanalytique, écoute psychanalytique.

1. INTRODUÇÃO

“O eu da criança é um objeto metonímico frente ao desejo da mãe. Esta relação ao falo significa que ainda que o pai não tome parte, todavia, do ‘mundo da criança’, há igualmente desde o princípio um terceiro termo entre a criança e a mãe. Neste sentido, por sua condição de terceiro, o que funciona no primeiro tempo do complexo de Édipo como o que se chama o Nome-do-Pai, é o falo”

Jacques Lacan

Esta pesquisa terá como objetivo central realizar um estudo psicanalítico sobre os avatares da sexualidade feminina.

Deste modo, destacamos primeiramente a importância e a especificidade que o termo “*avatar*” agrega ao tema: significado, na língua portuguesa, ao mesmo tempo como o nome dado às encarnações de um deus e também como transformação, metamorfose, e no espanhol, como cada um dos estados ou fases em que se manifesta uma coisa que está mudando ou se desenvolvendo; coloca-se em consonância com os diferentes tempos em que se dá o processo de estruturação do

sujeito feminino, abarcando ainda aquilo que, em seu universo, expõe-se como divino.

Neste sentido, pretendemos verificar de que maneira a mulher se posiciona frente ao mal-estar estrutural que norteia sua constituição, sobretudo no que tange à falta de um significante para nomeá-la, situando nossa investigação em relação ao Édipo lacaniano e buscando apreender as especificidades que se estabelecem em seus três tempos – respectivamente, no nível do desejo materno, da função paterna e da cultura –, a fim de verificar ainda a forma como o saber, inconsciente e constituído, é tomado pelo sujeito feminino nesse circuito.

A hipótese que levantamos se dirige no sentido de considerar que uma saída possível para suportar a falta estrutural que constitui a mulher, viria pela via intelectual, ou seja, ao revestir-se do caráter fálico atribuído ao conhecimento como forma de circunscrever esse real, ou mesmo de negá-lo, apontando respectivamente para uma inserção na ordem do *sinthome* e do sintoma.

Assim, ao longo do primeiro capítulo, empreenderemos um levantamento teórico a partir dos textos freudianos e lacanianos acerca da sexualidade feminina, visando demarcar posicionamento da menina frente ao Outro materno, considerando principalmente as influências advindas da fase pré-edípica, para sua organização psíquica e cognitiva.

Ao final deste capítulo, após abordarmos sucintamente os pontos teóricos que delinearão nossa pesquisa, desenvolveremos algumas questões relativas ao método utilizado para a coleta e discussão dos casos analisados, apresentando uma breve distinção entre o processo de *Entrevistas preliminares* e a entrada em análise propriamente dita, a fim de distinguir os diferentes momentos em que os sujeitos acompanhados na pesquisa se encontravam em relação ao tratamento analítico.

No capítulo seguinte, adentraremos o campo paterno, estabelecendo os limites e alcances no que se relaciona à possibilidade de interseção entre saber inconsciente e saber constituído e verificando de que modo a mulher se coloca diante do saber do pai, como no caso da histérica, e como esse posicionamento se reflete em outros contextos, como na clínica, por meio da discussão acerca do discurso da histérica e do que se coloca como sujeito suposto saber na análise.

Na sequência, consideraremos o sujeito em referência ao terceiro tempo edipiano, visando verificar de que maneira aquilo que conseguiu extrair das experiências vividas com as figuras parentais, até então, pode se reverter numa produção cultural, mesmo que sintomática. Em outras palavras, a questão que se coloca é “*se e como o saber pode produzir conhecimento?*”.

É neste sentido que tomamos a arte – em suas mais variadas formas de expressão – como cerne de nossa discussão, desenvolvendo, neste tocante, conceitos como o de suplência, e apresentando algumas contribuições trazidas pela clínica da psicose ao estudo da sexualidade feminina.

Desta maneira, tomamos esta produção como uma saída possível para a relação da mulher com o inominável da feminilidade, na medida em que se constitua como uma escritura possível para algo que “*não cessa de não se inscrever*”.

Além disso, inserimos neste contexto o amor como mais um modo de buscar representar o irrepresentável da estruturação do sujeito, sendo por essa via que propomos abarcar o tema, contemplando algumas especificidades contidas no posicionamento de cada parceiro na relação amorosa.

Será ainda nesta interface entre escrita, arte, loucura e amor que analisaremos o caso Camille Claudel, defendendo uma leitura de sua história a partir de uma dinâmica referendada na neurose obsessiva; e que teceremos alguns comentários

acerca *Alice no País das Maravilhas*, cuja personagem principal não pára de dar mostras do impossível inerente à linguagem.

Por fim, apresentaremos os casos clínicos acompanhados na pesquisa e procederemos à análise dos dados obtidos para, enfim, concluirmos com a exposição dos resultados a que chegamos após essas leituras, partindo de um “*não querer saber nada disso*” à formulação de uma escrita possível, como paradigma da estrutura em que se desenvolveu à própria tese, por referência ao posicionamento do sujeito frente ao processo de constituição psíquica e de circunscrição do real que o atravessa.

Passemos, portanto, à leitura freudiana e lacaniana acerca da feminilidade e sua relação com o desejo materno.

1.1. Implicações da figura materna sobre a constituição da sexualidade feminina: uma visão freudiana

É partir do texto *A organização genital* infantil, ao reinterpretar as teses formuladas em 1908 acerca das teorias sexuais infantis, que Freud (1923) começa a se deter mais profundamente sobre o que seriam as especificidades da constituição da sexualidade na menina.

Embora neste texto Freud destaque a primazia do falo em relação aos órgãos sexuais para ambos os sexos, ele já admite posicionamentos distintos para o menino e para a menina frente à diferenciação sexual anatômica e à constatação da falta de pênis materna.

Trata-se de uma diferença que pode ser destacada, sobretudo pelo que se coloca como primeiro objeto de amor para cada um e pelo conseqüente rumo dado à conflitiva edípica, a partir dessa escolha.

Para o menino, esse primeiro objeto de amor seria a mãe, assim permanecendo durante o complexo edípico. No caso da menina, a princípio, a situação seria a mesma até sua entrada no Édipo, quando então haveria uma inversão, na qual seus instintos amorosos seriam desviados da figura materna e dirigidos ao pai, devendo a partir daí, tal como é esperado que aconteça com o menino, passar a outra escolha objetal definitiva.

Em suma, vemos duas mudanças operando na constituição sexual da menina. A primeira relativa à zona erógena – que passa do clitóris para a vagina – e a segunda, como já pontuamos relativa ao objeto amoroso, que muda da mãe para o pai. Já quanto ao menino, ambos se mantêm.

Além disso, uma outra distinção se impõe, desta feita com relação ao tempo de entrada e de saída de cada um na conflitiva edipiana, algo que Freud irá descrever, em pormenores, em 1933, ao dizer que para o menino o complexo de Édipo surge como uma evolução própria da fase fálica, sendo posteriormente dissolvido em decorrência da ameaça de castração e, fazendo surgir como seu herdeiro um superego severo.

No que tange à menina, a problemática é praticamente oposta. Nas palavras do autor: “o complexo de castração prepara para o complexo de Édipo, em vez de destruí-lo; a menina é forçada a abandonar a ligação com a mãe através de sua inveja do pênis, e entra na situação edipiana como se esta fora um refúgio” (p. 129).

Deparamo-nos, portanto, com um dos elementos precursores do que indicaremos, posteriormente, como concernente ao enigma do feminino, e que se constitui na dissolução apenas parcial do complexo edípico na mulher e o conseqüente prejuízo que daí advém para a formação do superego, algo que será

ainda explorado sob a pena de Serge André, a partir do trabalho de 1986, intitulado “*O que quer uma mulher?*”.

Desta forma, começa a se desenhar o extenso caminho que aponta para as especificidades da estruturação feminina e a importância que a primeira relação com a figura materna representa para este processo.

No sentido de enveredarmos nos meandros desta relação, retomemos os textos freudianos, nos quais o autor relaciona a importância da mãe a uma problemática de ordem fálica, ou seja, dependente exclusivamente da concepção que a criança tem acerca da distinção sexual anatômica, algo que pode ser exemplificado pelo fato de ser a mãe uma das últimas mulheres a ser reconhecida como destituída de um pênis.

E, veremos ainda que este termo: “*destituída*”, não é empregado aqui em vão, já que na verdade, uma vez constatada a ausência do órgão sexual masculino, a criança se mantém na ilusão de que ele esteve lá, num primeiro momento, sendo-lhe arrebatado num tempo posterior, provavelmente devido a uma grande falta cometida.

Esta questão da dialética fálica, do ter ou não ter o falo, permanece mesmo após a dissolução do complexo de Édipo como pivô de toda articulação da sexualidade, deixando suas marcas principalmente sobre a menina, podendo desembocar numa atitude reivindicatória desta em relação à mãe – dinâmica que Freud discutirá melhor em “*A Sexualidade feminina*”, de 1931 e “*A feminilidade*”, de 1933, mas cujo prenúncio já se encontra descrito em textos como “*A dissolução do complexo de Édipo*”, de 1924.

Neste último, Freud (1924) afirma que, se por um lado, a ausência de um pênis coloca a questão da castração para a menina como um fato consumado, ao

passo que para o menino se apresenta a constante ameaça frente à perda do órgão, por outro, não é sem resistências que a menina se defronta com a falta de um pênis.

Nas palavras do autor:

A renúncia ao pênis não é tolerada pela menina sem alguma tentativa de compensação. Ela desliza – ao longo da linha de uma equação simbólica, poder-se-ia dizer – do pênis para um bebê. Seu complexo de Édipo culmina em um desejo, mantido por muito tempo, de receber do pai um bebê como presente – de dar-lhe um filho (p. 223).

Num trecho seguinte, Freud (1924) coloca que esses “dois desejos – possuir um pênis e um filho – permanecem fortemente catexizados no inconsciente e ajudam a preparar a criatura do sexo feminino para seu papel posterior” (p. 223-4).

Observamos, no entanto, que se o pai aparece como figura central no desejo feminino neste momento de sua constituição, o mesmo não se deu por ocasião do início deste processo, denominado por Freud de fase pré-edípica, o qual será discutido em suas conferências de 1931 e 1933.

Em ambos os textos, a mãe é descrita como o primeiro objeto de amor da menina, e esta primeira relação, como responsável por lançar seus reflexos sobre toda a vida sexual da mulher, sendo que o endereçamento ao pai nada mais seria que o primeiro deslocamento da figura materna, guardando, por isso mesmo, suas características primordiais, o que poderá se estender inclusive para o relacionamento com os parceiros amorosos escolhidos na vida adulta.

Freud complementa a questão dizendo que “durante essa fase, o pai da menina é apenas um rival incômodo (...). Quase tudo o que posteriormente

encontramos em sua relação com o pai, já estava presente em sua vinculação inicial e foi transferido, subsequente para seu pai” (p. 148). E, conclui sua digressão vinculando diretamente a possibilidade de compreensão das mulheres a uma investigação de sua relação com a figura materna durante a fase pré-edípica.

É esta presença marcante da relação da filha com a mãe que faz com que autores como Serge André (1986) questionem a existência de uma metáfora paterna em funcionamento na estrutura feminina, levantando em seu lugar, a hipótese de haver em jogo, na verdade, apenas um deslocamento metonímico associado à figura materna, e não uma nova significação que substitua precisamente uma relação anterior, justificando sua dúvida ao colocar que “tudo se passa na realidade como se, para a menina, o pai nunca substituísse completamente a mãe, como se fosse sempre esta última que continuasse a agir através da figura do primeiro” (p. 179).

Num trecho seguinte, André se preocupa em esclarecer que não se trata no caso da menina de um não assujeitamento ao Nome-do-pai – o que equivaleria a classificar todas as mulheres como psicóticas –, mas marca ao mesmo tempo a impossibilidade da mulher em se inscrever totalmente na ordem fálica, fazendo vislumbrar aquilo que, em termos freudianos, foi denominado como insuficiência do superego feminino e que, futuramente, Lacan (1972-73) descrevera como sendo característico da feminilidade, qual seja, o fato de a mulher ser não toda castrada.

Sendo assim, André complementa: “a filha é *não toda* assujeitada a essa função de metáfora. Para ela, a instância paterna não faz desaparecer, não condena ao esquecimento o primeiro Outro materno. Parece que é antes enquanto sempre suscetível de se reduzir a uma metonímia da mãe que o pai encontra seu lugar no Édipo feminino...” (p. 181).

Ao final do texto “*Uma menina e sua mãe*”, Serge André (1986) resume a relação pré-edípica com a figura materna dizendo que “o destino da menina aparece, assim, como o de uma metáfora impossível ou de uma luta permanente para se elevar do registro metonímico para o da metáfora” (p. 186). Diferencia ainda esta relação primária de uma fusão ou comunhão, ressaltando tratar-se antes “de uma luta ferrenha cujo objetivo, em última instância, é o de determinar quem vai devorar o outro” (p. 186-187).

Trata-se, desta forma, de uma relação marcada pela ambigüidade amor-ódio, ambigüidade esta referida por Freud (1923) nos seguintes termos:

Uma poderosa tendência à agressividade está sempre presente ao lado de um amor intenso, e quanto mais profundamente uma criança ama seu objeto, mais sensível se torna aos desapontamentos e frustrações provenientes desse objeto; e, no final, o amor deve sucumbir à hostilidade acumulada (p. 153).

Deparamo-nos, portanto, com mais uma dificuldade a ser enfrentada pela menina: se, por um lado, para que ela possa se endereçar a um homem, faz-se necessário esta ruptura analisada por Freud com relação à figura materna, por outro, ela deverá identificar-se a esta figura “odiosa” a fim de construir sua feminilidade.

Constitui-se, assim, um processo identificatório em duas vertentes: uma marcada pela fase pré-edípica, na qual a mãe é tomada como primeiro objeto de amor e, outra advinda do complexo de Édipo, onde a mesma mãe será vista como uma rival a ser eliminada para que a menina possa ocupar-lhe o lugar junto ao pai.

Freud descreve ainda que diante desta relação conflitiva e de acordo com o modo pelo qual a menina significa sua castração, restam-lhe três saídas possíveis do

complexo de Édipo: a inibição sexual ou a neurose, o complexo de masculinidade e a feminilidade normal, propriamente dita.

O primeiro caso é caracterizado pelo autor, sobretudo por uma atitude de desvalorização da menina em relação à mãe, à medida que constata sua falta de pênis, o que a leva ainda a relegar sua atividade masturbatória a um plano secundário, já que seu clitóris também perde seu valor diante da impossibilidade de ostentá-lo como objeto fálico na mesma proporção que o pênis ocupa para o menino.

Assim, como consequência última, ocorre a repressão por parte da menina de grande parte de suas inclinações sexuais.

Já o complexo de masculinidade, será definido como um momento no qual a menina se recusa a reconhecer a falta de pênis materna e conseqüentemente sua própria falta, rebelando-se de modo a acentuar sua masculinidade prévia, apegando-se a uma atividade clitoridiana e refugiando-se numa identificação com sua mãe fálica ou com seu pai, permanecendo, desta maneira, vítima da esperança de um dia ainda vir a ter um pênis.

Nas palavras de Serge André (1986):

O complexo de masculinidade da menina se apóia nessa olhadela inicial e se desenvolve segundo duas vertentes, a da esperança e a da denegação: esperança de obter um dia, como recompensa, esse pênis que a faria semelhante aos homens; denegação pela qual se recusa a reconhecer sua falta e se obstina na convicção de que o tem assim mesmo, obrigando-se a se comportar como se fosse um homem (p. 173).

O complexo de masculinidade conserva, deste modo, uma relação intrínseca com a inveja do pênis – emergente do momento em que a menina vê o traço identificatório do sexo do pai. Inveja esta que traz como conseqüências o sentimento

de inferioridade, o modo particular pelo qual se constitui o ciúme feminino, o afrouxamento da ligação da mãe enquanto objeto, além da intensa reação contra a masturbação clitoridiana.

Neste sentido, este complexo surge não só sob as influências e particularidades das vivências pré-edípicas, como ainda se associa à imagem que a menina guardará de seu próprio corpo a partir da relação primordial com a mãe.

Como consequência, o sujeito fixado neste ponto da constituição subjetiva cai vítima de um abismo profundo entre o que se coloca como impotência e impossibilidade. Não sabe, ou *não pode saber*, da não existência da relação sexual e, como tal, acredita estar sempre em defasagem, semelhante à mulher descrita por Freud (1923) em relação à inveja do pênis e ao complexo de inferioridade.

Por fim, somos colocados diante da terceira possibilidade levantada por Freud – uma saída pela feminilidade – que pode ser explicada pela capacidade da mulher em proceder a um deslizamento simbólico, abrindo mão do objeto materno e se dirigindo ao pai, figura a qual endereçará seu desejo por um filho, como representante do estabelecimento de um desejo feminino, por excelência.

Segundo Freud (1933), “sua felicidade é grande se, depois disso, esse desejo de ter um bebê se concretiza na realidade; e muito especialmente assim se dá, se o bebê é um menininho que traz consigo o pênis tão profundamente desejado” (p. 128).

Ora, são conhecidas as objeções à equivalência, traçada por Freud, entre *ser mulher* e *ser mãe*: objeções que se sustentam principalmente se nos ativermos ao trecho seguinte de suas observações, quando o autor nos diz ser muito freqüente, que “em seu quadro combinado de ter ‘um bebê de seu pai’, a ênfase seja colocada no bebê, ficando o pai em segundo plano” (p. 128).

Assim, ao contrário de significar um posicionamento feminino marcado pelo amor por um homem, tratar-se-ia mais uma vez de uma busca pelo falo e, como tal, podendo ser designada como uma tentativa de se colocar sob a inscrição masculina.

Além disso, uma vez que estamos discutindo as implicações do discurso materno no processo de constituição da sexualidade feminina, há que se ressaltar os efeitos que um posicionamento dessa ordem pode acarretar para a subjetividade da filha, na medida em que lhe seja demandado responder como objeto fálico pronto a atender ao desejo da mãe.

É sabido que tais efeitos nocivos não se refletem apenas na menina, mas também sobre o *infans* do sexo oposto, algo que o próprio Freud (1910) descreveu acerca de Leonardo da Vinci, ao dizer que a natureza amorosa da relação mãe-criança é:

Plenamente satisfatória e que não somente gratifica todos os desejos mentais, mas também todas as necessidades físicas; e se isto representa uma das formas possíveis da felicidade humana, em parte será devido à possibilidade que oferece de satisfazer, sem reprovação, desejos impulsivos há muito tempo reprimidos e que podem ser considerados como perversos (p. 106).

Diante disto, só nos cabe acrescentar que ao usufruto desse amor incondicional corresponde um preço – o de responder também incondicionalmente ao desejo materno.

Se no caso de Leonardo da Vinci sua genialidade é concebida por Freud (1910) como uma resposta voltada a sustentar este lugar privilegiado frente ao Outro materno, isto significa que poderíamos dizer o mesmo no caso da relação da mulher

com o saber? Pensamos que sim, sobretudo se este saber/conhecimento se encontrar valorizado falicamente pela figura materna em seu relacionamento com a filha.

Neste sentido, a hipótese de que o conhecimento pudesse desempenhar um papel específico na relação entre mãe e filha, circulando como um objeto de troca e, ao mesmo tempo, adquirindo um estatuto fálico, surgiu pela primeira vez por ocasião dos estudos desenvolvidos durante a pesquisa de mestrado¹, quando se constatou no discurso das mães entrevistadas, primeiramente acerca da gravidez de seus filhos, uma expectativa pela vinda de um menino, o que logo se transformou em frustração, na medida em que descobriram que se tratava de meninas.

Anos mais tarde, aparentemente como uma forma de compensar aquela falta anterior, eis que ocorreu um enaltecimento das qualidades cognitivas das filhas em detrimento de seus atributos femininos, como se o conhecimento assumisse, neste contexto, um caráter masculino que surgiria ainda como uma reivindicação remanescente da conflitiva edípica materna, sendo posteriormente incorporado ao próprio processo de constituição psíquica da filha.

No que se relaciona a esta herança edípica, Lacan a menciona em vários momentos de seu ensino, podendo-se destacar como exemplo, a menção que faz aos estudos de Dolto sobre fobia em 1956-57, associando-a a uma conflitiva da mãe com o próprio pai, e introduzindo o falo como um terceiro elemento presente desde o início na relação mãe-criança.

Deste modo, o estatuto conferido ao conhecimento se encontraria em estreita relação com aquilo que resultaria da constituição do sujeito, e, desta forma, referido ao desejo e à fantasmática parental, bem como ao que se constituiria como saber inconsciente, podendo assumir o status de sintoma.

¹ REIS, E. **Superdotação e psicanálise: uma questão do desejo**. São Paulo. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, 2001.

Assim, somos impelidos a nos deter sobre o que se desenvolve em termos de demanda e desejo nessa época remota da estruturação psíquica, a fim de verificar como o conhecimento pode ser tomado como “moeda de troca” e como o sujeito pode aderir ao chamado materno.

Diante do que, o primeiro fator a ser considerado dirá respeito à posição ocupada pela criança frente à potência adquirida pela mãe, a partir do momento em que esta se constitui como grande Outro primordial, sendo-lhe atribuído o poder de privar o pequeno *infans* do objeto de sua satisfação; e, conseqüentemente, o caráter adquirido pelo objeto neste contexto.

Neste sentido, Lacan (1956-57) coloca que “desde a origem os objetos, como são chamados, dos diferentes períodos, oral e anal, já são considerados como outra coisa além do que são. São objetos que já estão trabalhados pelo significante...” (p. 53) e, desta forma, ele se propõe a discuti-los situando-os em relação à falta, descrita em três níveis distintos: castração, frustração e privação, tal como observamos no quadro a seguir:

AGENTE	FALTA DE OBJETO	OBJETO
Pai real	Castração	imaginário
Mãe simbólica	Frustração	real
Pai imaginário	Privação	simbólico

Deste modo, na proporção em que este objeto pode ser negado pelo Outro, ele se transforma num objeto simbólico, o que Lacan nomeou de dom, transformando

então o que era mera necessidade em demanda, sendo especificamente neste sentido que aprofundaremos nossa discussão.

O dom implica todo o ciclo, onde o sujeito se introduz tão primitivamente quanto possam supor. Só existe dom porque existe uma imensa circulação de dons que recobre todo o conjunto intersubjetivo. O dom surge de um mais-além da relação objetual, já que ele supõe atrás de si toda a ordem da troca em que a criança ingressou, e só pode surgir deste mais-além com o caráter que o constitui como propriamente simbólico (p. 185).

Este objeto transformado em dom tem entrada quando a mãe, até então inscrita na ordem simbólica, como objeto presente-ausente, deixa de responder ao apelo da criança, quando, “de certa forma, só responde a seu critério e torna-se real, isto é, torna-se uma potência” (p. 68-9), produzindo-se uma inversão na posição de objeto.

Assim, se anteriormente se tratava de um objeto da necessidade, transformado em simbólico, desta feita, uma vez que o objeto já se encontra transformado e associado a uma demanda relativa à presença-ausência do outro real que é a mãe, eis que a falta instaurada é de ordem imaginária, caracterizada, em termos lacanianos, como frustração.

Desde então, segundo Lacan (1956-57) “os objetos que a criança quer reter consigo não são mais tanto objetos de satisfação, e sim a marca do valor dessa potência que pode não responder, e que é a potência da mãe” (p. 69).

É neste ponto que poderíamos pensar que o conhecimento possa assumir o lugar de representante fálico, ou seja, que possa se constituir como um produto que, ao ser ofertado à mãe, sirva de garantia para a obtenção do seu amor, do seu

reconhecimento, logicamente, à medida que mãe é capaz de significar à criança o valor desse objeto para ela.

Essa dinâmica se mostra ainda mais evidente quando referida à leitura lacaniana da conflitiva edípica, onde no primeiro tempo do Édipo, esse objeto não é outra coisa que o desejo da mãe, cuja supremacia permitirá à criança colocar-se no lugar correspondente ao falo.

Assim, o objeto do desejo da criança é o desejo da mãe e, na medida em que o desejo da criança se conforma ao objeto, então também o desejo da criança é o desejo da mãe, sendo neste sentido que o desejo está em posição de objeto.

Para Lacan (1956-57), o fato de a criança ser o falo para a mãe é o que “constitui uma discordância imaginária” que produz como fruto da frustração o que ele chamou de “dano imaginário” (p. 56), sendo que essa discordância é apreendida pela constatação de que a criança nunca se reduz perfeitamente ao falo, existindo “sempre para a mãe algo que permanece irreduzível no que está em questão” (p. 71).

Em suma, não é a criança que é amada, mas uma certa imagem materna que a reveste e à qual busca se conformar, consistindo nisto o que subsiste de narcísico na relação.

A este respeito, podemos compreender o que se dá na relação de apego do sujeito com seu sintoma, uma vez que ele é o representante deste primeiro lugar ocupado na fantasia do Outro materno, no qual a criança, ao se identificar à imagem de completude que a mãe lhe dirige ao colocá-la como seu falo imaginário, identifica-se, em última instância, ao protótipo do eu-ideal.

Desta maneira, no decorrer do movimento circular de produção de demanda que se dá nesse contexto, faz-se necessário que o discurso do Pai intervenha no sentido de privar a mãe do objeto de satisfação em que se torna a criança.

Como decorrência desta intervenção vê-se operar uma dupla privação que recairá não só sobre a mãe, mas que deixará seus efeitos também sobre a criança.

Este duplo “*não*” proferido pelo pai introduz a criança no segundo tempo do Édipo e remete à proibição do incesto, no que diz respeito à criança, através da mensagem que diz “*não possuirás tua mãe*” e, no que se refere à mãe, ao proibir que reintegre seu produto.

Na sequência do processo, o pai que antes interveio como proibidor, agora intervirá como o portador do falo, ou seja, como o portador daquele objeto imaginário que à criança falta a ser.

É esta falta a ser na criança que abre caminho para que ela tenha acesso ao *ter*, por via da doação deste objeto imaginário que é o falo, agora referido à categoria da falta que institui o discurso como castração, implicando ainda a noção de dívida simbólica à medida que o sujeito é inserido na lei, sendo neste sentido que a função do Nome-do-Pai intervém, estabelecendo uma relação entre demanda e desejo, e que o falo pode ser nomeado como significante da falta.

Deste modo, o que no primeiro tempo, colocava-se como objeto metonímico do desejo da mãe, imbricado no eixo do deslocamento, agora se põe como substituição, sendo equivalente ao que nomeia a falta.

Além disso, Lacan (1956-57) ressalta que ao mesmo tempo em as experiências pré-edípicas, vividas neste estágio, serviriam de preparação para a conflitiva edipiana, elas só seriam significadas na conclusão do complexo de Édipo, introduzindo desta maneira a noção de *après-coup* em seu ensino, o que posteriormente permitirá discutir a questão feminina não só por referência à figura materna, mas também por referência ao posicionamento paterno.

Por ora, destacaremos o que Lacan (1972-73) definiu como especificidade no processo de estruturação feminina, quanto ao seu lugar no quadro da sexuação e quanto à conseqüente falta de um significante capaz de nomear a mulher, a partir deste posicionamento.

1.2. Introdução a uma leitura lacaniana da feminilidade

Lacan ao longo de seu estudo vai definir a sexualidade em termos de posições – feminina e masculina –, para o que desenvolve as fórmulas da sexuação, as quais dispomos abaixo, restando a todo ser falante ocupar uma dessas duas posições, as quais não se encontram necessariamente vinculadas ao sexo biológico.

Os componentes da fórmula são, nas palavras de Viviani² (1996), “o quantificador existencial $\exists x$ (existe ao menos um), a predicação simbolizada na função proposicional [x = indicador de lugar que substitui o símbolo do sujeito, Φ simbolizando qualquer predicação, e o traço (—) simbolizando a negação]”. E acrescenta, “para a experiência analítica, essa predicação corresponde à castração ou ao que também vai se chamar função fálica, sendo esta a articulação da castração com o corpo, e do desejo com o gozo” (p. 96).

Assim, do lado esquerdo, estrutura-se a posição masculina sendo segundo Lacan (1972-73) pela “função fálica que o homem como todo toma inscrição” (p. 107). Já do lado direito, encontramos a posição feminina, posição que não permitirá nenhuma universalidade, reservando a todo ser falante que nela venha a se inscrever a condição de não-todo.

Vejamos resumidamente, portanto, a leitura dada por Lacan às fórmulas da sexualização e qual sua implicação acerca da constituição do sujeito feminino:

- no quadro superior, à esquerda podemos ler a proposição $\exists x \Phi x$ colocando que existe ao menos um que diz não à castração. Esta exceção nos remete ao trabalho de Freud (1912-13) em “*Totem e tabu*”, ao fazer referência ao pai da horda primitiva, àquele que desfrutava de todas as mulheres do clã, e que por isso é assassinado por seus filhos. É em nome desse pai morto que se transmite a lei, o que se representa pela proposição $\forall x \Phi x$, podendo ser lido como: todos se submetem à função fálica, à inscrição simbólica que marca o ser que se inscreve no conjunto dos homens como todo-castrado.

² Alejandro Luis Viviani, psicanalista residente em São Paulo, que em seu texto *Sobre a sexualidade (masculina)*, faz uma leitura das fórmulas da sexualização segundo Lacan (1972-73) no Seminário XX.

- Do lado feminino, no entanto, ainda no quadro superior, deparamo-nos com uma situação diferente caracterizada pela negação dos quantificadores. Em decorrência desta negação, o que se lê a partir da proposição $\exists x \Phi x$ é: não existe um que diga não à função fálica, indicando que não há existência fora da lei.

Nas palavras de Viviani (1996) “como não há exceção que diga *não* à função fálica, não há limite, conseqüentemente não poderá se constituir um conjunto fechado” (p. 99), sendo esta negação do universal mulher o que permitiu a Lacan (1972-73) dizer que *A mulher não existe*, e que só é possível escrevê-la como não-toda, o que se representa a partir da proposição $\forall x \Phi x$: não-todo diz sim à função fálica.

Desta maneira, Lacan pensará a condição feminina em termos de gozo:

Quando digo que a mulher é não-toda e que é por isso que não posso dizer *a* mulher, é precisamente porque ponho em questão um gozo que, em vista de tudo que serve na função Φx , é da ordem do infinito (p. 140).

Lacan (1972-73) introduz do lado feminino a noção de um gozo suplementar ao gozo fálico, relação esta que poderemos depreender da leitura dos quadros inferiores das fórmulas da sexuação:

- do lado masculino encontramos o $\$$ que mantém relação apenas com o objeto *a* inscrito do outro lado da barra, condição que fará com que o homem se relacione com a mulher somente enquanto objeto causa do desejo, estando

impedido para sempre de gozar desse corpo como um todo. A relação de $\bar{S}$ com a se representará, portanto, pela fórmula da fantasia $(\bar{S} \diamond a)$.

- a mulher por sua vez, poderá desfrutar de um duplo gozo, isto é o que indica a flecha que sai de $\bar{J}a$ (referência no texto francês à $\bar{J}a$ femme) em direção ao falo – no lado masculino – e aquela que se dirige a $S(\bar{A})$, caracterizando um gozo suplementar “além do falo”, um Outro gozo.

Neste sentido, Lacan (1972-73) escreve que “a mulher tem relação com $S(\bar{A})$, e já é nisso que ela se duplica, que ela é não toda, pois por outro lado, ela pode ter relação com Φ ” (p. 110).

Entretanto, é o próprio Lacan quem ressalta, no decorrer do texto, que o fato do A encontrar-se barrado não significa que nada mais dele exista, o que nos remete à discussão anteriormente desenvolvida a partir dos textos freudianos.

Assim, o que resta deste posicionamento seria algo da ordem de um não recalcado, de um não inscrito na ordem fálica, implicando ainda na ausência de um significante capaz de nomear a mulher, colocando-a vítima de um vazio profundo, no lugar do qual se verá erigir objetos cuja função será de tentar escamotear esta falta estrutural.

Nossa aposta inicial é que o conhecimento possa se constituir num desses objetos, ao ser investido falicamente e demandado pelo desejo materno, como uma forma da mãe se ver preenchida pelo êxito da filha.

Trata-se de um investimento cuja resposta poderá assumir uma conotação nociva para o sujeito se representar um sofrimento – como no caso da histérica –, uma tentativa fracassada de negar aquilo que o próprio real do corpo denuncia, a

saber, a falta. Ou, pode ser benéfico, se for uma forma de circunscrever esse buraco, de fazer borda ao seu redor, uma forma de “*escrever o que não cessa de não se inscrever*”, por meio de um engajamento no campo da arte ou da literatura, por exemplo.

Através da leitura lacaniana da feminilidade, torna-se ainda possível voltarmos ao texto de 1933, a fim de compreendermos melhor o que Freud tentou significar ao dizer que: “o desejo que leva a menina a voltar-se para o seu pai é, sem dúvida, originalmente o desejo de possuir o pênis que a mãe lhe recusou e que agora espera obter do seu pai” (p. 124).

A partir do quadro da sexuação, vemos que a posição feminina se caracteriza basicamente por sua capacidade de se dirigir a um Outro inominável, presentificado pelo que há de divino ou de demoníaco no universo feminino, e que possibilita a mulher se satisfazer com um gozo suplementar, ao voltar-se para si mesma ou para o místico, ao mesmo tempo em que pode lançar seu olhar para o campo masculino, à procura do falo.

Deste modo, não é o pai o objeto de amor em si, mas aquilo que ele possa lhe dar. A procura feminina continua na direção de conquistar um objeto que lhe sustente a idéia de possuir um pênis, o que, por extensão, permite que no encontro enganoso com este objeto a relação com o pai possa ser colocada em segundo plano.

Além disso, por meio da disposição dos parceiros no quadro da sexuação, vemos ainda não há encontro possível entre o que se colocaria como sendo o sujeito mulher e o sujeito homem. Ambos se encontram separados por um demarcador lógico representado na máxima lacaniana de que “*não existe relação sexual*”.

Neste sentido, ou o homem sofre um apagamento diante da busca feminina pelo falo, ou, ao contrário, será a mulher quem se fará de objeto de amor, pronto a

responder ao sintoma masculino, anulando-se como sujeito – configuração que merece ser melhor analisada, quando enveredarmos pelo campo das relações amorosas propriamente ditas.

A este respeito, teríamos que considerar ainda o posicionamento específico da histérica frente ao saber e a presença de um embate travado entre ela e a figura do mestre, encarnada neste caso pelo pai, no sentido de expor a inconsistência de seu saber, temática que também teremos oportunidade de acompanhar em detalhes na seqüência do trabalho.

Por ora, descreveremos o que se coloca como metodologia de trabalho.

1.3. Método, objetivos e limites de pesquisa

Uma vez que discutimos o modo pelo qual se constitui o sujeito feminino, segundo uma leitura freudiana e lacaniana, e apontamos para algumas das implicações do posicionamento materno neste processo, podemos situar os pontos que delinearão nossa tese.

Para isto, recolocamos como **problema de pesquisa** a necessidade de realizar um estudo psicanalítico sobre os avatares da sexualidade feminina, propondo como ponto central de discussão averiguar os diferentes posicionamentos assumidos pela mulher na tentativa de responder ao mal-estar estrutural que norteia sua constituição, no que tange à falta de um significante capaz de nomeá-la.

Neste sentido, adotaremos a estrutura dos três tempos do Édipo lacaniano como modelo para abordar os diferentes momentos constitutivos do sujeito feminino, referindo-o respectivamente frente ao desejo materno, ao saber do pai e à cultura.

Deste modo, destacamos como objetivos para o trabalho:

1) Relacionar o que se coloca como especificidade no processo de estruturação do sujeito feminino, considerando-se que haveria uma articulação entre o processo de constituição psíquica da mãe e da filha, tendo como pressuposto que a vivência edípica da primeira, sobretudo, no que se refere ao modo com esta se defrontou com a castração, pode trazer consequências ao desenvolvimento da sexualidade da segunda, fazendo com que esta venha a se posicionar, por exemplo, a partir de um lugar masculino no discurso.

2) Verificar de que forma o saber – inconsciente e constituído – é tomado pela mulher nesse circuito, levantando-se como hipótese que uma saída possível para o mal-estar estrutural advindo da falta de um significante para nomeá-la surgiria pela via intelectual, quando se revestir do caráter fálico atribuído ao conhecimento poderia ser considerado como sinônimo de uma tentativa de circunscrever o real inerente à feminilidade, em consonância com a formulação de um “*sinthome*” ou, ao contrário, como uma tentativa de escamoteá-la numa formação sintomática.

3) Analisar de que maneira a mulher se coloca no que se refere à relação amorosa, observando ainda o modo pelo qual o amor pode ser descrito como um elemento capaz de representar o irrepresentável da estrutura subjetiva, para além da arte e da análise.

Para isto, partiremos de uma leitura teórico-clínica pautada num referencial freudo-lacaniano, tendo como material para nossa análise o estudo específico de três casos de mulheres, com idade entre 20 e trinta anos, nos quais se configura uma

relação particular com o saber, a fim de obtermos dados que possam lançar luz sobre a questão da constituição da sexualidade do sujeito feminino.

Dos casos clínicos estudados, o primeiro a ser descrito se caracterizará por constituir um processo de entrada em análise, o que, em termos psicanalíticos, significa dizer que houve a transformação da queixa em enigma, passando de uma transferência imaginária ao estabelecimento da transferência simbólica.

Ou seja, algo que pressupõe a tomada de um significante, pelo paciente, como representante da figura do analista, favorecendo num segundo tempo a instalação de uma suposição de saber que possibilitará a abertura inconsciente, a partir da formulação de uma questão sobre o próprio sujeito e sua implicação na estruturação de seu sintoma.

Nas palavras de Quinet (1993), trata-se de um processo em que “é preciso que a queixa se transforme em demanda endereçada àquele analista e que o sintoma passe do estatuto de resposta ao estatuto de questão para o sujeito, para que este seja instigado a decifrá-lo” (p. 21).

Em contrapartida a este esquema, teríamos o que se denominou no ensino lacaniano como *Entrevistas preliminares* – período referido anteriormente na clínica freudiana como tratamento de ensaio –, cujo cenário se apresenta não só como o momento no qual o paciente ainda não é capaz de se incluir em sua sintomatologia, responsabilizando-se por seus atos e, sobretudo, por sua fala como sujeito, como guarda ainda uma série de funções de crucial importância para o analista, seja por se caracterizar como um espaço para a formulação da queixa, seja por sua qualidade diagnóstica ou, ainda, por se tratar de um tempo onde se podem operar mudanças no sentido de favorecer o endereçamento transferencial necessário à entrada em análise

e delimitar-se as bases para a direção da cura, à medida que se verifica a que gozo se encontra circunscrito o sintoma.

Deste modo, veremos que, ao contrário do primeiro, o segundo caso por nós analisado se encontrará inserido quase que exclusivamente neste período de entrevistas preliminares, onde, embora a paciente tenha chegado a inscrever seu sintoma na categoria de enigma – o que possibilitou entre outras coisas sua passagem ao divã –, não lhe foi possível suportar se deparar com uma escuta que a impelia a responder do lugar de sujeito, diante de sua demanda por alguém que reproduzisse a fala materna, havendo a interrupção do tratamento, após um período de quatro meses, o que, no entanto, não nos impossibilitou de levantar dados importantes acerca da dinâmica psíquica da paciente.

O terceiro estudo a ser realizado, por sua vez, se pautará em material colhido em supervisão, estando nossa leitura, portanto, baseada no relato da analista responsável por seu acompanhamento.

Em detrimento às limitações que este fator possa acarretar, optamos por reunir as impressões recolhidas e apresentá-las aqui, por se constituírem num importante objeto para a pesquisa, dada a presença de uma dinâmica na qual nos deparamos tanto com as implicações do discurso materno, envolvidas no processo de constituição da sexualidade da filha, quanto com uma demanda claramente formulada no sentido de que esta venha a responder de uma posição específica no que concerne ao saber intelectual.

Já no que se refere especificamente às pacientes de nossa clínica, o método utilizado para coleta e análise de dados estará fundamentado no relato e interpretação de trechos do discurso dessas mulheres, cuja escuta será baseada nos preceitos psicanalíticos, segundo os quais “todo fenômeno analítico, todo fenômeno que

participa do campo analítico, da descoberta analítica, daquilo com que lidamos no sintoma e na neurose, é estruturado como linguagem”, conservando sempre, segundo Lacan (1955-56), “a duplicidade do significante e do significado” (p. 192).

Sendo assim, faz-se jus às palavras proferidas pelo autor em 1953, acerca do método em psicanálise, ao dizer que “seus meios são os da fala, na medida em que ela confere um sentido às funções do indivíduo; seu campo é o do discurso concreto, como campo da realidade transindividual do sujeito; suas operações são as da história, no que ela constitui a emergência da verdade no real” (p. 259).

Coloca-se em jogo, desta forma, algo que é próprio da estruturação do sujeito, uma vez que se constitui como ser falante por meio da incidência do significante sobre o real do corpo, e que diz respeito à propriedade do semi-dizer, revelando um saber e uma verdade que só pode ser lida pela psicanálise como não-toda. E, neste sentido, não importando se o paciente passou das entrevistas preliminares à entrada em análise, propriamente dita, ou vice-versa, já que tanto um processo quanto o outro se encontram sustentados sobre a associação livre, e, portanto guardando a mesma estrutura discursiva, no que diz respeito à prevalência da palavra.

A isto se acrescenta a importância da função do analista que, nas palavras de Lacan (1953), seria:

Ouvir a que ‘parte’ desse discurso é confiado o termo significativo, sendo assim que ele opera, no melhor dos casos: tomando o relato de uma história cotidiana por um apólogo que a bom entendedor dirige suas meias-palavras, uma longa prosopopéia por uma interjeição direta, ou, ao contrário, um simples lapso por uma declaração muito complexa, ou até o suspiro de um silêncio por todo o desenvolvimento lírico que ele vem suprir (p. 253).

Insere-se, desta forma, neste paradigma, uma Outra realidade, uma Outra cena, diferente daquela proferida pelas ciências naturais passível de observação direta por parte do pesquisador, o que o leva na maioria das vezes a excluir a história do sujeito e a tomá-lo como objeto.

Aqui, o sujeito assume um posicionamento específico. Ainda que o psicanalista participe deste campo – seja com suas pontuações seja com seus silêncios –, a verdade do sujeito antes excluída pela ciência, não só é priorizada na escuta analítica como se constitui naquilo que lhe dá sustentação e sentido.

Dito nas palavras de Lacan (1953), “não se trata, na anamnese psicanalítica, de realidade, mas de verdade, porque o efeito de uma fala plena é reordenar as contingências passadas dando-lhes o sentido das necessidades por vir, tais como as constitui a escassa liberdade pela qual o sujeito as faz presentes” (p. 253).

É assim que, antes de escutar o sujeito tentando extrair de sua fala proposições universais, o analista estará interessado, sobremaneira, em verificar o que de específico naquela dinâmica se apresenta e, desse material levantar instrumentos que o auxiliem não só na escuta de outros casos, como, sobretudo, na direção a ser dada no tratamento daquele paciente mesmo de onde se retiram tais dados.

Neste sentido, podemos resumir a questão, citando Lacan (1953) ao dizer que:

“No discurso sustentado por um sujeito, há algo que ultrapassa seu querer. O paradoxo, o imprevisto, o acidente produzem significantes que se engatam e geram efeitos de sentido. É aí que fica em jogo uma verdade num nível diferente do eu do sujeito. Há alguma coisa que funciona no inconsciente mais além do par formado pelo eu e o outro, trata-se de uma entidade estrutural”.

Deste modo, passemos ao capítulo seguinte, aonde buscaremos apreender os alcances dessa entidade por meio da análise e discussão dos diferentes momentos lógicos constitutivos do processo de estruturação do sujeito.

2. SABER INCONSCIENTE X SABER CONSTITUÍDO: MOMENTOS LÓGICOS NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

“O fundamental para Lacan é demonstrar os efeitos que a incidência da linguagem produz, e que comporta a impossibilidade do sexo como real, como condição lógica. Há aí uma verdade, o saber deverá ter a função dessa verdade, marcando, a correspondência entre o sujeito e o sexo através de uma escrita”.

Mariscal

Antes que possamos adentrar as questões concernentes à função paterna na estruturação do sujeito feminino, coloca-se a necessidade de procedermos à distinção entre saber como lugar no processo discursivo e, portanto, relativo ao Nome-do-Pai – e, como tal, definido como saber inconsciente –, e saber como objeto fálico, supervalorizado pelo desejo materno como tamponador da falta, que se conforma aos moldes do saber constituído, também designado como conhecimento, produzido e absorvido pela cultura.

Portanto, com o propósito de construir o caminho que, ao mesmo tempo, une e separa saber inconsciente de saber constituído, optamos por realizar uma breve exposição do processo de constituição do sujeito, tentando associar cada um de seus tempos lógicos ao esquema proposto por Dunker (2004)³, visando abordar o saber em suas diferentes dimensões: como meio de gozo, alienação, separação e laço social, compreendendo, respectivamente, a entrada do sujeito na linguagem, na fala, na escrita do gozo e no discurso.

Deste modo, somos referidos a um tempo mítico, referente à fase pré-edípica do processo de estruturação psíquica, a fim de verificarmos como se dá a entrada do sujeito no campo da linguagem.

Calligaris (1986) aborda essa questão apontando para a existência, neste momento, de uma heterogeneidade entre o que ele demarcou como sendo o campo do Outro e o campo do sujeito, circunscrevendo uma problemática à qual o conceito de estrutura vem a responder – por meio da construção do fantasma, no que concerne ao seu eixo imaginário, e do sintoma, no que se refere à dimensão simbólica.

No que tange ao Outro, estaríamos frente ao campo da linguagem, do qual se pode dizer que “*Isso fala*”, condição que, por si só, traz como consequência a suposição de um saber que se representa na hipótese de que “*Isso deseja*”, o que não implica ainda na existência de um objeto como alvo desse desejo, já que para haver objeto, faz-se necessário que antes o desejo se transforme em demanda.

Por ora, pode-se inserir neste contexto a noção de saber como meio de gozo, à medida que ele se introduz como substrato da incidência do significante, produzindo um ponto de perda, configuração que designará, em termos lacanianos, o

³ Dunker, C.I. L. Esquema apresentado na ocasião do Exame de Qualificação. Universidade de São Paulo. São Paulo, Agosto/2004.

próprio aparelho da linguagem com o qual o ser humano deve se *emparelhar*, se *apalavrar*.

A esse respeito, Lacan (1969-70) define bem o que é característico desse esquema psíquico, anterior à entrada do sujeito na fala, segundo ele: “isto pouco tem a ver com a fala do ser falante, com sua palavra. Isto tem a ver com a estrutura, que se aparelha” (p. 48).

Portanto, o que se encontra colocado frente ao Outro é um sujeito ainda não constituído, puro corpo, objeto *a*, podendo-se designá-lo como nada, sendo necessário que formule uma questão sobre o desejo do Outro, a fim de que possa aceder à ordem significante.

É neste momento lógico estrutural – situado por Lacan em diversos momentos de sua obra –, que se pode dizer que há um significante (S_1) que produz sujeito (S) para outro significante (S_2), o primeiro existindo somente por um efeito retroativo deste último.

Neste sentido, pode-se falar desse primeiro significante, desse S_1 , como aquele que se constituirá como traço unário, tendo seu significado pautado no desejo materno, e encontrando-se metaforizado pelo Nome-do-Pai – S_1 em torno do qual o sujeito articulará a cadeia significante –, sendo marcado por ele como sujeito dividido.

Lacan circunscreve em torno dessa origem do traço unário tudo o que à psicanálise interessa como saber, retomando esse momento para descrever o que se estabelece na relação entre saber, repetição e gozo, dizendo que é a partir do surgimento desse primeiro significante, capaz de representar o sujeito para outro significante, que “partimos para dar sentido a essa repetição inaugural, na medida em que ela é repetição que visa o gozo” (p. 45).

Lacan (1969-70) define esse gozo como proibido, remetendo-nos à dimensão do *Mehrlust*, do mais-de-gozar, que se institui a partir de uma perda de gozo e de um trabalho entrópico do saber a fim de compensar a perda, algo a que nos reportaremos novamente ao falarmos de desejo de saber.

Por enquanto, voltemos ao texto de Calligaris (1986), no qual ele nos diz que se há desejo, deve haver lugar de saber, um lugar onde estão depositados os significantes, razão pela qual se diz que o saber é o Outro, um saber que não é enunciável, mas que pelo simples fato de existir a linguagem, pode-se supor, sendo este o saber que poderíamos situar como meio de gozo, à medida que se mantém em relação com aquilo que Lacan designou, há pouco, como repetição.

Ademais, é preciso ainda que esse Outro se constitua no lugar da fala que, ao ser enunciada pela primeira vez, venha a legiferar, conferindo ao outro real, segundo Quinet (1998), sua obscura autoridade e provocando o fantasma (*fantôme*) da onipotência do Outro em que se instala a demanda do sujeito.

Ou seja, forma-se uma estrutura mínima da linguagem que faz com que o sujeito seja levado a conceber a existência de um saber sobre o desejo que surgiu no campo do Outro, algo que se constitui numa primeira metáfora, a partir da qual aquele *a*, que era puro corpo, que era nada, passa a ter uma significação mínima em relação a esse saber, permitindo uma ligação entre o campo do Outro e o real do corpo, capaz de introduzi-lo no campo da linguagem.

De qualquer forma, trata-se de um desejo que é indeterminado, sendo esta propriedade o que irá definir a significação do sujeito também como indeterminada, tal como podemos acompanhar, a seguir, no esquema descrito por Calligaris (1986, p. 25).

Esta passagem corresponde ao efeito afânise, descrito por Lacan em 1964, e que se refere ao momento da alienação significante, momento da carência do sujeito, no qual este aparece apagado sob o significante S_2 , circunscrevendo uma segunda categoria de saber, agora como alienação.

Desta forma, o sujeito que resulta dessa primeira metáfora – produto desse processo de recalçamento originário –, embora se encontre referido ao campo da linguagem, ainda não se constitui como um sujeito desejante. Encontra-se enlaçado à demanda absoluta e indeterminada do Outro materno.

Esta demanda imaginária surge a partir do próprio efeito advindo da operação de recalçamento, e frente a qual o sujeito também se coloca como objeto imaginário indeterminado, cuja significação é simbólica, instaurando-se novo efeito de homogeneização.

Segundo Calligaris (1986), a significação indeterminada no simbólico e a posição objetual indeterminada no imaginário são posições complementares, responsáveis, respectivamente pela origem do sintoma, no que concerne à significação, e do fantasma, no que diz respeito ao objeto.

Ainda poderíamos situar este momento em relação ao primeiro tempo do Édipo lacaniano, remetendo-nos à dialética do dom, por meio da qual a necessidade é transformada em demanda, instaurando-se um primeiro campo discursivo e, conseqüentemente, a primeira marca da falta sobre o sujeito.

Trata-se de um tempo em que a criança se configura como objeto metonímico do desejo da mãe, numa relação de alienação, na qual, embora a figura paterna ainda não intervenha ativamente, esse terceiro elemento representado na figura do falo se encontra presente desde o princípio, funcionando como o Nome-do-Pai, o que permite ao sujeito se reconhecer como não todo, como barrado e, assim, expor sua carência o que, no entanto, não significa condição suficiente para que ocorra a separação.

Para que se dê a transposição da alienação à separação, faz-se necessário que se produza o recobrimento de duas carências – a do sujeito e a do Outro – sendo esta a saída neurótica ideal.

Dito de outro modo, para que o sujeito venha a sair da posição objetual, é preciso responder à questão: “*O que isso quer de mim?*”, sendo necessário circunscrever a demanda do Outro.

Há que entrar em cena, portanto, uma segunda operação de recalque, uma nova metáfora, por meio da qual um terceiro se interponha na relação dual mãe-criança, sendo capaz de delimitar a demanda indeterminada do Outro – alguém

suposto saber sobre o desejo da mãe, permitindo ao sujeito se ver livre de sua condição alienante e se constituir efetivamente como sujeito do desejo.

Lado do Outro				Lado do Sujeito	
D			◇	<i>a</i>	
indeterminada				objeto indeterminado	
DEFESA					
Saber	<u>S₂</u>	<u>D = S₂</u>	•	<u>1</u>	
determinado	D	a		s (significação fálica)	
suposto					
ao Pai		D	◇	<i>a</i>	
		determinada		determinado	

Deparamo-nos, assim, com o recalque secundário, no qual o pai surgirá como interditor, veiculado pelo desejo materno, a fim de lhe instituir limites, que permitirão ao sujeito reconhecer sua própria falta, a partir da constatação da incompletude do Outro.

Seguindo a linha de raciocínio que acompanha a evolução do Édipo lacaniano, poderíamos marcar este como um intermediário entre o seu segundo e terceiro tempo.

Na passagem do primeiro ao segundo tempo edípico, constatamos que a criança, até então colocada como objeto do desejo materno, via-se vítima da intervenção do pai sobre sua relação com a mãe, o qual era incumbido de proceder a uma dupla privação, proferindo um “*não*” que negasse ao mesmo tempo uma satisfação da criança e uma satisfação da mãe.

Agora, à medida que a mãe passa a se mostrar desejante de outros objetos que não o filho, revela-se faltante, expondo sua castração, o que leva a criança a perceber que deixou de ser o falo, passando a atribuir essa condição ao pai, que é visto como objeto do desejo materno e responsável pela proibição do incesto.

Como decorrência dessa operação, instaura-se a frustração: falta imaginária, assim definida por Lacan (1956-57), uma vez que não se trata mais da privação de um objeto da necessidade, como no primeiro tempo, mas de uma demanda relativa à presença-ausência do outro real que a mãe encarna nesse momento.

É, portanto, por meio da intervenção da metáfora paterna que o sujeito poderá apreender a falta do Outro e, assim, sua própria falta.

Segundo Lacan (1958), será ao introduzir sua questão – acerca da origem dos bebês, por exemplo –, que o sujeito atacará a cadeia significante do Outro, no seu ponto mais débil, o do intervalo entre os significantes de sua demanda, entre S_1 e S_2 , ali onde se esconde sua falta, encontrando-se, deste modo, com o desejo do Outro.

Em suma, encontrar este desejo no Outro e se colocar nesse lugar, como falo imaginário ($- \phi$), é condição para que se produza a separação, sendo neste momento que se passa do *efeito afânise* – efeito da alienação significante –, para a *função afânise*, quando o sujeito se faz objeto da falta do Outro e se libera do peso afanísico do S_2 , excluindo-se da cadeia significante e entrando como objeto a .

Trata-se de um momento que circunscreve o saber como separação e marca a entrada do sujeito na escrita do gozo.

Como finalização deste processo, temos a conclusão do terceiro tempo edípico, no qual o pai deixa de ser o falo, passando a figurar como o detentor do que à criança falta a ser.

Segundo Lacan (1956-57), o que se instala neste nível em termos de categoria da falta, em relação ao falo imaginário, é o discurso como castração, sendo esta hiância que permite ao sujeito passar do ser ao ter, por via da doação deste objeto imaginário que, a partir de então, encontra-se circulando na cultura, possibilitando que se comece a falar de desejo.

Neste sentido, ao término dessa operação, defrontamo-nos com algo que anuncia a passagem ao que poderíamos denominar de um quarto tempo na estruturação psíquica do sujeito, ao instaurar o Outro como impessoal, inaugurando a entrada do sujeito no discurso e circunscrevendo o saber como laço social.

Desta forma, por meio dessa breve descrição do processo de estruturação psíquica, definimos os eixos delimitadores do desenvolvimento de nossa tese, mantendo como vetor principal a estrutura lógica do complexo de Édipo lacaniano, marcado no primeiro tempo por uma prevalência do desejo materno e de uma posição objetual por parte do sujeito; no segundo tempo, pela entrada do pai como figura fálica, agente da privação da mãe e da criança, sendo responsável pela interdição do incesto e instauração da Lei da castração; e, no terceiro tempo, pela consagração do falo como objeto simbólico, circulante na cultura.

Em consonância com esses três tempos, situamos o processo de estruturação do sujeito feminino, primeiramente diante da influência do Outro materno, a partir de então, prosseguindo no sentido de situá-lo em relação ao saber paterno, para finalmente considerá-lo em sua dimensão cultural, relacionado ao conceito de suplência, abarcando, deste modo, o campo dos saberes constituídos, sobretudo a partir da escrita inominável que se faz apreender por meio da arte – em suas mais variadas formas de expressão – e da análise.

Na seqüência, daremos continuidade à nossa exposição, seguindo a trajetória construída na tentativa de estabelecer os limites entre saber e conhecimento, ao longo da obra freudiana.

2.1. A concepção freudiana acerca da relação entre constituição psíquica e cognitiva

Iniciemos, pois, retomando em nossa introdução o cerne da relação entre saber e verdade descrito por Freud através de textos como “*O esclarecimento sexual da criança*”, de 1907 e “*As teorias sexuais infantis*”, de 1908, nos quais destaca a incidência significativa, a primazia do falo e a impossibilidade de ascender ao gozo, como elementos fundamentais não só para o processo de diferenciação sexual anatômica como ainda para a entrada da criança no campo intelectual.

No que tange ao significativo, Freud (1908) marca sua influência ao verificar que a capacidade do sujeito de constatar a diferença sexual não estava associada à observação direta da anatomia, mas que dependia de uma operação lógica, fator que o leva a distinguir o que constitui o campo biológico e psíquico no que concerne à sexualidade, desvinculando-a de uma categoria meramente desenvolvimentista, e admitindo sua influência decisiva – sobretudo no que corresponde às teorias sexuais infantis –, para a formação dos sintomas.

Conseqüentemente, vê-se instalar, neste contexto, a primazia do falo que vem retirar o olhar das questões anatômicas e inserir uma outra dimensão na constituição do sujeito, uma dimensão que leva em conta os desvios próprios da pulsão e a falta como constitutiva do sujeito do inconsciente ($\$$).

A partir dessa descoberta, Freud se debruçará sobre as investigações sexuais infantis, descrevendo o caminho percorrido pela criança desde o momento em que se depara com o enigma da origem dos bebês, até o momento em que se vê confrontada como sujeito ao desejo do Outro parental.

Trata-se de um outro modo de circunscrever o processo de estruturação psíquico, descrito anteriormente, no qual o sujeito passa de um estágio de puro narcisismo dual, de completa alienação ao Outro materno, para outro caracterizado pelo complexo de Édipo, o que institui uma relação triádica, introduzindo-se a atuação de um terceiro elemento interditor da mônada mãe-criança, possibilitando, assim, a instauração do desejo.

Neste contexto, o desinvestimento articulado pelo sujeito em relação à investigação sexual, ao declínio da conflitiva edípica, por meio do efeito da sublimação, e seu conseqüente investimento na pesquisa e produção de objetos valorizados culturalmente, poderiam ser lidos como frutos de uma etapa equivalente à entrada no discurso e ao estabelecimento do saber como laço social, ou seja, do saber como conhecimento.

Desta forma, para Freud (1908), a base da formulação das teorias sexuais infantis se fundamenta sobre a constatação da falta de pênis da mãe, cujo processo se desdobra na articulação do desejo de saber, por parte da criança, acerca do que se coloca como o gozo sexual do Outro, o que se representará por uma série de perguntas endereçadas ao adulto, perguntas estas que refletem que o sujeito barrou, de alguma forma, o lugar do Outro até então absoluto, marcando-se, assim, a origem do inconsciente como um saber barrado.

Por conseguinte, esse endereçamento coloca o adulto frente a sua própria falta a ser, diante de sua própria divisão em relação ao saber, motivo pelo qual as

respostas obtidas pelas crianças para as suas perguntas resultam falhas: ora evasivas, ora repressivas, ou ainda mitológicas, gerando decepção e fazendo com que prossigam cada vez mais em sua investigação, só que desta vez de modo velado.

Freud coloca que, a partir dessa “primeira decepção, as crianças começam a desconfiar dos adultos e a suspeitar que estes lhe escondem algo proibido, passando como resultado a manter em segredo suas investigações posteriores” (p. 217).

No entanto, quanto mais a criança persiste nesta busca, mais se defronta com a impossibilidade de acesso ao saber e ao gozo sexuais, produzindo-se, a cada tentativa de fechamento, um furo de saber.

Freud enfatiza ainda a importância que essa primeira decepção com os adultos desempenha para o processo de constituição cognitiva do sujeito, destacando que “essas hesitações e dúvidas – vivenciadas pelo sujeito em suas investigações –, tornam-se o protótipo de todo trabalho intelectual posterior aplicado à solução de problemas, tendo esse primeiro fracasso um efeito cerceante sobre todo o futuro da criança” (p. 222).

Neste sentido, prosseguimos em nossa análise rumo ao estabelecimento do elo que ligará desejo de saber à autonomia intelectual, remetendo-nos a um trabalho anterior de Freud (1907), intitulado “*O esclarecimento sexual da criança*”, no qual ele marca pela primeira vez uma relação intrínseca entre saber e conhecimento.

Neste texto, Freud mantém as discussões acerca dos efeitos que esse furo no saber pode produzir sobre o sujeito, introduzindo a questão da verdade, que se coloca como resultado da instauração de um saber não-todo.

Deste modo, a formulação das teorias sexuais infantis – constituídas basicamente pela crença na indiferenciação sexual anatômica, que traz como consequência a atribuição de pênis tanto para homens como para mulheres; pela

teoria cloacal, a partir da qual os bebês seriam expelidos como excremento numa evacuação; e, ainda, pela crença da concepção sádica do coito –, consistiriam numa primeira tentativa de autonomia intelectual.

Para Freud (1908), embora essas teorias sejam falsas, cada uma delas contém um fragmento de verdade, donde se supõe que é dessa articulação entre um saber não-todo com uma verdade – verdade da impossibilidade, do impossível do sexo e, portanto, meia verdade –, que se faz possível que o sujeito prossiga em sua busca de saber e que daí possa, inclusive, vir a produzir conhecimento.

Assim, ao se deparar com a impossibilidade de um saber que viria a conjugar o sujeito com seu ser sexuado, a criança, mesmo se mantendo na expectativa de um dia obtê-lo, sofre agora os efeitos da ação sublimatória, que substitui o objetivo imediato da pulsão por outros desprovidos de caráter sexual, o que faz com que suas investigações, a partir de então, estejam voltadas para objetos aceitos socialmente.

Como decorrência desse processo, a atividade intelectual da criança, segundo Freud (1908), não se limitará somente a corresponder ao desejo do Outro, à imagem esperada pelas figuras parentais, mas, sobretudo, encontrar-se-á a serviço daquilo que denominou como “*desejo de saber*”.

2.2. Do desejo de saber à construção de uma demanda de saber

Faz-se importante, no entanto, que nos detenhamos um pouco mais neste ponto demarcado acima, por Freud (1908), a fim de retomarmos a constatação deste impossível do sexo, por parte da criança, para ressaltarmos o que a teoria lacaniana especifica ao dizer que “*não há desejo de saber*”.

É já a partir do seminário *O avesso da Psicanálise* que Lacan (1969-70) começa a distinguir o saber como aparato da estrutura da linguagem de saber no sentido pedagógico, traçando as primeiras restrições em relação ao emprego do termo desejo de saber.

É nas entrelinhas de seu ensino que podemos apreender essa diferença, uma vez que Lacan aplica o termo saber, indistintamente, em vários momentos de sua obra, dirigindo-se ora ao campo inconsciente, ou da linguagem, ora ao campo dos saberes constituídos.

Na aula referente à “*Produção dos quatro discursos*”, Lacan (1969-70) nos diz literalmente que “o desejo de saber não tem qualquer relação com o saber” (p. 21). E, acrescenta: “a menos, é claro que nos contentemos com a mera lúbrica da transgressão” (p. 21) – sendo esta menção a um mecanismo transgressivo, o que nos permite supor, neste caso, o saber em seu sentido estrutural.

Entretanto, nossa suposição logo se vê abalada por um trecho seguinte no qual Lacan dá a entender que se refere também ao âmbito pedagógico, ao colocar que os efeitos dessa “distinção radical, tem suas conseqüências últimas do ponto de vista da pedagogia – o que conduz ao saber não é o desejo de saber. O que conduz ao saber é o discurso da histérica” (p. 21).

No decorrer de sua fala, aos poucos, Lacan vai distinguindo essa linha tênue que separa as duas dimensões de saber, de modo que se pode apreender, em alguns momentos, que haveria uma espécie de extensão, de continuidade entre um termo e outro, que permitiria entrever o conhecimento como um produto possível da engrenagem inconsciente.

Embora, ele comece afirmando que “não há nada em comum entre o sujeito do conhecimento e o sujeito do significante” (p. 45) – demarcando a relação entre

saber e gozo como concernente à estrutura da linguagem –, ao nos remeter à noção de mais-de-gozar, concebida como produto de um trabalho entrópico do saber, na tentativa de compensar uma perda de gozo, Lacan (1969-70) abre caminho para que se possa tomar o conhecimento como um dos objetos produzidos por esse trabalho.

Neste sentido, ele descreve que é por meio do mais-de-gozar que podemos distinguir o que se dá no nível “dos saberes harmonizantes que ligam o *Umwelt* ao *Innenvelt*” (p. 48), ou seja, o mundo externo ao interno.

Na seqüência de seu pronunciamento, acentua-se ainda mais o caráter tamponador que esse conhecimento viria a assumir, a partir do momento em que Lacan circunscreve neste processo “o oco, a hiância, que de saída um certo número de objetos vem certamente preencher, objetos que são, de algum modo, pré-adaptados, feitos para servir de tampão” (p. 48).

Assim, se considerarmos o conhecimento em sua acepção mais moderna, como mais um produto da ciência veiculado por todos os meios de acesso ao sujeito, como uma das fórmulas para se obter sucesso e poder – cuja significação oculta reside na promessa de reencontro com o objeto perdido – diríamos que esta descrição bem se adequa à definição de objeto proposta por Lacan.

Se analisarmos a questão pela perspectiva discursiva, vemos que a ciência vem pôr fim a qualquer ponto de consonância entre subjetividade e cognição, tornando-se possível considerar a existência de tal interseção apenas por meio de uma leitura psicanalítica, a partir da qual se pode resgatar um elo entre a ação do sujeito e o objetivo último da mesma, permitindo apreender o retorno de um mecanismo inconsciente inscrito na busca incessante, ainda que velada, do sujeito em voltar a um momento mítico de sua constituição psíquica.

Na falta desse olhar mais apurado, o que se pode concluir é que a maneira como as questões referentes à cognição têm sido abordadas na contemporaneidade, realmente não deixa margem para que se possa apreender o que se passa sob o império, sob a prevalência do Eu. Tomado em seu sentido estrito, tratar-se-ia mesmo de um *upokeimenon*, muito diferente do sujeito dividido da psicanálise.

Desta forma, deixamos essa abordagem mais crítica e política, articulada no seminário XVII, para nos voltarmos a uma leitura mais clínica, sobretudo acerca do desejo de saber – tema central de nossa discussão –, o qual é novamente retomado em 1972-73, no seminário “*Mais, ainda*”, quando Lacan é enfático ao dizer da inexistência desse desejo, recorrendo, para isto, mais uma vez a uma oposição entre o discurso científico e psicanalítico:

... *O inconsciente, não é que o ser pense*, como o implica, no entanto, o que dele se diz na ciência tradicional – *o inconsciente, é que o ser, falando, goze e*, acrescento, *não queira saber de mais nada*. Acrescento que isto quer dizer – *não saber de coisa alguma*. (...) *Não há desejo de saber*, esse famoso *Wissentrieb* que Freud aponta em algum lugar (p. 143).

Esta mesma afirmação lacaniana encontra suporte também no texto de Masotta (1986)⁴ que, no entanto, intervém no sentido de resguardar a construção freudiana acerca das teorias sexuais infantis, dizendo que não haveria coincidência entre o saber, em seu sentido estrito, relacionado, portanto, a questões como castração, desejo inconsciente e/ou diferença dos sexos, e o que Freud (1908) propõe

⁴ Esse autor também é referido por Kupfer, M. C. M. em sua tese “Desejo de saber” op. cit., a fim de discutir a mesma questão, donde retiramos a referência para basear nossa discussão.

a respeito da investigação sexual infantil, dirigida a perguntas objetivas sobre procriação, anatomia, relação sexual, entre outras.

Essa distinção nos leva a supor que se as teorias sexuais infantis podem se sustentar, nos termos propostos por Freud (1908), é por estarem em consonância com algo que denominaríamos como um segundo tempo na estruturação do sujeito, um tempo no qual ele já tivesse se deparado com sua carência de saber em relação ao sexo, e, por isso mesmo, nada mais quisesse saber sobre este furo, sobre este buraco impreenchível, sobre a labilidade e inacessibilidade próprias do objeto da pulsão.

Nas palavras de Masotta (1986), “a criança que é um investigador incansável de coisas sexuais, nada quer saber sobre aquilo mesmo que motiva sua investigação: a diferença dos sexos” (p. 89), sob o risco de descobrir que esse objeto é inalcançável.

Neste sentido, reportamo-nos à tese de Kupfer (1990) que se debruça sobre os textos freudianos, apontando para a noção de objeto perdido, neles contida, e marcando o que se coloca como sendo um furo do conhecimento em relação ao saber, diante do que as investigações sexuais infantis se encontrariam fadadas ao fracasso, uma vez que o objeto procurado jamais seria encontrado. E ainda que o fosse, isto se daria, segundo Kupfer, “de modo insatisfatório, incompleto, uma vez que algo sempre estaria sendo ocultado, mascarado, em benefício do próprio desejo do sujeito de não saber” (p. 91).

Deste modo, o que se verifica nos textos freudianos, segundo a autora, é a presença de um choque entre o desejo da criança e o desejo do Outro simbólico, representado pelos pais reais.

Trata-se de um choque ao qual já fazíamos menção, de outra maneira, ao descrevermos o fracasso sofrido pelo adulto ao responder às perguntas da criança, mediante sua própria condição de inacessibilidade ao saber sobre o gozo, uma vez que, por uma impossibilidade própria da estrutura, é vedado ao sujeito responder por seu ser sexuado.

É por essa impossibilidade, por essa falta estruturante que marca o sujeito como barrado, como alienado em relação ao seu saber, que a investigação sexual da criança tenderá a se apagar sob o efeito do recalque, ainda que as questões sobre a sexualidade permaneçam de forma velada.

Neste sentido, frente à insustentabilidade do desejo de saber, faz-se necessário encontrar um outro operador que explique o empreendimento voraz do sujeito nas questões relativas às origens e à lógica que engendra o mundo e se arvora na religião, nas ciências, nas artes e na análise, um operador que surge através da pena de Piera Aulagner (1967; 1980)⁵, para quem *“todo desejo de saber é um desejo de saber sobre o desejo”*.

Desta maneira, poderíamos dizer que se, num primeiro momento, a criança se descobre objeto do desejo da mãe, num segundo tempo, constatada a castração, o sujeito se depara com o fato de haver um desejo que pré-existia ao seu nascimento e, que, ao mesmo tempo, o transcende na atualidade. Ou seja, ele não é o único objeto capaz de responder à falta do Outro, e, pior, não há objeto passível de tal façanha, sendo esta descoberta o que despertará seu desejo de saber sobre o desejo do Outro e sobre o que fundamenta o seu próprio desejo.

E, neste contexto, vemos que o sujeito não faz outra coisa que confirmar o destino da pulsão, ou seja, o de retorno ao próprio eu, algo que Kupfer (1990)

⁵ Idem.

ênfatiza ao dizer que “se alguém deseja saber sobre o desejo do Outro, é porque pensa, de modo imaginário, lá encontrar a chave que abre as portas do desejo e do saber inconscientes do próprio sujeito em questão” (p. 112).

No entanto, como visto anteriormente, este desejo se encontra referido ao próprio amor primordial vivenciado pela criança em relação às figuras parentais e, uma vez instituída a intervenção do Nome-do-Pai, por meio da interdição do incesto, encontrar-se-á ainda remetido à ameaça instaurada a partir da castração, sendo por isso que o sujeito nada quer saber sobre ele.

Em outras palavras, é esta falta a ser (- ϕ) cravada na criança, por meio desta intervenção paterna, que lhe garantirá a passagem do ser ao ter, permitindo a substituição da mãe por outros objetos, dentre eles, o conhecimento.

Deste modo, procede-se à transposição entre desejo e demanda de saber, sendo esta última a que se configurará como nosso novo operador.

Segundo Kupfer, “é justamente porque não pode haver desejo de saber sobre o inconsciente que pode surgir, em seu lugar, uma demanda de saberes constituídos. O desejo não é enunciável, mas uma demanda o é, e o faz veiculando esse desejo” (p. 112).

Em suma, o que a demanda de saber visa é a dominação sobre o que se apresenta como desconhecido para o sujeito, sobre o que lhe escapa, sendo concernente a um real, que nenhum conhecimento é capaz de abarcar, mas ao qual se oferecem objetos ilusórios que, ao menos momentaneamente, parecem responder ao vazio, mas que logo se revelam insatisfatórios, levando o sujeito a demandar mais e mais saber, constituindo esse encontro sempre fortuito e faltoso.

Assim, destacamos uma das características assumidas pelo conhecimento na relação do sujeito com a falta estrutural, ou seja, seu caráter mascarador, ou seja, sua

função de simulacro do falo, sobretudo para mulher, sendo considerado, portanto, na via sintomática.

No entanto, resta ainda uma segunda articulação com o real que viria por meio da construção de um *sinthome*, no qual se conjugaria mais explicitamente algo concernente à imbricação entre saber inconsciente e saber constituído.

Neste sentido, a função de um dado conhecimento – artístico, literário – não seria mais de tentar negar, encobrir algo desse real, mas antes apontar para este impossível, por meio de uma escrita particular sobre a qual nos deteremos melhor nos capítulos seguintes.

Por ora, faz-se necessário retomarmos a fala de Lacan (1969-70) acerca do fato de ser o discurso da histérica o responsável por conduzir ao saber, a fim de procedermos a uma nova distinção, desta vez, em relação ao que se refere à histeria como estrutura clínica – o que nos auxiliará na articulação da sexualidade feminina com o saber paterno –, e o que se estabelece propriamente como discurso da histérica, permitindo vislumbrar o que se institui no âmbito da análise.

3. A HISTÉRICA E O SABER

“O sujeito histérico é aquele que oferece seu corpo como palco
de gozo, para que o olho do mestre produza um saber,
situando-se ele próprio do lado do olhar”.

Charles Melman

No último capítulo acompanhamos, de maneira sucinta, as diretrizes básicas do processo de constituição do sujeito, voltadas para uma estrutura que Calligaris (1986) atribuiu ao que denominou de neurose de base, isto é, algo concernente a um momento que antecede a escolha do sujeito entre histeria e neurose obsessiva.

Neste contexto, o importante a se destacar, a partir de então, diz respeito ao que resulta como decalagem entre o que se constitui como saber do pai e aquilo que da demanda indeterminada do Outro esse saber pode circunscrever.

Ou seja, trata-se de um saber sempre restrito o que também lhe confere um poder restrito junto a uma demanda que era total, restando para o sujeito a ameaça eminente de um dia se ver confrontado a sua posição objetual primeira, ameaça que se coloca como o cerne da angústia vivenciada pelo neurótico.

Para Calligaris, o que se dá em relação à neurose de base está em consonância com o que ocorre com a fobia, isto porque “o fóbico é justamente o sujeito que ‘sabe’ que a metáfora paterna é sempre insuficiente, enquanto operação de defesa” (p. 30), assim, ele segue oscilando entre as chamadas fobias tradicionais e as fobias de espaço.

No primeiro tipo, destacamos as fobias de animais que representam o medo que se tem que a insuficiência do pai venha à tona, que ele caia, desta forma, ao deslocar esse medo para outras figuras, como animais, palhaços, etc., o sujeito acredita de algum modo resguardar e valorizar a metáfora paterna.

Já no caso das fobias de espaço, que incluem, entre outras, as fobias de janela e de vento, o que é temido é que diante da falta de defesa paterna, o sujeito se veja novamente reduzido à condição de objeto e, portanto, podendo ser levado, carregado pela demanda indeterminada do Outro.

Neste sentido, a própria escolha entre um ou outro tipo de neurose – obsessiva ou histérica – realizada posteriormente, já se apresenta como uma questão secundária na constituição da estrutura, como uma tentativa de resolver essa defasagem, por meio do fortalecimento da posição paterna.

No que tange à neurose obsessiva, teremos a oportunidade de observar melhor sua dinâmica quando analisarmos o caso Camille Claudel.

Neste momento, nossa atenção se voltará sobre a histeria, perpassando de maneira sucinta alguns aspectos históricos que cercaram sua conceitualização desde os primeiros registros documentados, que datam de 1900 a.C., quando foram encontrados papiros descrevendo diversos sintomas físicos em mulheres, cuja causa já era constituída como relativa a doenças do útero.

Desta forma, o primeiro aspecto a se destacar, neste percurso histórico, diz respeito à instabilidade com a qual o tema se apresenta ao longo dos séculos, sobretudo no que concerne às teorias médicas sobre o assunto.

De acordo com os estudos realizados por Vera Pollo (2003), após ter sido considerada como uma disfunção cerebral causada por distúrbios uterinos, sucedeu-se uma série de oscilações acerca da causalidade, e mesmo dos sintomas, característicos da histeria.

Conseqüentemente, o que se viu ao longo dos anos foi uma constante variação acerca dos pontos enfatizados como critérios de diagnóstico da histeria, que era considerada, em alguns momentos, apenas quando o quadro se desenvolvia sob a forma de grandes crises; em outros, ao contrário, eram valorizados somente os pequenos sintomas; havendo ainda um terceiro tempo onde era necessário que as duas condições anteriores coincidissem para que, enfim, fosse levada em conta a possibilidade de histeria.

Ademais, deparava-se com a mesma oscilação quando se tratava de atribuí-la ao sexo feminino ou masculino, sendo no princípio circunscrita estritamente à figura da mulher, depois passando a ser aceita como possível de ocorrer em ambos – homens e mulheres – e, finalmente, sendo tomada como afecção preponderantemente feminina.

Assim, à medida que uma nova forma de pensar o tema surgia, novas denominações também o acompanhavam, dentre as quais podemos citar, apenas a título de demonstração, a histeroepilepsia, a histeria traumática, a psicose histérica, o delírio histérico psicastênico, entre outros.

Outro autor a se debruçar sobre a questão foi Charles Melman, sendo um de seus principais trabalhos desenvolvido em 1985 sob o título “*Novos estudos sobre a*

histeria”, no qual ele nos apresenta um modo distinto de conceber a dinâmica histórica, ao longo de sua história, podendo ser compreendida de modo diverso, na proporção em que era atribuída ao corpo biológico; à luta entre instinto e razão, denotando ainda uma questão moral; a um mal da alma, também confundido como possessão diabólica; ou ao corpo erógeno.

No primeiro caso, temos como referência os estudos que consideravam, sobretudo, a histeria como doença ligada ao útero, que se disseminava para outras partes do corpo, entre elas o cérebro, levando a paciente a apresentar, entre outros, distúrbios mentais.

Essa “doença uterina” se devia a um período de inanição, que levava o referido órgão a se deslocar pelo corpo, comprometendo o funcionamento dos demais, assim, era concebida como própria de uma natureza animalesca que cercava o útero, quando decorrido um longo período sem gerar frutos.

Interessante notar que a partir de Hipócrates⁶ (400 a.C.) esse quadro nosológico passa a ser nomeado por ele como “histérico”, concebendo-se como tratamentos mais adequados o casamento e a gravidez, sem que, no entanto, fosse dispensada maior atenção a qualquer fundo de caráter psíquico relacionado ao processo.

Anos mais tarde, deparamo-nos ainda com relatos de homens portadores da doença, aos sermos apresentados por Melman (1985) aos estudos desenvolvidos por Galeno, que relacionava a doença a uma retenção seminal causada mais pela abstinência que por seus deslocamentos.

Como sabemos, este modo de conceber a histeria como debilidade física, não se restringiu à era Antiga, nem tampouco se extinguiu com a chegada de novas

⁶ In Melman, C. (1985). Novos estudos sobre a histeria. Op. cit.

formas de conceber o assunto, permanecendo viva na prática de muitos psiquiatras até os dias de hoje, sofrendo, logicamente, alterações no que diz respeito apenas ao órgão localizado como responsável pelas formações dos sintomas.

Hoje, procuram-se genes, neurotransmissores, hormônios e substâncias que seriam responsáveis, segundo determinadas facções científicas, por distúrbios como depressões, síndromes do pânico, entre outras versões modernas da histeria.

Na sequência, vemo-nos novamente às voltas com as questões naturais ou, mais propriamente, animalescas ao redor do tema, tomado desta feita para ressaltar o conflito entre instinto e razão, enaltecendo, segundo Melman (1985), o caráter “dessas mulheres cheias de compostura, as quais reviram pudicamente, sem que nada lhes tivesse sido possível censurar, e que tiveram a virtude de submeter esse desenfreado animal à obediência da razão” (p. 43), atitude que nos revela um certo valor moral da época.

É partir da Idade Média que nos deparamos com o terceiro vértice adotado para caracterizar o fenômeno histórico, quando Santo Agostinho⁷ retoma o conceito de animalidade que circundava o tema anteriormente, outorgando-lhe o caráter de rebelião feminina e pretensão diabólica, voltados a perturbar a ordem e a subserviência que eram devidas à autoridade divina, questão que se desdobrará no século da razão, quando a histeria será mantida como doença do espírito.

Por volta de 1966, sob a pena de Falret⁸, vemos se desenvolver o conceito de “loucura moral”, que confere às históricas a categoria de farsantes, exageradas e submersas numa mentira perpétua, diante do que “tomam ares de piedade e devoção, e chegam a se fazer de santas, enquanto por outro lado, abandonam-se, em segredo, às ações mais vergonhosas...” (p. 44).

⁷ Idem.

⁸ Falret, J. P. (1966). *Folie raisonnable ou folie morale*. In Melman, C., op. cit.

Por fim, eis que chegamos ao século XIX e aos estudos, primeiramente desenvolvidos por Charcot, a partir de 1882, e, posteriormente por Freud, a partir de 1885, quando a histeria ganha, a princípio, o estatuto de doença neurológica, para finalmente ser pensada como uma questão psíquica, guardando como tal as vicissitudes inerentes à pulsão, ou seja, admitindo a ação de um elemento psíquico que se faz representar no corpo que, por sua vez, passa a ser valorizado em seu aspecto libidinal, sendo considerado como corpo erógeno.

Neste sentido, Melman (1985) não deixa de ressaltar uma outra contribuição freudiana definitiva para mudar o curso da história acerca do assunto, ou seja, o fato de considerar “que o sintoma histérico requer um deciframento, porque é constituído como que por uma linguagem” (p. 46). Assim, segundo o autor, “é deixando de vê-lo, para começar a escutá-lo, que Freud põe um termo a um voyeurismo de quatro mil anos e inaugura uma abordagem rigorosa da constituição do falasser” (p. 46).

Diante dessa ciranda que se enunciou acerca da histeria, no decorrer de séculos, cabe-nos ainda destacar o caráter de resistência assumido pela histérica frente a um saber que, por diversas vezes, embora de maneiras distintas – ora representado pela filosofia, ora pela igreja, ora pela medicina –, propunha-se absoluto.

Referidos agora a uma leitura discursiva, podemos constatar que, desde os primórdios, já se encontrava em cena, algo pertinente à relação da histérica com o mestre, podendo-se apreender deste discurso um questionamento que lhe é dirigido no sentido de marcar a finitude de seu saber, o que se institui, segundo Melman, mais por um sofrimento que por uma condição inerente à pulsão epistemofílica.

Por fim, com o advento do ensino lacaniano, vem a se estabelecer uma disjunção entre saber e certeza e, sobretudo, um intervalo entre o sujeito real e o Outro da linguagem, possibilitando que tomemos a questão pela via da estrutura.

3.1. A histeria como estrutura psíquica, ou da relação da histérica com o saber

Ao considerar a histeria pela via de uma estruturação psíquica, gostaríamos de situar basicamente algumas particularidades no que tange à posição do sujeito histérico frente ao desejo e ao fantasma para, a seguir, contemplar sua relação com o saber paterno.

Assim, recorreremos primeiramente à *“Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”*, texto no qual Lacan (1960) distingue a histeria da neurose obsessiva, tanto no que se relaciona ao desejo quanto ao fantasma, dizendo que no primeiro caso, lá onde o obsessivo nega o desejo do Outro – numa formação fantasmática que marca o impossível do esvaecimento do sujeito –, a histérica sustentará seu desejo como desejo do Outro, mantido como insatisfeito.

Ainda sob a égide do desejo, diferentemente do obsessivo para quem a questão se centra acerca de sua existência, ou seja, de quem ele é, para a histérica a pergunta gira em torno do sexo que se resume, em outras palavras, ao “O que é ser uma mulher?”, questão que será sempre formulada a partir de outra figura feminina.

No que se refere ao fantasma, encontramos a formalização dessa diferença no seminário *“A transferência”*, quando Lacan (1960-61) designa o objeto *a* na histeria como substituto da castração imaginária, logo, um objeto metafórico, o que ele representa pelo algoritmo $(^a/ - \phi \diamond A)$, ao passo que, na neurose obsessiva, tratar-se-

ia do objeto a como deslocamento do falo imaginário e, portanto, como objeto metonímico, representado por $\mathcal{A} \diamond \varphi(a, a', a'', a''', \dots)$.

Já no que concerne ao saber, principal questão de nossa tese, a estratégia histórica se diferenciaria da adotada pelo obsessivo, pelo fato de encontrar-se sexuada do lado mulher, o que a colocaria desde o início como aquela que sabe não haver ninguém a quem se possa supor o saber do pai.

Segundo Calligaris (1986), o que se formula pela histórica, a partir da constatação dessa inexistência, é uma tentativa de responder do lado masculino, o que se revela pela seguinte articulação: “se eu sei que não há um só que possa ser o pai, já que eu sei, eu sou aquela que pode se colocar neste lugar. Eu (ao título da mulher) posso ser aquela que sabe” (p. 32), sendo em decorrência desse posicionamento específico da histórica, que Lacan num determinado momento de sua obra conceberá a mulher como um nome do pai.

Ademais, sustentar esse saber é supor e reivindicar o usufruto de um gozo outro que não o fálico, um gozo que comprova que ao pai escapa algo, algo que ele não é capaz de dominar.

Entretanto, trata-se de um saber incerto, uma vez que à histórica também se encontra vetada a possibilidade de responder sobre aquilo que escapa à figura paterna, sobretudo no que diz respeito à pergunta “o que é uma mulher?”.

Deste modo, ainda que perante o homem ela se constitua como detentora do saber, a histórica não pode dar consistência a esse lugar a não ser por meio da máscara, ao se colocar como o falo que falta ao pai.

Além dessa relação particular da histórica com o saber, interessa-nos retomar a leitura de Calligaris, acerca da associação entre o que se constituiria como uma demanda primordial do Outro e uma conseqüente formulação defensiva por parte do

neurótico, sustentada a partir de sua relação com o Pai, considerada essencial para nossa análise, principalmente por estabelecer um laço com a figura materna, quase indissolúvel no que tange à estruturação do sujeito feminino, mesmo após a entrada da figura paterna.

Assim, embora estejamos às voltas com o papel fundamental ocupado pelo pai no processo de constituição do sujeito, sobretudo o histérico, que o toma como objeto de identificação, sempre nos defrontamos com um retorno da figura materna, reforçando a tese de alguns autores como André (1986) e o próprio Calligaris (1986), de que o pai participaria da trama psíquica feminina apenas como um desdobramento dessa primeira relação com a mãe, sendo sua principal função fazer frente a esta demanda, a fim de resguardar a integridade do sujeito como ser desejante, protegendo-o, ainda que precariamente, do ressurgimento desse fantasma avassalador.

Esta também parece ser a leitura de Pollo (2003) acerca do que as histéricas ensinaram a Freud, ou seja, que “o pai é antes de tudo fantasia ou idéia de pai, enquanto a mãe é da ordem de um capricho ou gozo sem amarras simbólicas” (p. 44).

Os textos de Pommier (1992) acerca do trauma sexual e da especificidade do desejo feminino, sobre os quais nos debruçaremos agora, também permitem destacar a mesma impressão.

Tanto no artigo “*O ‘pai incestuoso’ na histeria: notas sobre o trauma ‘sexual’*”, quanto no capítulo de seu livro⁹: “*Especificidade do desejo sexual feminino*”, Pommier ressalta que é sob a égide da demanda avassaladora do Outro que tem entrada para a histérica a figura do pai como sedutor.

⁹ Pommier, G. A ordem sexual – perversão, desejo e gozo. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1992.

Neste sentido, o autor retoma as teorias freudianas relativas ao trauma sexual e às fantasias de sedução, vivenciadas pela menina, para apontar em que ponto elas deixam de responder simplesmente a um abandono, mediante um assédio que não ocorreu por parte do pai, para se revelar numa forma de dar conta de uma ameaça maior, advinda do campo materno.

De acordo com a leitura de Pommier (1992), há uma relação intrínseca entre o “trauma sexual” e a “mentira primeva da histérica”, segundo a qual, com a recusa do desejo paterno, a menina se vê novamente confrontada com a dívida materna, e com a possibilidade de recair no nada, o que lhe é devastador, restando-lhe como alternativa inventar não só a violação paterna, como a própria figura de um pai – sexualmente potente e sedutor da filha –, tal como o prega o *proton pseudos*.

Assim, é primeiramente por meio da falsa promessa de salvar a filha da onipotência da mãe que o pai seduz.

Para Pommier:

O “proton pseudos” põe em cena a questão paterna: o verdadeiro trauma é o da distância irreduzível instaurada entre um pai e sua filha, no instante em que o amor é mais intenso. A sedução originária, “proton”, é a inversão dessa violência muda num engano, “pseudos” (p. 135).

Na sequência, Pommier complementa a questão ao dizer que:

A sedução do pai vira o engano da filha. O pai desejado permanece na lembrança como autor de uma violação, visto que esse amor que não levou a nada, e que deixou sem resposta um desejo sexual, é de fato uma sevícia. O pai é o primeiríssimo

enganador, já que promete algo que não pode cumprir, e passa a aparecer na tela da lembrança apenas como esse sedutor ilusório (p. 135).

Seguindo essa linha de raciocínio, também sob a pena de Lacan (1957-58) seria possível conceber uma relação entre a especificidade do desejo na histeria e um mecanismo defensivo dirigido ao Outro materno.

No seminário “*As formações do inconsciente*”, Lacan (1957-58) coloca que a histérica é alguém para quem se torna difícil se posicionar diante do Outro como sujeito, por conseguinte, deparamo-nos com um desejo insatisfeito, quase integralmente constituído como desejo do Outro, que carrega consigo a função de construir um Outro real, no sentido de proteger o sujeito de se ver inteiramente capturado pela fala do Outro, sendo este o motivo que leva a histérica a se identificar com um outro semelhante, um outro no qual considere encontrar a mesma questão que rodeie seu desejo.

Entretanto, para Lacan esse outro não se constituiria num eu ou Ideal de eu, mas num outro eu da histérica, ou seja, ela tomaria o que é do outro como lhe sendo próprio, resultando num processo identificatório característico de toda a sintomatologia desenvolvida por ela.

Na sequência, Lacan resume a questão ao concluir que: “o desejo da histérica não é o desejo de um objeto, mas o desejo de um desejo, um esforço de se manter frente ao ponto no qual ela convoca seu desejo, o ponto onde está o desejo do Outro” (p. 419).

Esta dinâmica revela seus efeitos também na relação da histérica com o outro sexo, onde faz questão de lembrar a todos os homens que estes são castrados. Deste modo, ao apontar a falta do Outro, ela mesma pode se colocar como objeto possível para sustentar o desejo do Outro, nunca o seu próprio.

Ainda no que concerne à relação mãe-pai-filha na histeria, podemos mencionar os estudos realizados por Morrettin (2004), para quem existiria um duplo movimento articulado pela histérica acerca do pai, marcando sua dialética por um paradoxo, à medida que, se por um lado a função paterna se encontraria operante, por outro estaria também marcada a sua impotência, fator este responsável por um retorno da filha à mãe, a partir de um ato reivindicatório que visa manter a falicidade materna e, por conseguinte, a dela própria.

Assim, tendo em vista tanto a tentativa de se colocar do lado masculino como detentora do saber que escapa ao pai, como esse auto-vestimento fálico, empreendido pela histérica, a pergunta que se formula, a seguir, é se seria realmente possível equipará-la à mulher?

3.2. A mulher e a histérica

Com o objetivo de responder à questão da equidade ou não entre a posição feminina e a posição da histérica, a maioria dos autores toma como premissa a prevalência da histeria nas mulheres, afirmando, no entanto, que embora sua estruturação se dê do lado feminino, diante de sua tentativa de suplantar o saber paterno naquilo que este falha, a histérica buscaria se posicionar do lado masculino no quadro da sexuação, à medida que se identifica ao falo.

O próprio Lacan (1969-70) ao descrever as particularidades do discurso da histérica em relação ao discurso do mestre, num dado momento, retira-lhe do nível discursivo, materializando-a na figura da mulher, ao dizer que “seguindo o efeito do significante-mestre, a histérica não é escrava” (p. 88). A seguir, ele complementa:

“demos-lhe agora o gênero sexual sob o qual esse sujeito se encarna mais freqüentemente” (p. 88).

Entretanto, consideramos importante nos deter mais um pouco sobre essa questão, a fim de circunscrevermos algumas especificidades inerentes a ambas posições – tanto a feminina, quanto a histérica – o que faremos acompanhando, de modo sucinto, algumas discussões levantadas por Prates (2001) acerca do assunto.

Neste sentido, a autora percorre um caminho cuja trajetória se destina primeiramente a delimitar a posição da mulher em relação à castração e ao homem, bem como o momento em que se reserva um lugar de destaque à questão feminina na teoria lacaniana.

Desta maneira, somos remetidos ao início dos anos 50, quando Lacan começa a abordar o tema, destacando a dessimetria entre homens e mulheres sobre a castração, numa época bem anterior à formulação d’A mulher não-toda, articulada na década de setenta.

É, portanto, em 1955-56, no seminário “*As psicoses*”, que Lacan se referirá pela primeira vez à mulher como constituída a partir da identificação com o objeto paterno, seguindo o modelo freudiano, segundo o qual, na elaboração do complexo de Édipo, a menina deveria obrigatoriamente passar pelo pai a fim de alcançar a identidade feminina.

Já no seminário seguinte, “*A relação de objeto*”, Lacan (1956-57) circunscreve a discussão à concepção dos registros da falta, chegando à formulação, descrita por Prates (2001), de que “o furo, a ausência que constitui o sexo feminino, é da ordem da privação, ou seja, uma falta no real” (p. 86), o que significa dizer que constituir o falo como objeto imaginário se faz condição obrigatória para a passagem da mulher pela castração, uma vez que ela deve construir simbolicamente aquilo que

lhe falta no real, sendo sob esta condição que se sustenta, por exemplo, o desejo da mulher de ter um filho.

Neste circuito, admitimos ainda que outros objetos contem como representações possíveis desse movimento na mulher, ou seja, como tentativa de circunscrever esse real, podendo-se mencionar o anseio por um diploma ou pela construção de uma obra de exceção, por exemplo, configurando uma fixação e/ou saída sintomática pela via intelectual, como constataremos em Camille Claudel e em um caso analisado no decorrer de nosso trabalho.

No momento, ao retomarmos o percurso lacaniano, desta vez pela entrada em sua teoria do falo como significante, vemos se desenhar um cenário onde cabe a cada um, homem ou mulher, colocar-se de modo específico frente à possibilidade de ter ou não o falo, já que não se pode tê-lo, inscrevendo-se, por meio desta descoberta, segundo Lacan (1958), “a *Spaltung* derradeira pela qual o sujeito se articula ao Logos...” (p. 649).

Conseqüentemente, o que se desenvolve em seus textos seguintes é uma tentativa de verificar como a mulher irá se posicionar na dialética fálica.

Ao final do texto “*Observações sobre o relatório de Daniel Lagache*”, por exemplo, Lacan (1958-60) descreverá o desejo da mulher a partir da fórmula A (ϕ), definida por Prates (2001) como uma versão lacaniana da inveja do pênis, a partir do momento em que representa “uma falta radical produzindo o desejo pelo falo” (p. 86).

Já em “*A significação do falo*”, Lacan (1958) descreve uma relação especialmente difícil da mulher com o falo, destacando como causa dessa dificuldade, primeiramente, o fato de a menina se reconhecer como castrada o que significa considerar-se como sujeito privado do falo, e mais ainda, atribuir essa

castração a um outro que, a princípio é localizado na figura materna e, posteriormente, por meio da operação transferencial, na figura do pai.

Na sequência, Lacan aponta para a atribuição fálica destinada à mãe por ambos os sexos, o que culmina ainda num terceiro ponto levantado por ele, que corresponde ao fato de a significação da castração só se consolidar – sobretudo no que permite captar o processo analítico, acerca dos efeitos de tal operação sobre a formação dos sintomas –, a partir do momento em que é constatada a castração da mãe.

Por fim, Lacan (1958) traz à tona novamente a discussão acerca do que se institui na fase fálica, considerada nos termos freudianos como a primeira maturação genital e caracterizada pela dominância imaginária do atributo fálico e pelo gozo masturbatório.

Esse gozo, como sabemos, é atribuído na mulher ao clitóris, que desde então é elevado ao estatuto de falo, confluindo para a constatação de um aparente desconhecimento, por parte de ambos os sexos, da vagina como lugar de penetração genital.

Ao longo de sua incursão, Lacan conclui que o que concerne ao falo deve ser apreendido de sua função, demarcando que, na doutrina freudiana, não se trata de considerá-lo nem como fantasia, nem como objeto e muito menos como órgão: “o falo é um significante...” (p. 697).

A seguir, desenvolve a relação entre demanda e desejo, da qual destacamos apenas um breve trecho referente à posição dos parceiros amorosos frente à hiância que se funda, a partir do momento em que o sujeito se vê às voltas com a relação sexual, ponto que aprofundaremos posteriormente.

Por ora, interessa-nos dizer, parafraseando Lacan, que “tanto para o sujeito quanto para o Outro, no que tange a cada um dos parceiros da relação, não basta serem sujeitos da necessidade ou objetos do amor, mas têm que ocupar o lugar de causa do desejo” (p. 698).

Lacan acrescenta ainda que “essas relações girarão em torno de um ser e de um ter que, por se reportarem a um significante, têm o efeito contrário de, por um lado, dar realidade ao sujeito nesse significante e, por outro, irrealizar as relações a serem significadas” (p. 701).

Por fim, deparamo-nos com uma referência específica à posição da mulher, neste sentido, à medida que ela sacrifica parte de sua feminilidade na figura da mascarada, para tornar-se o falo.

Assim, segundo Lacan (1958), “é pelo que ela não é que ela pretende ser desejada, ao mesmo tempo em que amada” (p. 701). Além disso, “ela encontra o significante de seu próprio desejo no corpo daquele a quem sua demanda de amor é endereçada” (p. 701), conseqüentemente, “o resultado é que convergem no mesmo objeto uma experiência de amor que, como tal, priva-a idealmente daquilo que ele dá, e um desejo que ali encontra seu significante” (p. 701-2).

Ao final do texto, Lacan destaca também a semelhança existente entre a feminilidade, tomada aqui sob a égide da mascarada, e o que é próprio da ostentação viril humana, tema que ele retomaria em 1960, em “*Diretrizes para um Congresso sobre a sexualidade feminina*”, desta feita, para questionar se o apego sexual feminino ao pênis do parceiro destinaria a mulher a uma relação sem duplicidade.

Neste sentido, Lacan coloca que tal duplicidade encontrar-se-ia apenas encoberta, salientando que “se não há virilidade que a castração não consagre, é um

amante castrado ou um homem morto (ou os dois em um) que, para a mulher, oculta-se por trás do véu para ali invocar sua adoração...” (p. 742).

Ademais, revela que o homem pode assumir para a mulher a função de torná-la Outra para si mesma, sem o que não haveria como o sujeito formular uma questão acerca da própria feminilidade, motivo pelo qual é possível tomar emprestado de Freud (1910) o termo utilizado por ele para designar Leonardo da Vinci, para dizer que se trata, no caso da histérica, não mais de uma pseudo-homossexualidade, mas de uma “homossexualidade ideal”.

Ainda no que se refere a uma identificação viril na histeria, Ribeiro (2001), outra autora a discutir o texto lacaniano, esclarece mais a questão ao afirmar que para ser amado e desejado pela mulher, inclusive no que se refere ao órgão sexual, o homem deve estar marcado pela falta, o que significa dizer que, “para além da satisfação genital que pode encontrar em um homem, a mulher goza da falta, do mais além do véu que ele pode tornar presente” (p. 73).

Deste modo, encontramos nesta trajetória, o princípio que nos permitirá considerar a histeria como equivalente da feminilidade, à medida que condensa em sua estrutura tanto a identificação fálica quanto a marca de um desejo sempre insatisfeito.

Assim, percorremos um caminho que se inicia com um direcionamento da mulher ao pai como portador do atributo fálico, desejado por ela, o que a levará a identificar-se com a figura paterna, na tentativa de obter o falo – a exemplo do que é descrito na terceira saída do complexo de Édipo proposta por Freud (1910) – para, a seguir, articularmos uma leitura que nos leva à posição da histérica, naquilo que essa identificação ao pai a designa como aquela que castra o Outro.

Para explicar essa transposição, Prates (2001) recorre ao texto freudiano de 1914, *“Introdução ao narcisismo”*, dizendo que “a mulher, na tentativa de compensar a falta de pênis, investe seu próprio corpo falicamente. O corpo é, assim, tomado como objeto simbólico pela libido, objeto este que se supõe ser aquilo que falta ao outro, e, portanto, objeto de seu desejo” (p. 88).

Desta maneira, podemos concluir com Prates, que “a histeria, como estrutura, só pode ser entendida a partir dos impasses provocados pela posição feminina” (p. 89), esta não sendo mais restrita a algo próprio da mulher, entendida aqui em seu aspecto biológico, mas antes como relativa a uma posição frente à falta e à castração, condição esta que nos introduz na dimensão discursiva associada ao tema.

3.3. Da histeria ao discurso da histérica

Ao ser nomeada como estrutura psíquica, a histeria adquire um outro lugar e um novo caráter na teoria, os quais vêm se colocar de modo ainda mais específico, à medida que Lacan (1969-70) lhes confere o estatuto de discurso, deslocando cada vez mais a ênfase de uma questão natural, para circunscrevê-la no campo da linguagem.

Assim, é no seminário *“O avesso da psicanálise”* que Lacan se deterá de modo mais apurado sobre o assunto, caracterizando o discurso da histérica a partir de um giro no discurso do mestre que, possibilitará entre outras coisas, a existência de um homem motivado pelo desejo de saber.

Além disso, Lacan ressalta que:

O que a histérica quer que se saiba é que a linguagem derrapa na amplidão daquilo que ela, como mulher, pode abrir para o gozo (...). O que lhe importa é que o outro

chamado homem saiba que objeto precioso ela se torna nesse contexto de discurso (p. 32).

Lacan (1969-70) dedica ainda uma posição de destaque para o discurso da histérica, ao introduzi-lo como importante dispositivo no processo analítico, à medida que é responsável por histericizá-lo, solicitando a produção de significantes de modo a conceber à associação livre seu pleno exercício.

Trata-se de um discurso cuja dominante se situa em torno do sujeito do sintoma, ou seja, o $\$$ se encontra posto no lugar reservado anteriormente à lei no discurso do mestre o que, em resumo, significa dizer que, por meio do discurso da histérica, deparamo-nos com um questionamento da lei que se faz através do sintoma.

Desta forma, o discurso da histérica é o que abre as portas para que possa atuar o discurso do analista e fazer-se efetivamente a produção analítica.

Podemos ainda concluir, a partir de Lacan (1970) que “o discurso da histérica revela a relação do discurso do mestre com o gozo, dado que o saber vem ali no lugar do gozo” (p. 88).

Neste sentido, a histérica “não entrega seu saber. No entanto, desmascara a função do mestre com quem permanece solidária, valorizando o que há de mestre no que é o Um, do qual se esquiva na qualidade de objeto de seu desejo” (p. 88) – Um este que Lacan designa como o pai idealizado.

Para Quinet (1993), “a histérica confere ao Outro o lugar dominante: na cena de sedução de sua fantasia, em que figura o encontro com o sexo, ela não está presente como sujeito, mas como objeto” (p. 29).

É esta desimplicação que se manifesta como um “*não fui eu, foi o Outro*”, com o que nos depararemos em nossa pesquisa, e que aparece também na clínica,

segundo Quinet, “como uma reivindicação ao Outro, a quem, diferentemente do obsessivo, ela não deve nada: é o Outro que lhe deve” (p. 29).

Deste modo, de acordo com Quinet (1993), “se o obsessivo escamoteia a inconsistência do Outro, supondo-lhe o gozo, para a histérica o Outro não tem o falo. Se tampouco ela o possui, deve assumir, no entanto, a função de faz-de-conta de ser o falo” (p. 29).

Marca-se, desta maneira, uma articulação específica entre saber e verdade no discurso da histérica, na medida em que, nesta posição, o sujeito ao impelir o Outro – ao qual se encontra alienado – a produzir saber, tomará parte deste produto não como fruto do inconsciente, como não-todo, mas antes como um saber absoluto que ignora a impossibilidade do real, constituindo-se, portanto na via da impotência.

Nas palavras de Vidal (1996), esta relação comporta um paradoxo já que ao mesmo tempo em que o sujeito “está na posição de dependência imaginária ao saber do Outro, castra-o enquanto esse saber se demonstra impotente para agir sobre seu desejo” (p. 89). Assim, “a verdade, nesse discurso, não está no saber inconsciente, senão no gozo que sustenta sua divisão, seu sintoma, seu sofrimento” (p. 89).

Neste sentido, embora a histericização do discurso se constitua condição imprescindível para que o sujeito entre em análise, torna-se necessário que se promova mais um quarto de giro em seu posicionamento, permitindo-lhe passar da impotência ao confronto com a impossibilidade, mudança que se fará, parafraseando Vidal (1996), “desde o campo do Outro onde o sujeito encontra o – 1 que não responde ao lugar de mestria” (p. 90).

Desta forma, ainda que o analista seja tomado pelo analisando como sujeito suposto saber, sendo colocado num primeiro momento como Outro absoluto, será sua

função não responder deste lugar, mas antes por meio de um outro saber, articulado ao conceito de douda ignorância, temática sobre a qual nos deteremos a seguir.

3.4. A produção do discurso da histérica no processo analítico, ou da constituição do sujeito suposto saber

Para definir o que seria o sujeito suposto saber na teoria lacaniana, Quinet (1993) recorre a um dos primeiros textos¹⁰ de Lacan sobre o assunto, no qual ele define este saber como aquele que se constitui pelo analisante na figura de seu analista, mais tarde, fazendo-o equivaler a Deus Pai.

Diante desta primeira afirmação, abre-se uma série de considerações a serem ressaltadas, tanto no que diz respeito ao processo de instauração dessa suposição de saber, quanto no que diz respeito às advertências feitas por Lacan, ao longo de seu ensino, acerca dos riscos a que o analista estaria exposto ao se identificar à figura de mestre, assumindo uma posição que exclui a falta.

Desta forma, partindo do ponto em que essa suposição de saber se funda, cabe-nos atribuir esta façanha, sobretudo aos efeitos do processo de histericização do discurso.

Articula-se dois momentos distintos no que se refere à entrada em análise, um anterior, caracterizado pela prevalência do que se intitula de sintoma como queixa – no qual o sujeito ainda não se encontra implicado em sua sintomatologia –, e o sintoma propriamente analítico, que representa o instante em que se institui por parte do analisante esta suposição de saber, onde o sintoma – aquele que se desenhava primeiramente na forma de uma queixa – é transformado em enigma.

¹⁰ Lacan, J., “La méprise du sujet supposé savoir”, *Scilicet* no. 1, Seuil, 1968, p. 39.

Em outras palavras, trata-se do momento em que o sintoma é endereçado ao analista na forma do “*Que voi?*”, marcando o instante lógico em que o sujeito se torna dividido, depara-se com sua divisão.

Uma outra forma ainda de designar esse dois tempos, tomando como base o referencial freudiano, é considerar esse período que antecede a entrada propriamente em análise como entrevistas preliminares.

Neste primeiro tempo, temos o sintoma ainda como sinal ou signo, aos moldes do que Lacan (1960-61) coloca no seminário “*A transferência*” como aquilo que representa alguma coisa para alguém, já no segundo tempo temos a expressão da divisão do sujeito, possibilitando o acesso do analista aos conteúdos inconscientes, favorecendo que ocorra o deslocamento da cadeia significante.

Assim, ao encontrar eco na figura do analista, o sujeito pode lhe endereçar sua pergunta, o que por si revela um saber, uma suposição de que esse Outro saiba algo sobre seu sintoma, a verdade de seu sintoma.

Deparamo-nos, assim, com aquilo que Lacan (1953) denominou em “*Função e campo da fala e da linguagem*” como transferência de saber, ou seja, uma ilusão de que a verdade de seu sintoma esteja dada de antemão na figura do analista. Ou dito de outro modo, uma crença de que ele possa produzir saber sobre o gozo, suposição esta, que embora seja impossível concretizar, é o que possibilita sua entrada em análise.

No entanto, como bem enfatiza Lacan (1960-61), o importante não é o analista assumir a posição de sujeito suposto saber, mas antes se colocar como objeto causa do desejo: “o que se espera de um psicanalista é que faça funcionar seu saber em termos de verdade. É por isto mesmo que ele se confina em um semi-dizer” (p. 50).

Deste modo, uma forma encontrada por Lacan (1967) para descolar a função do sujeito suposto saber da figura do analista se deu por meio da formalização do processo de entrada em análise, através do algoritmo da transferência, cuja base se pauta sobre os moldes do algoritmo saussuriano, com a diferença que, no primeiro, a significação do saber inconsciente, apesar de se manter como referencial, encontra-se circunscrita de modo latente.

$$\frac{S \longrightarrow Sq}{s (S1, S2 \dots Sn)}$$

Neste sentido, designa-se S como o significante da transferência e Sq como o significante qualquer que vem representar a figura do analista e ao qual se dirige um significante do analisante.

Este significante qualquer pode se traduzir por um nome ou qualquer outro traço particular que se tornará decisivo na escolha do sujeito por aquele analista, culminando, portanto, na articulação de dois significantes, o que corresponderá, em termos lacanianos, ao estabelecimento da transferência significativa.

Conseqüentemente, o efeito dessa operação será o surgimento de um sujeito dividido o que se representa no algoritmo pelo s (significado) que, nas palavras de Quinet (1993), “está correlacionado aos significantes do saber inconsciente” (p. 32).

O sujeito, assim resultante, não é real, posto que é fruto da representação de um significante para outro significante, ou dito de outro modo, produzido como significado (s) articulado através de uma suposição de saber inconsciente.

Para Quinet (1991) se trata propriamente da “instituição do sujeito da associação livre inaugurada pela articulação significativa ($S \longrightarrow Sq$) que é o

próprio sujeito do inconsciente representado na fórmula da fantasia ($\$ \diamond a$)” (p. 32), sendo esse mesmo sujeito que será destituído ao término da análise, sendo neste sentido que Lacan (1969) afirma que a destituição subjetiva já se encontra inscrita no ticket de entrada.

Ainda no que diz respeito à posição do analista, frente ao lugar de saber que lhe é outorgado, não podemos nos esquecer do que Lacan destaca como referente ao conceito de *douta ignorância*, posição que ele descreve como o ideal a ser alcançado pelo analista em seu ofício.

Trata-se de um termo que data do século XV, sendo atribuído a Nicolau de Cusa¹¹, matemático considerado por muitos como uma espécie de precursor do pensamento lacaniano, sobretudo se considerarmos sua concepção de saber e o valor que reserva a função de resto, muito semelhante ao que Lacan define como objeto *a*, denominando-o como aquilo que o caçador de saber persegue sem, no entanto, jamais alcançar.

Ademais, de acordo com Rabinovich (2000), de Cusa legitimado o termo “desejo de saber”, o qual empregava em latim, formulando ainda o princípio de *douta ignorância* cujo significado pode ser definido sucintamente por um saber mais elevado, que consiste, sobretudo, em conhecer os próprios limites, protegendo-se assim de imputar-se um saber absoluto.

Tema amplamente trabalhado por Rabinovich (2000), o conceito de *douta ignorância*, aplicado ao âmbito analítico, articula-se numa dupla vertente, ora relacionado ao desejo, ora ao saber do psicanalista.

¹¹ Autor do fim da Idade Média e principalmente da Idade Moderna, Nicolau de Cusa viveu entre 1410 e 1464, influenciou fundadores da revolução científica da modernidade como Giordano Bruno, Kepler e Copérnico, tendo ainda suscitado interesse em historiadores como Koyré (1979), Gandillac (1942) e Blumenberg (1985).

Institui-se não como uma ausência de saber, mas como uma paixão do ser que carrega em sua estruturação dois elementos distintos: o primeiro vinculado ao conceito de desconhecimento eóico – o que concerne à ignorância a propriedade de ser uma paixão do eu – e, a segunda dada pela própria condição semântica imputada pela palavra paixão, que destina ao sujeito uma posição de passividade, de objetividade diante do outro. Algo que Rabinovich resume ao dizer que “o ser, na verdade, ainda é dependente da teoria do reconhecimento do desejo ou do desejo de reconhecimento” (p. 36).

No entanto, Rabinovich ressalta que essa maneira de passar pelas paixões – restritas neste momento ao amor, ódio e ignorância –, como um padecer ou como próprio da submissão objetal a algo, será abandonada por Lacan (1958) a partir do texto “*A significação do falo*”, quando o autor passará, então, a empregar o termo “no sentido da paixão de Cristo, no sentido do padecer, da tortura, do tormento que o significante impõe ao ser, para sempre perdido, do sujeito falante” (p. 36).

Essa virada conceitual na teoria lacaniana, representada pela tomada de Deus como significante e modelo para pensar o grande Outro, é precursora de uma outra mudança introduzida a partir do seminário “*A lógica do fantasma*”, caracterizada por um questionamento de Lacan (1966-67) acerca da possibilidade de se crer no Outro sexo.

Essas mudanças permitirão, entre outras coisas, uma associação à problemática d’~~A~~ mulher e à discussão acerca da inexistência da relação sexual, antecipando uma identificação que se fará somente no seminário “*Mais, ainda*”, quando Lacan (1972-73) situará Deus do lado das mulheres.

Por ora, retomemos nossa discussão anterior, para concluirmos com Lacan (1955) que “o fruto positivo da revelação da ignorância é o não-saber, que não é uma

negação do saber e sim sua forma mais elaborada” (p. 360), para a seguir enveredarmos pela relação do amor com a instauração do sujeito suposto saber.

3.5. O amor como efeito do estabelecimento do sujeito suposto saber

Embora, posteriormente, reservemos um lugar específico à temática do amor em nossa tese, tomado como uma das formas de suplência, de *sinthome* do sujeito, é já a partir da suposição de saber estabelecida no processo de análise que se pode empreender uma discussão acerca do assunto.

Neste contexto, o amor entra em cena como efeito próprio da suposição de saber e desencadeia a transformação de uma demanda que antes era circunscrita apenas a um objeto qualquer e, portanto, constituída como demanda transitiva, em uma demanda intransitiva, ou seja, uma demanda de amor.

À medida que se revela a dimensão do desejo, que se consegue abrir espaço para que o inconsciente possa falar em análise, eis que surge por parte do analisante uma resposta que se dirige ao analista na forma de amor, cabendo a este último a função de inserir neste campo a dimensão do desejo como desejo do Outro, permitindo que o sintoma se eleve à categoria de enigma.

Neste sentido, Lacan (1960-61) descreve a transferência como o amor que se dirige ao saber, sendo que este é apenas um primeiro substrato envolvido na relação transferencial, que oculta o que realmente é almejado pelo sujeito, isto é, o objeto causa de desejo, ou para usar o termo lacaniano, o agalma, o verdadeiro objeto que se quer receber sob a forma de saber.

Nesta relação, Quinet (1993) associa a suposição de saber à crença de que o Outro da transferência seja o sujeito suposto deter esse objeto precioso que causa o

desejo, o que resume ao dizer que “o estabelecimento da transferência no registro do saber através de sua suposição é correlato à delegação àquele que é seu alvo de um bem precioso que causa o desejo, causando, portanto, a própria transferência” (p. 35).

Assim, no lugar daquela transferência marcada como repetição, na qual os significantes eram primordialmente endereçados ao Outro do amor, em que o analista era posto, eis que surge agora a transferência como um encontro da ordem do real do sexo.

É ao encarnar o semblante da posse do agalma, fazendo-se de objeto causa do desejo que o analista permite operar um giro no discurso da histérica rumo ao discurso do analista, concretizando enfim a entrada em análise.

Assim, ao contrário do discurso da histérica, marcado pela impotência, o discurso do analista aponta para a impossibilidade, para o furo que inviabiliza o acesso a um saber absoluto.

Neste sentido, confronta o sujeito com a inexistência da relação sexual, recolocando especificamente no caso da histérica a questão acerca do que quer uma mulher e, com isso, possibilitando seu reposicionamento frente ao sexo e ao significante fálico.

Toda essa operação se dá por meio do ato do analista que se institui pela interpretação, sendo formulado na via oposta ao conhecimento e seguindo na direção da certeza, o que traz como efeito, segundo Vidal (1996), a produção de um outro saber na análise, que se apreende na “passagem de um desejo de saber a uma interrogação sobre seu desejo” (p. 90).

Desta forma, ocorre um deslizamento no que se refere ao sujeito que muda de uma posição de agente do discurso para, posteriormente, encontrar-se afetado pela

causa que ex-siste a ele, isto é, por um objeto que transcende o significante e a imagem, denunciando o irrefutável da falta.

Deparamo-nos, deste modo, com uma nova relação entre o sujeito e o saber a partir da análise, marcada por uma torção que se estabelece aos moldes da banda de Moebius.

Trata-se, nas palavras de Vidal (1996), de “uma linha de duas voltas provocada pela torção irreduzível do objeto. É uma margem, um litoral entre o saber e o gozo” (p. 91), que vem conferir à análise sua função de escrita, sobretudo quando se refere ao sujeito feminino.

Ademais, para além do espaço específico da análise, vem se desenhar uma outra possibilidade de inscrição, por meio da arte e do amor, como teremos oportunidade de acompanhar quando enveredarmos pelo campo da psicose, cujo estudo nos colocará defronte a uma outra constituição do saber, distinta daquela admitida até então com base nos estudos freudianos e na primeira clínica lacaniana.

4. LOUCURA x SUPLÊNCIA: O QUE O ESTUDO DA PSICOSE PODE ENSINAR SOBRE A SEXUALIDADE FEMININA

“Se me virem falando sozinho dirão que estou louco.
E dirão bem. Pois quem vive pelo poder do que não existe
deve ser louco. Quem sabe, poeta...”

Rubem Alves

Ao adentrarmos o campo da psicose, não pretendemos enumerar, nem tampouco discutir de modo exaustivo os diversos desenvolvimentos tecidos ao longo das teorias freudianas e lacanianas sobre o assunto, mas antes nos deter basicamente sobre a especificidade da relação do psicótico com o saber, demarcando ainda o momento em que Lacan¹² privilegia, em sua clínica, os efeitos do real e a relação entre escrita e *sinthome*.

Assim, partimos de uma definição geral da psicose, sustentada por Lacan (1955-56) sobre o conceito de *Verwerfung* do Nome-do-pai – termo posteriormente

¹² Referimo-nos aos últimos seminários e escritos de Lacan, entre os quais podemos destacar o R.S.I., de 1974-75, e *Le Sinthome*, de 1975-76.

traduzido como forclusão, cuja significação original deriva do campo jurídico, referindo-se a algo que passou do prazo e que, portanto, não admite mais recursos.

Além disso, sob a pena de Lacan, este conceito se revestiria ainda de um outro significado, passando a representar uma interrupção abrupta de “toda manifestação da ordem simbólica, quer dizer, a *BEJAHUNG*, que Freud concebe como o processo primário em que se baseia o juízo atributivo, e que não é outra coisa senão a condição primordial para que, desde o real, algo venha a oferecer-se à revelação do ser” (p. 387-88).

Em outras palavras, poderíamos dizer que o psicótico ao se deparar com uma injunção, ao ser chamado a responder a partir de uma referência paterna, depara-se com um buraco, com a ausência de simbolização dessa função, havendo o retorno de um pai, porém não no simbólico como ocorre na neurose, mas no real.

Miller (1988) esclarece melhor esta questão ao trabalhar a posição do psicótico frente à cadeia significante e à atribuição subjetiva, dizendo tratar-se, neste caso, de uma outra relação:

isto é, quando, na cadeia significante, aparece o significante daquilo que não pode ser dito, ela se interrompe com uma réplica, e o psicótico pensa escutá-la como dita por um Outro real. Com relação à distribuição da enunciação, para nós, há uma continuidade, em que pensamos que somos os mesmos quando falamos, mas para o psicótico, a mesma estrutura distributiva da enunciação passa para o Real, como se o dito viesse de fora (p. 148-49).

Prosseguindo com Lacan, somos remetidos ainda a uma questão concernente aos primórdios da constituição do sujeito caracterizada, entre outras coisas, pela impossibilidade do apagamento do signo, advinda da ausência do recalque.

Bernardino (2000) aborda o tema dizendo tratar-se da ocorrência de uma holófrase, ou seja, da não separação entre S_1 e S_2 que, como consequência, leva alguns significantes a permanecer no registro do real, consistindo nisto a impossibilidade de simbolização dos mesmos, surgindo em seu lugar um buraco, que será o responsável pelo desencadeamento da psicose.

No texto *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*, Lacan (1957-58) acrescenta que na impossibilidade de aceder ao Nome-do-Pai, o que se presentifica para o psicótico é a falta do próprio significante, deste modo, ao contrário da neurose, onde:

A presença do significante no Outro é (...) velada ao sujeito, (...) persiste em estado de recalcado (...) e dali insiste em se representar ao significado através de seu automatismo de repetição, na psicose a resposta provoca um simples furo, o qual, pela carência do efeito metafórico, provocará um furo correspondente no lugar da significação fálica (p. 564).

Vejamos, portanto, de que maneira o psicótico se estrutura o redor deste furo no simbólico, sobretudo, naqueles casos em que é sabido não haver o desencadeamento da crise propriamente dita, abrindo espaço para questionarmos a existência, de uma relação específica com um saber de outra ordem que não o paterno, permitindo ao sujeito uma amarração possível.

Neste sentido, mais uma vez nos remeteremos aos estudos realizados por Calligaris (1986), por considerarmos ser aquele que melhor situa a estrutura psicótica em relação ao saber.

No que tange ao posicionamento ocupado pelo sujeito frente à demanda indeterminada do Outro, Calligaris considera a psicose como equivalente à neurose,

no sentido de também se constituir numa defesa contra uma ameaça comum a ambas estruturas, desencadeando um processo metafórico remetido a um saber que buscará circunscrever essa demanda.

Trata-se para Calligaris (1989) de uma defesa no sentido freudiano do termo, isto é, como psicose de defesa, na medida “em que se subjetivar, existir como sujeito, obter algum estatuto simbólico, alguma significação é necessário para que o sujeito seja algo distinto do Real do seu corpo, algo Outro e mais do que alguns quilos de carne” (p. 13).

Assim, tanto quanto na neurose, torna-se necessário a instauração de um processo de metáfora que garanta ao sujeito uma significação mínima, retirando-lhe de uma condição de puro objeto da demanda do Outro e colocando-o em referência a um saber que lhe confira uma subjetivação.

No entanto, ao contrário do que ocorre com o neurótico, na psicose não se trata de um saber referido ao pai, a um sujeito suposto, mas antes à própria demanda, ou seja, se na neurose o sujeito se encontra sempre inserido numa filiação, se a linguagem lhe permite estabelecer um ponto em torno do qual tudo adquire significação, sobretudo, fática, no caso do psicótico esta inserção não acontece.

É isto o que se inscreve sob a égide da forclusão do Nome-do-pai, isto é, não apenas a forclusão de um significante, mas, como consequência desta operação, a própria impossibilidade de o sujeito se inserir numa filiação, instaurada a partir da falta de simbolização da metáfora paterna.

O que advém, portanto, no lugar desse saber paterno, como dizíamos, é um saber de outra ordem, que mesmo ligando significante e significação num tipo específico de “*capitonage*”, não fixa a amarração, embora seja capaz de assegurar ao

sujeito algumas significações viáveis, ainda que não fálicas, um saber que, antes de tudo, garante o domínio da demanda do Outro.

Trata-se, nas palavras de Calligaris (1989), de um saber de defesa que, por ser sem sujeito, não pode ser parcial – como o saber sexual na neurose –, “pois ele não vale pelo domínio que um sujeito suposto exerceria sobre a Demanda do Outro, mas deve – por si mesmo – tecer uma rede total e idealmente completa que proteja da Demanda o sujeito” (p. 18).

Além disso, Calligaris acrescenta que, ao passo que não há sujeito suposto saber sobre essa demanda na psicose, “a tarefa de sustentar, ou mesmo de produzir a rede, o tecido deste saber cabe ao sujeito mesmo” (p. 18), ponto este que será retomado futuramente, quando discutirmos o conceito de “*sinthome*” trabalhado por Lacan nos últimos anos de sua teoria, que trata, entre outras questões, de um termo cunhado pelo autor como “*saber-fazer com o sintoma*”, podendo ser lido como um dos efeitos de uma construção de suplência, desenvolvida pelo sujeito no sentido de suprir, no caso da psicose, a forclusão do Nome-do-Pai, oferecendo um caminho viável para que um outro saber possa se constituir.

Por ora, fixemo-nos um pouco mais sobre a concepção desse saber total, sobre o qual Calligaris (1989) acrescenta, que pelo fato de não poder ser transmitido, só pode encontrar-se circunscrito à coisa mesma que tenta simbolizar, como se dela emanasse.

Neste sentido, o autor nos apresenta, como exemplo, o caso de Rousseau, sobretudo no que se relaciona ao personagem Émile, por representar um ideal pedagógico constituído pela ausência de mestre, sustentado sobre os preceitos da natureza, excluindo o processo de transmissão e defendendo a idéia de auto-engendramento da autoridade.

Faz menção ainda à “poética de uma auto-revelação da natureza” em Hölderlin, e à idéia de uma coincidência entre o mundo e a rede do discurso, presente no primeiro Wittgenstein.

Em ambos os casos, destaca-se o fato de não haver registros de que crises psicóticas tenham sido desencadeadas, o que leva a crer que esses sujeitos de algum modo encontravam-se sustentados sobre um saber que lhes servia de amarração.

É interessante observar, neste contexto, a relação específica que o psicótico mantém com o saber, marcada por um deslizamento infinito, de modo metonímico, no qual o sujeito se ancora numa certeza egóica – consequência da ausência de metáfora paterna – onde se torna praticamente impossível estabelecer a diferença entre o “*eu*” e o próprio sujeito, como ocorre na neurose.

Ainda como resposta a esta relação “privilegiada” do psicótico com o saber, capaz de protegê-lo de uma crise *sui generis*, podemos mencionar os estudos de Anne Lysi-Stevens¹³ (1996), autora que faz um levantamento dos estudos lacanianos desde “*As psicoses paranóicas*” até o seminário “*As psicoses*”, período em que Lacan se pergunta acerca do que se constituiria o estado anterior à eclosão da crise psicótica, denominando este tempo, primeiramente, de pré-psicose – termo que ele abandonará futuramente por considerá-lo demasiado vago –, substituindo-o anos depois por uma outra versão mais elaborada que será construída a partir dos seminários “*R.S.I.*” (1974-75) e, sobretudo, em “*Le Sinthome*” (1975-76), quando ele explicará este período de “não deflagração” ao trabalhar a noção de suplência, tomando como parâmetro o que acontece com Joyce, ponto sobre o qual nos deteremos a seguir.

¹³ Autora trabalhada com destaque por Bernardino (op. cit.), ao considerar o tema das psicoses não deflagradas.

4.1. A questão da suplência, ou do sintoma ao *sinthome*

Nos últimos anos de seu ensino, Lacan introduz uma virada na forma de conceber a estrutura psíquica do sujeito, colocando em primeiro plano o registro do real e apontando para a necessidade de um outro olhar na direção do tratamento, o que modificará, principalmente, a noção de sintoma e de cura na clínica psicanalítica.

Sabemos que mesmo no interior da obra freudiana, o percurso que leva à construção do sintoma é marcado por momentos distintos, implicando em variações que transformam seu conceito ao longo dos anos, sendo tomado primeiramente como mecanismo psíquico, a partir dos estudos sobre a histeria; passando pela concepção de formação de compromisso; pela noção de defesa e alcançando em “*A interpretação dos sonhos*” sua condição de formação do inconsciente, abarcando ainda para o caráter de satisfação substitutiva que a ele se associa.

Mais tarde, a partir das formulações freudianas acerca da pulsão de morte, a questão do ganho secundário envolvida na manutenção do sintoma seria melhor definida, abrindo espaço para a articulação, no futuro, do conceito lacaniano de gozo, associado entre outros fatores à repetição.

Anuncia-se, desta forma, o desenvolvimento da “neurose de transferência”, algo que Freud trabalhará no decorrer de diversos textos, mas principalmente nas últimas conferências de *Introdução à psicanálise*, sempre ressaltando a presença da formação inconsciente, da satisfação substitutiva e do ganho secundário, como delimitadores da relação transferencial que se atualiza no tratamento.

No entanto, a questão relacionada ao sintoma não se encerra aí, uma vez que associada à dimensão da transferência encontra-se ainda a noção de resistência, que

em consonância com a atribuição de um ganho secundário podem nos pôr diante de uma outra construção, talvez de um ponto de insolubilidade no que tange ao sintoma.

O próprio Freud (1937) já apontava para este limite em “*Análise terminável e interminável*”, momento no qual sua ênfase recairia sobre os obstáculos impeditivos da cura do paciente, acreditando talvez que eles pudessem ser removidos, mas que hoje, analisados sob a perspectiva da segunda clínica lacaniana, poderiam significar um prenúncio da existência de um ponto irreduzível do sintoma, algo que não se esgota pelo deciframento implícito nos últimos escritos freudianos.

Assim, ao adentrarmos os escritos lacanianos é possível perceber no início de seu percurso uma concepção de sintoma que se vale, quase sem restrições, dos conceitos deixados por Freud ao longo de sua trajetória, retomando em seu discurso algumas das antigas formulações freudianas, como pode ser visto, por exemplo, no “*Discurso de Roma*” (1953a), ao resgatar a função da escuta do paciente, e considerar seu relato mais como uma mensagem dirigida ao Outro, no sentido de ver-se decifrada, que como significante de uma causa de sofrimento.

No decorrer do texto “*Função e campo da fala e da linguagem*”, Lacan (1953b) acrescenta que é “justamente essa assunção de sua história pelo sujeito, no que ela é constituída pela fala endereçada ao outro, que serve ao novo método a que Freud deu o nome de psicanálise em 1895” (p. 258).

Neste sentido, o sintoma aparece reduzido à função simbólica e estruturado como linguagem e, portanto, devendo se resolver pelos mesmos meios.

Dito de outro modo trata-se de uma concepção que preconiza a função de verdade atribuída ao sintoma e sustenta a possibilidade de cura no deciframento dessa verdade.

Ainda em 1958, Lacan se mantém fiel ao caminho trilhado por Freud, trazendo mais uma vez à tona a discussão acerca do trauma histérico, concluindo que embora o sintoma comporte algo do recalcado ele se desenvolve no sentido de reconhecer o desejo, mesmo que de modo cifrado.

Durante os anos sessenta, tem continuidade a prevalência do simbólico sobre os demais registros, com a diferença que Lacan começa a se deter mais profundamente sobre temas que serão de fundamental importância para as suas formulações finais, como em 1962-61, ao discutir no seminário “*A identificação*” o conceito de letra, termo que surge associado à relação do significante com o nome próprio.

Assim, Lacan afirma que “só pode haver definição de nome próprio, na medida em que percebemos relação da emissão nomeante com algo que, em sua natureza radical, é da ordem da letra” (p. 81), destacando, neste sentido, a relevância não só do som, mas, sobretudo da escrita, no processo de distinção do nome próprio, ressaltando ainda sua afinidade com aquilo que do significante faz marca, ou seja, com “a designação direta do significante como objeto” (p. 85).

È somente a partir dos anos 70 que Lacan se enveredará definitivamente pelo campo do real, dedicando-se à construção da teoria do nó borromeo – embora ele já tivesse mencionado o nó em 1952.

Mesmo assim, esta passagem do simbólico ao real não se faz de modo imediato, como podemos notar ainda em 1974, quando Lacan ao se questionar acerca do lugar ocupado pelo sintoma na estrutura borromeana, recoloca mais uma vez a primazia do simbólico, fiando-se no campo do sentido.

No entanto, neste mesmo ano, ao dar início ao seminário “*R.S.I.*”, Lacan (1974-75) introduz uma nuance que anuncia uma progressiva mudança em sua

concepção – que culminará com os escritos do seminário XXIII, em 1975-76 –, este prenúncio se coloca pelo estabelecimento da relação do sintoma com o real, que passa a ser designado como seu verdadeiro sentido.

Ademais, começa a se perfilar o caminho que levaria Lacan a deixar a mão de Freud para adentrar as vicissitudes da psicose com Joyce, algo que se pode notar ainda em “*R.S.I.*”, quando o autor se põe a tecer críticas acerca da ênfase freudiana sobre o conceito de *Realität*, ou seja, de realidade psíquica, propondo em seu lugar o conceito, também freudiano, de *Wirklichkeit*, que poderia ser traduzido como “*realidade operatória*”, “*realidade efetiva*” ou “*realidade eficaz*”, atendendo melhor às expectativas lacanianas para a nova formulação de sintoma que se produzirá, no seminário seguinte, sobretudo no que se relaciona à capacidade de “*saber-fazer*”, ligada ao uso lógico do sintoma.

Por ora, resta-nos a tarefa de compreender um pouco como se edifica a estrutura do nó borromeu, trabalhada por Lacan em “*R.S.I.*” e constituída basicamente a partir de um enodamento entre real, simbólico e imaginário, de maneira tal que, diante da queda, da separação de um desses elementos, ocorre a liberação dos demais e, conseqüentemente, a dissolução do nó.

Alguns princípios básicos envolvem essa estruturação, uma delas consistiria no fato de o nó não se constituir nem como uma metalinguagem, ligada exclusivamente ao campo do simbólico, nem como uma representação associada somente ao imaginário, mas antes como uma escritura que suporta um real, sendo a partir do traço dessa mesma escritura que se pode conceber a existência dos conceitos de idéia e representação.

O que se insere, portanto, nesta sustentação sobre o enodamento borromeano é a possibilidade de defrontamento com o real da estrutura, à medida que se introduz

o buraco do *Urverdrängt*, ou seja, a marca do significante sobre o real, engendrando o recalque originário, cabendo ao sujeito haver-se com um impossível acerca do qual pode apenas traçar contornos.

Encontram-se atreladas ainda à estrutura borromeana, segundo Lacan (1974-75), as noções de *consistência*, *ex-sistência* e *buraco*.

Por *consistência* compreendemos a qualidade atribuída ao imaginário que consiste em manter juntos R.S.I., num enlace que preconiza a ausência de corte, de separação, sem o que fatalmente seríamos levados à dissolução do nó.

Assim, a *consistência* é o que confere a cada um dos registros a mesma importância, o que, no entanto, não significa que isoladamente não comportem sentidos diferentes, mas antes que nenhum dos campos – real, simbólico ou imaginário – é capaz por si só de responder pela verdade do sujeito, nenhum dos registros se sobrepõe aos demais, podendo ser tomado como todo, como *Um*.

Deste modo, não só a inexistência de uma hierarquia, como ainda o fato de se constituírem em tão somente três categorias a se entrelaçarem, vem demarcar a impossibilidade de, por um lado, estabelecer uma relação de complementaridade o que, em outras palavras, significaria admitir a existência da relação sexual e, por outro, evitar que várias instâncias ou outras consistências viessem a responder do lugar desse buraco advindo do enodamento entre real, simbólico e imaginário, bem como do furo que por sua vez é instaurado, de maneira particular, em cada um desses registros à medida que são tomados aos pares, desencadeando um desdobramento infinito.

Neste sentido, ao se estruturar em três, o nó borromeu se coloca como um ponto de basta para um número infinito de possibilidades que se abriria.

Associado à noção de *consistência* eis que surge o conceito de *ex-sistência*, cuja importância reside em apontar para aquilo que, embora esteja do lado de fora, gira ao redor do que faz *consistência*, marcando ali um intervalo.

Deste modo, cada registro se apresenta de maneira diferente no que concerne a sua *ex-sistência* e ao que resulta do buraco que dela advém, podendo-se situar no intervalo entre real e imaginário o surgimento do gozo do Outro (JA), que remete ao impossível; entre simbólico e real, o gozo fálico (Jφ), do qual resulta a ordem sintomática e, entre simbólico e imaginário, o sentido; estruturando-se assim os três intervalos resultantes das interseções entre cada par de registros.

Embora não venhamos a nos deter mais profundamente sobre esta questão, cabe dizer ainda que cada um dos planos oriundos desse entrelaçamento comporta a tríade freudiana representada por inibição (S-I), sintoma (S-R) e angústia (R-I).

Há ainda que se destacar a interseção resultante do próprio enodamento, e que confere ao nó borromeu a qualidade de suportar o real da estrutura, isto é, o intervalo central, no qual se localiza o objeto *a*, suplementar aos gozos.

Nas palavras de Frignet (1997) “é nisso que a *ex-sistência* se suporta do Real, quer dizer do objeto, do lugar para o objeto que a operação do significante faz no Real” (p. 173).

Na sequência, adentraremos a discussão acerca da noção de *buraco*, responsável entre outras coisas por possibilitar o enodamento entre os aros, uma vez que se faz necessário que um aro passe pelo outro a fim de instituir o entrelaçamento.

Desta forma, ao seguirmos os passos de Frignet em sua pesquisa etimológica do termo, deparamos com a palavra “*troglodita*”, que em grego se origina de τρογλη, designando o buraco, o oco que, por aproximação, remete ainda a τροχός, que significaria o círculo, a rodela, o anel, o disco.

Neste sentido, o autor prossegue sua pesquisa até chegar ao significado de ferida (τρανμα), embutido numa antiga escritura que conserva a raiz τρο e τρω, originada da palavra τρωνμα que, num primeiro momento, teria aproximado a noção de *buraco* à idéia de trauma (*trou*).

Ao destacar essas semelhanças, pretende demonstrar também como o trabalho da língua comporta e, ao mesmo tempo, é sustentado pelo que há de ausência e de substância, pelo que se constitui como *buraco* e por aquilo que está ao redor.

Portanto, para Frignet, torna-se importante ressaltar que no enodamento dos aros não se pode prescindir do *buraco*, o que, no entanto, não quer dizer que haja uma reciprocidade entre o *buraco* e a substância, ou seja, “um vindo ao inverso do outro como no enodamento a dois, dos toros do desejo e da demanda. No nó borromeu, um não faz cadeia pelo buraco do outro, mas é pela ex-sistência de um terceiro que esses dois se enodam” (p. 174).

Esta triplicidade, suportada pela topologia do nó borromeu, cuja planificação reúne ao mesmo tempo a dimensão de tempo e espaço, remete mais uma vez à questão do impossível, podendo ainda ser representada, segundo Frignet (1997), pelos três verbos principais presentes na máxima lacaniana: “*Eu te peço que recuses o que te ofereço porque isso não é isso*”¹⁴, sendo por meio desse ternário que “pode aparecer o efeito de sentido, neste caso, o impossível da apreensão deste ‘isso’, o objeto *a*” (p. 175).

Por fim, esperamos que as formulações construídas acerca desse *buraco* além de marcar o vazio existencial do sujeito possam servir ainda como base para que possamos analisar e discutir posteriormente a condição feminina frente à falta de um

¹⁴ Lacan, J. (1971-72). **...Ou pior – seminário XIX 1971-1972**. Inédito. Publicação interna da Associação Freudiana Internacional, Salvador, BA, 2003. Aula de 9 de fevereiro de 1972, p. 69.

significante capaz de nomeá-la e, por conseguinte, o estabelecimento de uma maior proximidade com isso que do real se coloca.

Por ora, retomemos nossa trajetória anterior a fim de verificar como se deu a formulação do conceito de *sinthome*, termo escrito por Lacan (1975-76) de modo diferente da grafia utilizada para definir o sintoma clínico (*symptôme*), e cuja significação veremos se desenvolver também num outro sentido.

Deste modo, podemos constatar já em “*R.S.I.*” (1974-75) um questionamento de Lacan acerca da necessidade de um quarto elo a ser agregado à estrutura ternária do nó borromeu.

Como sabemos, esta era uma proposição presente já na leitura freudiana que considerava a necessidade desse quarto elemento, designado pelo sintoma, com o objetivo de dar consistência aos demais registros.

No entanto, na época, Lacan (1974-75) parece oscilar acerca dessa necessidade, chegando a admiti-la em alguns momentos, quando designa para tal função o Nome-do-Pai – levantando mais uma vez seu caráter de suplência –, para refutá-la a seguir, defendendo a idéia de que esse quarto nó estaria incutido no próprio enodamento borromeano.

Assim, de um modo ou de outro, vê-se anunciar novamente em “*Le sinthome*” a função de suplência, já referida anteriormente por Lacan (1973-74) em “*Les non dupes errent*” e no próprio “*R.S.I.*”.

Neste sentido, ao associar a idéia de suplência aos *Nomes-do-Pai*, escrito no plural, Lacan (1973-74) pretende apontar para a existência de sintomas que não só denunciariam a insuficiência do Outro como, ao mesmo tempo, serviriam de borda e sustentação para o nó.

Deste modo, seria o próprio buraco central resultante do enodamento entre real, simbólico e imaginário, no qual se localiza o objeto *a*, o responsável por apontar para a inconsistência, reclamando um artifício que sirva de suplência à função do pai, numa tentativa de compensar esta falha estrutural.

Em outras palavras, responderia à impossibilidade de relação entre S e I.R., o que, em última instância, significaria dizer que o nó vem dar suporte na linguagem ao real do sexo, à medida que ao se constituir como três e encontrar-se sustentado pela consistência advinda do imaginário, apresenta-se como uma solução para a inexistência da relação a dois.

Ao avançar em suas formulações, Lacan (1974-75) insinua ainda que esta função suplementar não seria privilégio exclusivo da psicose, ao dizer que, “é porque esta suplência é indispensável que ela tem vez: nosso Imaginário, nosso Simbólico e nosso Real estão talvez para cada um de nós em um estado de suficiente dissociação que só o Nome do Pai faça nó borromeano e mantenha tudo isso junto” (p. 32).

A este respeito, poderíamos dizer com Harari (2002) que o *sinthome* se originou de “uma necessidade lógica seguida na passagem da estrutura do nó borromeano de três *dimensões*¹⁵ (...) para o nó borromeano de quatro” (p. 10), quando lhe é atribuída por Lacan, a partir de 1975, a função de responder como quarto aro a dar consistência ao nó.

Com a inserção deste conceito, eis que nos deparamos com uma nova forma de pensar não só a psicose, mas toda a psicanálise depois de Freud, sobretudo, quando Lacan (1975-76) propõe que no lugar de tomarmos o sintoma como verdade a ser decifrada, por meio da interpretação significativa, façamos dele um uso lógico, que consistirá, a princípio, em abandonar qualquer referência às noções de recalque e

¹⁵ Escrita sugerida pelo autor para transliterar, no plural, o neologismo lacaniano – “*dit-mention*”.

repetição, tal como articulado na teoria freudiana, introduzindo uma disjunção entre estes dois termos a fim de privilegiar a dimensão do real, abrindo espaço para o gozo.

É desta forma que emerge como foco principal a questão da língua no lugar da linguagem, como algo que a antecede e que não se estabelece com a função de comunicar, mas ao contrário, como um indicador de que o significante serve ao gozo, configurando uma dinâmica que Miller (2004) vem complementar ao dizer que aquilo que Joyce revela, por meio de sua obra, é a inexistência da linguagem como estrutura, apontando ainda de que maneira ela pode ser desfeita pelo impulso da língua.

Neste sentido, Lacan (1975-76) deixará a mão de Freud para se enveredar com Joyce pela trilha da psicose, inaugurando uma nova escrita do sintoma, balizada pela questão dos nós e, principalmente, por uma inversão na ordem dos registros imaginário, real e simbólico.

Assim, se num primeiro tempo tínhamos inscrito o sintoma como metáfora, responsável por permitir a emersão da verdade, a partir da incidência sobre a linha metonímica e, por conseguinte, da produção do corte na cadeia significante do sujeito, agora deparamo-nos com algo que se sustenta na letra e na escrita do nó borromeano, ultrapassando como tal os limites do significante e enunciando a *existência*, o real da estrutura.

Se, em períodos anteriores da abordagem lacaniana, pudemos ver sua ênfase posta no imaginário ou no simbólico, agora quem figura em primeiro plano é o real, fazendo jus à inscrição RSI.

Como consequência desta mudança, o próprio conceito de causalidade psíquica se altera, passando também a ser determinado pela dimensão do real, o que

faz com que sua conexão com a racionalidade e linearidade seja rompida, possibilitando a emergência de novos paradigmas.

Trata-se, nas palavras de Harari (2002), de uma: “orientação que se fundamenta nessa passagem que vai da ficção da palavra à importância da voz. Da polissemia do significante à polifonia das palavras. Ou ainda, como um deslizamento que vai da topologia do significante à topologia do nó borromeano” (p. 11).

Há, portanto, neste momento, uma separação radical entre o que consiste o sintoma em Freud e o *sinthome* em Lacan. No primeiro caso, estaríamos diante da dimensão do *automaton*, retorno repetitivo do recalcado ligado ao simbólico, admitindo como tal uma significação fálica e servindo à função de cura, já no segundo, o que entraria em jogo seria algo da ordem da *tiché*, recalque primário ligado ao real, cuja finalidade seria reparar a cadeia borromeana, respondendo como suplência.

Deste modo, segundo Vieira (1996) o *sinthome* se constituiria como “uma escrita particular ligada àquilo que no real não acende ao significante e funda o desejo” (p. 56), marcando um gozo não assimilável que se coloca, a partir de então, como o principal substrato a ser trabalhado.

Neste sentido, tomemos mais uma vez a questão da psicose para pensarmos a relação entre suplência e escrita, tal como proposta pela articulação dos nós e discutida por Paiva, Lopes e Peres (1996) em “A solução joyceana”, texto no qual as autoras colocam que embora sendo de “estrutura que um significante seja forcluído do campo do Outro” (p. 112), fazendo surgir em seu lugar o Nome-do-Pai, ocorre na psicose um erro específico, que se vê articular em Joyce, e que consiste no fato de real e simbólico se cruzarem de forma olímpica.

Somos remetidos, desta forma, a algo que Lacan (1971-72) circunscreveu no seminário “... *ou pire*”, mais precisamente na aula do dia 9 de fevereiro de 1972, quando expõe pela primeira vez o nó borromeu, mencionando o nó olímpico como aquilo que resulta como mera aparência quando ocorre o desprendimento de um dos demais aros, aparência que se justifica justamente pelo fato de não haver amarração possível suportada apenas sobre dois anéis.

Dito de outro modo, quando por um erro na estrutura do nó, os elos não se enodam, provocando a queda do imaginário, o que se dá é a formulação desse nó olímpico, representado apenas pelo enlace entre real e simbólico, havendo nesses casos a necessidade de buscar um outro elemento, que não a imagem do corpo, capaz de dar consistência ao ego a fim de constituí-lo como quarto aro, responsável por restituir o nó borromeano – em Joyce, esse outro elemento é a escrita.

Desta maneira, vemos emergir novamente a necessidade de recorrer a uma outra articulação que não se restrinja exclusivamente ao deciframento do sintoma, mas que possa abarcar aquilo que se instaura para além dele, permitindo apreender algo do impossível do real que se inscreve por meio dessa nova amarração.

É neste sentido que Lacan (1975-76) propõe que no lugar de decifrar o sintoma, a partir da interpretação, promova-se o uso lógico do mesmo, ou seja, que se proceda à redução do sintoma – redução a um furo, ao anel de barbante, o qual vem substituir o significante.

Em outras palavras, isto significa que teríamos que intervir sobre a letra, ou seja, sobre o que Bernardino (2000) destaca do texto lacaniano¹⁶ como sendo aquilo que, “ao fazer borda, funciona como contorno entre heterogeneidades, instituindo não uma fronteira, mas dois campos totalmente distintos: o saber e o gozo” (p. 70).

¹⁶ Menção a *Lituraterra*, aula de 12 de maio de 1971 do seminário inédito de Jacques Lacan, intitulado “*De um discurso que não seria do semblante*”.

Neste sentido, apreende-se ainda a importância do destaque reservado pela abordagem lacaniana ao conceito de letra, designado como o que fundamenta, ou mesmo determina, a possibilidade de construir um nome próprio.

Trata-se de algo que já enunciávamos quando da exposição dos momentos lógicos da constituição do sujeito, e que se inaugura mais precisamente na obra lacaniana quando, no seminário “*A identificação*”, Lacan (1961-62) situa a letra como um suporte necessário para o significante, remetendo-nos à relação do *infans* com *Das Ding*, a Coisa.

Para Lacan, neste momento, “os significantes não manifestam primeiramente senão a presença da diferença enquanto tal e nada mais. A primeira coisa que ele implica é que a relação do signo à coisa seja apagada” (p. 58).

Bernardino explica essa passagem nos remetendo mais uma vez à “*Lituraterra*”, aula na qual Lacan (1971) descreve, segundo a autora, “a trajetória de uma ‘escritão’ diante do real – a partir de um gesto que se impõe como traços do Outro –, para uma ‘inscrição’ – então significante, simbólica –, do que resultaria uma ‘escrita’” (p. 70).

Neste percurso, trata-se de caracterizar a letra como efeito de discurso, situada na borda do simbólico, marcando um primeiro tempo, ainda real, na constituição do sujeito, no qual por meio de uma antecipação imaginária ele será levado ao simbólico, adentrando, desta maneira, o segundo tempo lógico, no qual a letra emergiria como suporte material para o significante na medida em que a ele se liga.

Nas palavras de Bernardino (2000), “é neste momento que o significante se dobra às leis da linguagem” (p. 70), operando-se a castração propriamente dita.

Haveria, portanto, segundo a autora “uma escrita lógica, impossível de ser traduzida, porque primeira”, sendo que “a inscrição do sujeito na linguagem dar-se-ia neste trajeto do impossível do gozo implicado nesta ‘escritção’, sofrendo a operação da castração, para chegar a uma significação possível” (p. 70-71), destacando-se mais uma vez a função de fazer litoral entre o gozo e o saber, atribuída por Lacan (1971) à letra.

Assim, tomaremos parte desta subversão teórico-clínica, produzida por Lacan nos últimos anos de seu ensino, para a seguir pensar a sexualidade feminina e as vicissitudes que acompanham a mulher em suas relações agora sob uma nova perspectiva, questionando, entre outras coisas, se a ausência de um significante capaz de nomeá-la, poderia ser também denominada de forclusão?

Neste sentido, Miller (1988) responde afirmativamente, ressaltando que, para além do Nome-do-pai, a teoria lacaniana admite a forclusão de outros significantes, desta maneira, “quando Lacan distingue o Outro gozo, aquele que não tem significante, dizendo que ‘a mulher não existe’, pode-se traduzir como: existe uma forclusão do significante da mulher” (p. 148).

Desta forma, Miller introduz uma questão sobre a qual não nos deteremos, mas que merece ser mencionada, e que diz respeito ao conceito de “forclusão generalizada”, cuja formulação se sustentaria no fato de toda a espécie humana encontrar-se envolta por um ponto de loucura, na medida em que não há fórmula significante da relação sexual.

No caso específico do sujeito feminino a falta desse significante seria responsável por aquilo que escapa à ordem fálica em sua estruturação, podendo-se tomar o amor e a arte como suplências, servindo como um suporte, como uma amarração possível ali onde esse significante se encontra forcluído.

4.2. O amor, a mulher e a escrita

Ao lançarmos nosso olhar sobre o amor, logo somos confrontados com uma contradição intrínseca ao tema, evidenciada pelo fato de, por um lado, encontrar-se sustentado sobre uma dissimetria estrutural, que denuncia a não complementaridade entre os sexos, e, por outro, instituir-se como aquilo que tenta fazer suplência à relação sexual, ligado, portanto, à noção de escrita.

Neste sentido, numa tentativa de contemplar a dimensão imaginária, simbólica e real, relacionada ao tema, re-introduziremos em nossa discussão questões inerentes à ligação do sujeito com as figuras parentais, com a linguagem e com aquilo que da estruturação psíquica resulta como resto, como objeto *a*.

Para isto, partimos da máxima “*amar é dar o que não se tem*”, para ressaltar a importância da entrada do Outro neste circuito, legitimada a partir da falta, sobre a qual se fundará o mal-entendido inerente ao amor.

Desta forma, constatamos a presença de uma divisão entre objeto de amor e objeto de desejo – que se representa pela não coincidência entre o objeto que se doa, o objeto que se recebe e aquilo que se deseja; ou ainda, pela existência de alguém a quem se ama e alguém de quem se goza –, fazendo desse desencontro não o fracasso do amor, mas aquilo mesmo que o fundamenta.

Trata-se de uma discussão que Pommier (1992) desenvolve no texto “*A equivocação do amor*”, no qual o autor situa a busca por esse objeto em relação à primeira perda instaurada pelo sujeito a partir de sua entrada na linguagem, algo que uma vez recalcado ele passa a procurar, mesmo sem sabê-lo naqueles a quem dirige seu olhar e seu amor.

Neste processo residiria, portanto, o caráter narcísico envolvido na relação amorosa, que faria com que cada sujeito ao se deparar com o outro o fizesse revestido de traços daquilo que se constituiu sua vivência com o Outro, buscando muitas vezes recobrir um vazio e investindo o parceiro de uma imagem que nada mais é que o reflexo de suas projeções e anseios, e procurando no outro a imagem de si, ou mesmo, daqueles que se constituíram como seus primeiros objetos de amor.

Entretanto, segundo Pommier (1992), este não seria o único fator responsável pelo mal-entendido e pelas dificuldades no campo afetivo, mas antes o fato de tanto o desejo feminino quanto o masculino se empenharem de maneiras opostas na tentativa de obter do falo.

Conseqüentemente, somos remetidos à afirmação lacaniana de que a mulher se constituiria num sintoma para o homem, enquanto que este seria para ela uma devastação, relação que decorre do fato de o desejo feminino se colocar como enigma para o parceiro, ao mesmo tempo em que a própria mulher se inscreve como aquilo que a ele falta, sendo tomada, portanto, como seu falo.

Um dos elementos que Pommier (1992) trabalha, a partir do posicionamento específico adotado por cada um dos parceiros em relação ao objeto, diz respeito ao gozo, ao qual ele se refere começando por mencionar a angústia que o gozo feminino viria a suscitar no homem, ao trazer à tona a temática da morte e pôr “à prova o nome, o mais-além da vida em que se apóia a existência” (p. 53), ao demandar de seu parceiro algo que se encontra para além de sua aparência ou beleza física.

Ademais, esse gozo é responsável ainda por confrontar o homem à castração, na medida em que ocorre um relançamento do desejo fazendo com que a mulher possa desempenhar para ele a função de Nome-do-Pai.

Esta função, por sua vez, advém de uma condição imposta pelo impasse travado entre o que se constitui como indecifrável na relação entre o falo e o nome, sendo seu enigma recolocado para o homem na medida em que se depara com a mulher amada, conferindo ao amor, desde então, a qualidade de representante da Lei, e, possibilitando, por meio desse relançamento do desejo, que o homem possa voltar-se para a mulher de modo a localizar algo diferente da face cruel da morte.

Entretanto, conforme veremos a seguir, no esquema proposto por Pommier, o Nome-do-Pai não figura apenas do lado feminino do quadro (p. 57), mas comparece em ambas as posições, desempenhando para a mulher a função de regular o desejo e para o homem de assegurar a existência.

Ocorre assim uma espécie de troca de nomes o que, em si, representa o que se pode chamar de equivocação do amor.

Neste circuito, para que a mulher possa constar como Nome-do-Pai para um homem, deve se deixar desejar por ele, o qual, por sua vez, só terá seu desejo regulado à medida que receber da amada um outro nome capaz de se unir ao símbolo fálico.

Porém, nem sempre as coisas se dão de maneira tão harmoniosa, podendo haver casos aonde o Nome-do-Pai venha a faltar de um dos lados do quadro, fazendo com que o parceiro correspondente deixe de cumprir seu papel de reconhecer e, conseqüentemente, de nomear o outro na relação, o que introduz não mais algo da ordem da equivocação, mas da dissimetria entre os nomes, tal como poderemos acompanhar no caso Camille Claudel.

É este ponto de “forclusão”, decorrente da falta de um amor capaz de outorgar ao outro seu reconhecimento, por meio de um ordenamento das funções paternas, que pode se tornar responsável pelo desencadeamento de um tipo de loucura, que embora guarde semelhanças no que tange à fenomenologia da crise psicótica, ao mesmo tempo, dela se distingue no que diz respeito à questão estrutural.

Mais uma vez o pai vem assumir na constituição do sujeito feminino um papel fundamental investindo-se primeira e inevitavelmente do poder fálico, que o designa como articulador do trauma sexual, para posteriormente figurar como pai do nome, capaz de simbolizar o trauma sofrido anteriormente, ainda que para a mulher não seja possível recorrer ao nome sem que se incorra num questionamento de sua feminilidade.

Além disso, percebemos no quadro de Pommier (1992) a menção a um outro tema associado ao amor, mas ainda não discutido por nós: a sublimação, diante do que é importante abrir um parêntese a fim de verificar de que maneira o tema é abordado na teoria freudiana para, na seqüência, relacioná-lo à escrita e ao modo como a mulher é tomada pelo parceiro na relação amorosa.

Como sabemos, um dos primeiros textos onde Freud (1910) trabalharia a questão seria em “*Leonardo da Vinci, uma lembrança de infância*”, remetendo-nos a uma etapa remota da constituição do sujeito, na qual se localizaria uma relação

privilegiada da criança com a figura materna, além de uma atenção maior voltada às investigações sexuais infantis, como principais fatores envolvidos no desenvolvimento artístico e cognitivo futuro.

Contudo, o fato de essas primeiras experiências se constituírem no substrato de todo desenvolvimento intelectual articulado nos anos seguintes à conflitiva edipiana, estendendo seus efeitos por toda a vida do sujeito, não significaria que se obtivesse acesso direto a seus conteúdos, sendo este caráter específico que Freud designou como sublimação, ou seja: “a substituição do objetivo imediato da pulsão por outros desprovidos de caráter sexual que pudessem ser mais altamente valorizados” (p. 72).

Assim, uma vez que o conteúdo sexual recalcado remetesse o sujeito a um período no qual ainda não lhe era vedado o acesso ao primeiro objeto de amor, far-se-ia necessário que, por meio da lei de castração, o pai interviesse nessa relação a fim de interditá-la, o que, por sua vez, agregaria à busca por esse saber proibido um caráter de horror e de conotação incestuosa, levando o sujeito a produzir um desejo de nada saber e a voltar-se para objetos que se encontrassem desvinculados deste teor, sendo este processo o que lhe possibilitaria ingressar pelos caminhos do conhecimento através de investigações socialmente aceitas.

Entretanto, se por um lado podemos localizar um componente interditor inerente à sublimação, capaz de barrar o acesso ao gozo do Outro, por outro há também um movimento transgressivo estrutural a ela relacionado, que se desenvolve no sentido de subverter parte da interdição paterna, a fim de garantir a entrada do sujeito no campo dos saberes, resultando numa disjunção entre o que é da ordem do gozo e o que diz respeito ao saber, como característica própria ao ato de sublimar.

Trouchet (1983) aborda essa questão pela via de forças contrárias em constante tensão, considerando a sublimação como o resultado de um bem sucedido entrelaçamento entre pulsão de vida e pulsão de morte.

Neste sentido, Trouchet descreve o caminho percorrido pelo sujeito no processo criativo como uma travessia perigosa, na qual se faz necessário superar-se a cada momento, assim “o sujeito não somente se apercebe de que não pode dizer tudo e se choca então com seus próprios limites, mas também é levado a ultrapassar em palavras o que não pode ser dito alhures e o que ele não pode jamais formular, nem mesmo a si próprio” (p. 110).

Conjuga-se, desta maneira, aquilo que se conforma aos limites impostos pela lei e, ao mesmo tempo, aquilo que necessariamente lhe escapa como forma de *“escrever o que não cessa de não se inscrever”*, seja por meio do saber artístico, científico ou religioso.

A importância da rede discursiva que marca o sujeito como ser de linguagem, e, mais especificamente, a questão da escrita, é assim mais uma vez evocada por Trouchet (1983) ao dizer que, nesse processo de articulação/mediação entre castração e transgressão, o sujeito:

É obrigado a se retirar de uma linguagem cultural, racional e confortável para desvelar sua linguagem singular, desarrazoada e inquietante que lhe permite inventar-se, ou seja, criar seu próprio saber sobre si mesmo, cada limite sendo ultrapassado e fazendo surgir um outro que será necessário novamente transpor para tentar aproximar-se da verdade (p. 112).

Mas, se o que vimos, a partir dessa breve exposição, foi uma articulação direta entre sublimação e o desenvolvimento cognitivo do sujeito – no qual se inclui

o direcionamento artístico de um modo geral –, como podemos pensar a inserção do amor e, mais especificamente, da mulher, neste processo?

É simples, basta recorrermos aos estudos desenvolvidos por Kupfer (1990) que circunscreve como resultante do processo sublimatório o que, em termos freudianos, denominou-se desejo de saber, cuja origem estaria na relação primordial com o Outro, ao qual o sujeito se dirigiria supondo nele “encontrar a chave que abre as portas do desejo e do saber inconscientes do próprio sujeito” (p. 112) e, desta forma, constituindo-se naquilo que norteia não só a busca de conhecimento, como também de um analista, professor ou mesmo de um amante.

Neste sentido, o amor sofreria os mesmos efeitos das leis que regem a sublimação, fato que ficará ainda mais claro quando estudarmos sua relação com a escrita.

Além disso, no que se refere à mulher, Pommier (1992) afirma que a partir do momento em que ela é colocada no lugar da falta, encarnando o símbolo fálico para o parceiro, ela passaria a assumir o mesmo estatuto do objeto da sublimação, encontrando-se envolta ainda numa espécie de grandeza que a equipararia a uma obra de arte, ou mesmo a Deus, sendo desta forma capaz de representar o irrepresentável para o homem.

Deste modo, a mulher seria criada por esse homem na relação amorosa, como uma abstração artística, o que mais uma vez concerniria ao amor uma característica sublimatória, a qual, mesmo circunscrita a um outro campo que não o do conhecimento, manteria ainda seu aspecto transgressivo, desta vez, no sentido mais específico da relação do sujeito com o nome.

Assim, seja do lado masculino, pela adoção de um pseudônimo por parte do artista que assina a obra, seja do lado feminino ao receber um nome do marido, o que

se dá é o abandono de um nome de filiação, que é definido por Pommier como um ato de traição, na medida em que o artista, ao criar, inventa para si um nome que suplanta o nome do pai.

É neste sentido que Pommier afirma que “o amor conhece um destino que, tal como a pulsão na sublimação, pode se assinar” (p. 51), revelando-se numa forma de responder ao vazio estrutural que funda o sujeito, na medida em que localiza no amor do outro um olhar que seja capaz de fazer contorno a esta falta estrutural, guardando, desta maneira, estreita relação com a obra, uma vez que tanto um quanto o outro comportará a função de representar o irrepresentável, ao mesmo tempo em que poderá marcar com um nome próprio aquele que venha a experimentá-los, processo este que o autor resume no quadro seguinte.

Mulher	Homem
<p>Identidade com o símbolo</p> <p>φ ←</p> <p>↓</p> <p>ϕ →</p> <p>obra criadora</p>	<p>Esteamento do Nome</p> <p>“d”</p> <p>– Nome do Pai</p> <p>– Pseudônimo</p> <p>– Nome traído</p> <p>Criador criado</p>

O esquema ilustra as coordenadas envolvidas no encontro amoroso, a partir do qual podemos localizar em “*d*”, no lado masculino, a simbolização do desejo de um homem por uma mulher, que por sua vez, no lado feminino, encontra-se identificada ao falo imaginário (ϕ), mantendo relação ainda com o falo simbólico como representante da castração.

No sentido inverso, o homem surge como aquele que pode assinar aquilo que o desejo criou, isto é, a mulher elevada agora à categoria de obra criadora, na medida em que ao ser nomeada também permite ao parceiro ter seu próprio nome firmado.

A partir desta assinatura somos remetidos à questão do nome, duplamente articulada ao amor: primeiro, por essa via apresentada por Pommier (1992), ao considerá-lo como aquilo que se recebe no processo de identificação, na ocasião das relações edípicas primordiais, que se refletirá posteriormente no posicionamento e nas escolhas amorosas do sujeito; e, segundo, por meio dos estudos lacanianos – sobretudo no que tange aos seus últimos escritos e seminários –, ao trazer à tona as formulações acerca do *nome-próprio*, designando um tipo de escrita instaurada a partir do uso lógico do sintoma que conferirá ao amor um caráter de suplência, uma vez que se coloque como instrumento para que o sujeito possa escrever o impossível do sexo.

Deste modo, ao adotarmos a primeira vertente, veremos que o nome – principalmente no que diz respeito ao estatuto adquirido ao servir como objeto de troca entre os parceiros – estará associado a duas dívidas anteriores, herdadas no processo de constituição do sujeito: uma advinda da relação com o Outro materno, e outra decorrente do assassinato do pai.

Trata-se no primeiro caso de uma dívida pela existência, impagável à medida que requer o falo como tributo para a quitá-la, e, no segundo caso, pela simbolização

do falo, cujo pagamento se faria pela fundação de uma obra ou de uma ação, que reassegurasse o nome do pai, conferindo ao sujeito o direito de usufruto do mesmo.

O nome se coloca, então, no sentido de tentar resgatar de algum modo essas dívidas, sendo capaz, no que diz respeito ao homem, de apaziguar sua angústia por meio da obra ou ação, mencionadas anteriormente.

Já no que se relaciona à mulher, o mesmo instrumento desperta um efeito contrário, na medida em que, ao se revestir de uma característica masculina, a possibilidade de vir a assinar suas realizações aumentaria ainda mais a angústia feminina.

Neste sentido, segundo Pommier (1992), “de um lado, o amor ao pai gera a feminilização e a inveja do pênis [o que gera a angústia], e de outro, a erotização do pênis deixa de ser um fenômeno externo e angustiante, a partir do momento em que é ligada ao ato e a sua assinatura” [o que a apazigua] (p. 82).

Além disso, o acirramento da angústia feminina poderia se dar ainda devido ao fato de ver emergir uma sensação de plenitude a partir do momento em que, no relacionamento com o parceiro, a mulher é posta no lugar daquilo que lhe falta, sendo remetida a uma vivência pré-edípica com o Outro materno que lhe despertaria fantasias incestuosas.

Para Pommier é pautado nesses dois fatores – tentativa de resolver a relação com a mãe e ao mesmo tempo de suprir a falta no Outro – que se dá o empreendimento de muitas mulheres no processo de sedução de um homem e cujo objetivo, quando alcançado incorre no abandono imediato do objeto conquistado, isto porque, “o desejo dos homens é tão necessário quanto insuportável: é necessário do ponto de vista do gozo devido à mãe, e é insuportável porque encarnar a falta é uma identificação intolerável” (p. 49).

Em suma, embora neste processo a “*assinatura*” não desempenhe o mesmo papel para cada um dos parceiros e a dívida com a mãe não possa ser paga, pode-se entrever, no caso da mulher, uma outra saída para o impasse, através da adoção do nome de um homem, em substituição ao patronímico.

Deste modo, o nome passará a ter para a mulher um valor de troca, enquanto para o homem seu valor será de uso.

A partir da prevalência dessa relação do amor com algo que se destacaria como uma espécie de escrita, somos levados a discutir a segunda vertente levantada anteriormente, relacionando o tema ao conceito de *sinthome*, abarcando questões relativas à função da letra e do nome próprio, naquilo que este se destina a preencher a falta do *um* para designar o sujeito.

Por esta via, o que se coloca em primeiro plano é a dimensão real da qual se revestirá o amor, a partir da reformulação da temática do Nome-do-Pai na teoria lacaniana.

Assim, ao tomarmos parte desta relação com a escrita, somos remetidos por Bernardino (2000) ao texto “*Lituraterre*”, no qual Lacan (1970) discute a função da letra concernida a possibilidade de fazer “*litoral*” entre o gozo e o saber, “implicando ao mesmo tempo o apagamento e a entrada no real da linguagem e o que fica como resto, testemunha de um gozo incomunicável” (p. 71), característica esta que o leva a circunscrevê-la como objeto *a*.

Neste sentido, a letra estaria referida ao real, sendo, portanto, distinta do traço unário que, por sua vez, encontrar-se-ia em consonância com o simbólico.

Nas palavras de Lacan (1970), “é a letra e não o signo que aqui dá apoio ao significante (...). Em outros termos, o sujeito é dividido pela linguagem, mas um de

seus registros pode se satisfazer pela referência à escrita e o outro pelo exercício da palavra” (p. 24).

Alguns anos mais tarde, no seminário *Le Sinthome*, Lacan (1975-76) retorna ao assunto, destacando uma relação particular entre o que seria constitutivo do campo dos saberes e o que seria proveniente desse real representado pela letra, algo que ele descreve dizendo que “uma escritura é um fazer que dá suporte ao pensamento” (p. 162), sendo ao mesmo tempo responsável por aquilo que no simbólico faz furo, e que desempenha o papel de suplência.

É a questão específica da suplência que nos interessa extrair do texto lacaniano a fim de atribuir ao amor o caráter de *sinthome*, uma vez que, de acordo com Miller (2004), poderíamos demarcá-lo como responsável por dar suporte àquilo que se colocaria como “uma insuficiência do corpo próprio”, atuando de modo a dar sentido ao que o autor nomeou de um “gozo parasitário” (p. 7).

Trata-se de um gozo que viria suprir a insuficiência do gozo do corpo do Outro em sustentar o nó, e não se localizaria nem no imaginário – no que concerne ao corpo enquanto forma, consistência –, nem no simbólico – no que este comporta de furo –, mas antes, num além, como algo que ex-sistiria a eles, enlaçando-os, e emprestando ao amor o estatuto de real.

Ademais, este gozo estaria envolvido na construção de um nome próprio.

Na construção desse nome próprio, principal elemento constitutivo do uso lógico do sintoma, mais uma vez nos deparamos com algo da ordem da superação do pai, superação esta que é descrita por Miller (2004) como “demissão do pai” e demarcada como o veículo que permite ao significante se colocar como causa de gozo.

A partir da prevalência do real sobre o simbólico, que se instaura neste momento da obra lacaniana, somos levados a considerar em primeiro plano a dimensão do signo que virá se sobrepor ao significante, outorgando ao sentido um lugar secundário, sobretudo no amor.

Assim, a referência ao corpo do Outro se torna central neste momento, sendo introduzida por Lacan (1972-73) no seminário “Mais, ainda”, no qual a partir da idéia de *amuro* e de *carta de almor*, buscaria resgatar a dimensão do *nada*, envolvida na relação com o Outro, que se faria por meio de um endereçamento no qual o sujeito se colocaria de corpo e alma nesta entrega.

Neste sentido, a noção de mulher como sintoma é retomada por Soller (2005) a fim de redefinir sua relação com o objeto *a* – com o qual é tomada como equivalente em *RSI* – e, conseqüentemente, com o gozo do corpo-a-corpo, que nos remete ao relacionamento com o parceiro.

Desta articulação, Soller (2005) conclui que:

Quando se trata de uma mulher, segue-se que ela empresta seu corpo para que, gozando com ela, o homem de fato goze com seu próprio inconsciente, e que, inversamente, é por esse gozar com o inconsciente que ele tem acesso ao gozo do corpo, que não é o gozo do Outro, mas gozo fálico (p. 182).

Poderíamos concluir a discussão dizendo que é este mesmo papel desempenhado pela mulher que lhe confere no quadro da sexuação o papel de objeto *a*, considerada pelo homem, como uma forma de preencher o que lhe falta, ao mesmo tempo em que, para além do falo, pode ser tomada como causa do desejo, algo que Lacan (1972-73) resume ao afirmar que “não há relação sexual porque o gozo do

Outro, tomado como corpo, é sempre inadequado – perverso de um lado, no que o Outro se reduz ao objeto *a* – e de outro, eu direi louco, enigmático”.

Lacan (1965) faz menção ainda ao *um* como aquilo que falta ao sujeito para designá-lo, colocando que em substituição a esse *um*, de um lado, coloca-se o objeto *a*, e de outro o nome próprio, dos quais podemos destacar a função do amor e da arte como agentes auxiliares no processo de escrita do real que cerca a feminilidade, articulando algo que se insere como não saber, do lado inconsciente, e que, por sua vez, põe a andar um saber constituído que opera a partir da sublimação.

A seguir dedicaremos uma atenção especial à análise do caso Camille Claudel e à leitura de *Alice no País das Maravilhas*, visando penetrar, respectivamente, no universo feminino da artista – musa de Rodin –, e da protagonista do conto – inspiração de Lewis Carroll –, a fim de demarcar os alcances e limites da arte e da literatura, neste contexto.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE CAMILLE CLAUDEL

“Trabalhamos no escuro, fazemos
o que podemos, damos o que não possuímos.
Nossa paixão é nossa dívida. Nossa paixão é nossa tarefa.
O resto é a loucura da arte!”.

P. Roth

A trajetória de Camille Claudel foi marcada por paixões e conflitos os quais ela buscou representar em suas obras, sobretudo depois de seu envolvimento com Auguste Rodin.

Desta forma, a fim de compreendermos o que se coloca em sua vida quase como uma sina, ao retratar uma história que já contém seu fim trágico anunciado desde o princípio, eis que se faz necessário enveredarmos por aquilo que se constituiu seu núcleo familiar, seus anseios artísticos, percorrendo o caminho de sua ascensão ao sucesso, sua obsessão por Rodin, sua separação, até o ápice de sua derradeira loucura.

Para isto, recorreremos de modo genérico ao levantamento biográfico feito por autoras como Paris (1988), Leonard (1993), Wahba (1997) e Guatimosim (1998),

que apesar de nem sempre coincidirem entre si, principalmente no que diz respeito a datas, serão úteis para conhecermos melhor a vida de Camille.

Além desse material, recorreremos à análise realizada por Jerusalinsky (1993), a trechos do filme de Bruno Nuytten acerca da artista e sua obra e a algumas leituras psicanalíticas que nos darão suporte para considerarmos o caso dentro dos parâmetros da neurose obsessiva, bem como para compreender o que se poderia denominar como “*loucura*”, neste contexto.

Começemos, então, situando algo que pode ter figurado como fator decisivo para o desenlace dramático da existência da artista, a saber, a incumbência de ocupar o lugar de um morto: o irmão falecido ainda criança.

Neste sentido, futuramente, ao analisarmos os últimos relatos da vida de Camille, teremos a oportunidade de verificar o quanto sua obra portava uma conflitiva psíquica, ora marcada como uma tentativa de se fazer reconhecer como sujeito, ora como testemunho de seu fracasso nesta tarefa, já que embora esculpisse o sofrimento mais humano, sua arte a distanciava cada vez mais dessa condição, aproximando-a das personagens retratadas e aprisionando-a petrificada ao bronze e ao mármore no qual trabalhava, o que viria a denunciar, para além da relação amorosa com Rodin, esse aspecto mórbido de sua existência.

No momento, voltemos nosso olhar para o início de uma história que começa em 8 de dezembro de 1864, quando nasce Camille, numa pequena cidade do distrito francês de Champagne.

A menina será a mais velha dos três filhos da família e viverá uma infância e adolescência conturbadas ao lado dos pais e dos irmãos, Paul e Louise.

A presença de um ambiente familiar conflituoso, regado a constantes brigas e desentendimentos, devia-se principalmente à disparidade de opiniões entre seus pais,

sobretudo no que dizia respeito ao desenvolvimento de seu talento artístico o que, no entanto, não a impedia de prosseguir em sua ânsia de reconhecimento.

Neste aspecto, o pai de Camille é descrito como aquele que mais a incentivava em sua carreira, sendo também o que mais lhe cobrava resultados, incumbindo-lhe de fazer de “*Claudiel*” um nome de exceção, como acompanharemos em detalhes ao proceder a análise psicanalítica.

Pai totalmente dedicado à formação dos filhos, não media esforços para proporcionar-lhes uma educação de primeira classe em Paris, ainda que isto lhe custasse trabalho árduo ou mesmo a separação provisória de parte da família.

Todavia, tamanho engajamento não lhe privou de ser considerado pelas diversas biografias da artista como um pai distante, autoritário e de temperamento difícil.

A mãe de Camille, por sua vez, é caracterizada da mesma forma: uma mulher fria e muito rígida – uma “*burguesa*”, no sentido pejorativo da palavra –, presa a convenções do dever e a aparências.

Entretanto, ao contrário do pai, mostrava-se completamente avessa à criatividade da filha, manifestando-se sempre no sentido de repudiar sua arte, o que na verdade representava o próprio ódio que nutria em relação a Camille.

Entre os Claudel, fora o apoio incondicional que recebia da figura paterna – pelo menos no que se relacionava ao seu talento –, Camille só podia contar com a amizade de Paul, seu irmão mais novo que, no futuro, viria a se tornar um grande escritor francês, e com o qual vivia um relacionamento privilegiado.

Nos relatos acerca da convivência entre os dois, existe sempre uma aura de mistério e transgressão no ar, podendo-se citar como exemplo registros de passeios por caminhos exóticos; menção a trocas de confidências calorosas entre ambos; além

de boatos de que eles mantivessem relações incestuosas, embora nada de concreto se possa afirmar.

Camille tinha ainda uma irmã – herdeira do mesmo nome materno e a única a fracassar em suas habilidades voltadas para a música –, mantinha uma relação complicada com a artista, principalmente em decorrência da aliança que estabelecera com a mãe, o que futuramente, culminaria na condensação de mãe e irmã, representadas num único significante – *Louise* – como principal fantasma persecutório incluído nos delírios de Camille, além de Rodin.

Enfim, após uma breve introdução em sua história familiar, enveredemos pelo caminho que contempla o início de sua obra até alcançarmos o auge de sua destruição.

5.1. A artista e sua obra: do amor e da ascensão...

De acordo com a história representada no filme que versa sobre a trajetória artística de Camille, sua obra teria se iniciado a partir do trabalho com barro que, no princípio, era retirado do próprio quintal de sua casa e cujos modelos ela tomava em seu próprio lar, exigindo que seus parentes pousassem para que ela os esculpisse.

Foi aos quinze anos, depois de ter criado três peças de destaque, que seu talento criativo foi reconhecido por Alfred Boucher – seu preceptor na arte florentina –, o qual acabou por influenciá-la posteriormente em sua carreira, sendo quem no futuro levaria Camille a trabalhar com Rodin.

Na época, embora já contasse com 40 anos de idade, Rodin ainda não era famoso. Tomou Camille, primeiramente, na qualidade de aluna, considerada por muitos como a melhor, o que logo a fez passar à categoria de colaboradora, tendo-o

ajudado a esculpir, entre outros, um de seus maiores trabalhos, intitulado “*Porta do Inferno*”.

Tempos depois, Camille figuraria como musa inspiradora de muitos dos trabalhos que seguiram a este, podendo-se destacar principalmente aqueles que guardavam um traço lírico.

Assim, à medida que Camille ia contribuindo com a obra de seu mentor, também ia aperfeiçoando seu talento nato, até que por volta do ano de 1883, tem início o romance ardente, entre mestre e aprendiz, uma relação que duraria cerca de 15 anos, sendo considerada talvez erroneamente, por muitos, como a única responsável pelo desencadeamento da “*loucura*” da artista.

Ao se tornarem amantes, Rodin instala Camille num estúdio situado num antigo edifício clássico quase em ruínas, no meio de um jardim selvagem, criando um espaço romântico para seus encontros amorosos, que revelaria um relacionamento aparentemente estável, apesar de Rodin permanecer fiel à antiga companheira, Rouse Bauret, mostrando-se incapaz de deixá-la para assumir Camille mesmo após o aborto sofrido no decorrer do romance entre os dois.

Diante dessa vida ilícita, condenada para os padrões da época, Camille se via constantemente criticada, tanto pela mãe como pela irmã, que a tratavam como uma prostituta, situação que se agravava ainda mais devido ao fato de Camille depender financeiramente da família, reservando a esta o direito de intervir mais fortemente em sua vida particular.

No que tange à produção artística, veremos que grande parte de seu trabalho se encontra em consonância com os conflitos vividos em sua vida pessoal, podendo ser destacada entre os ícones de seu acervo, “*Sakountalla*”, obra de 1988 que dará

origem a outras versões¹⁷, que recebem nomes diferentes, dentre as quais situa-se “*O Abandono*”.

Trata-se de um momento no qual embora a artista se encontre no auge de seu romance com Rodin, já é possível constatar os primórdios do que se tornaria uma constante em sua arte, ou seja, a oscilação entre movimentos de ascensão e, ao mesmo tempo, o prenúncio do factível momento da queda, trabalhando sempre no limite entre o que seria da ordem do desejo e do gozo trágico.

Por volta de 1892/1893, um fato novo se dá: Camille decide abandonar o estúdio alugado por Rodin, passando a viver e a trabalhar sozinha no Bulevar d’Italie, dando início a uma separação que ainda não significava um rompimento com o amante – com o qual mantinha aceso os encontros e a troca de correspondências –, mas antes com o mestre, numa tentativa de se fazer reconhecer por seu *nome próprio*, por sua própria arte.

O verdadeiro fim começaria a se anunciar somente a partir de 1894, ano em que se registra a última das cartas endereçada ao amado, parabenizando-o pelo sucesso com “*Balzac*”, ocasião em que correm as notícias de que algo não vai bem, na relação entre os dois, marcando a entrada no caminho que levaria à decadência da mulher e da artista.

5.2. ... Ao declínio!

O reflexo de um possível abalo na convivência com Rodin se faz perceber mais uma vez na produção de Camille, agora através de “*O Deus que voou*”¹⁸, escultura que data de 1894, abrindo a série das suplicantes.

¹⁷ “*Vertumno e Pomona*” é uma dessas versões.

¹⁸ Também conhecida como “*Hamadriade*” e “*Jovem com Nenúfares*”.

Nesta versão, que seria exposta posteriormente com o nome de “*Ofélia*”, encontramos *Psiquê* de joelhos ante o abandono do homem amado, segurando entre as mãos apenas o vazio, o que inaugura um ciclo onde a ausência se torna tema marcante na obra da artista.

Cerca de um ano depois, eis que é criada “*A Valsa*”: considerada por muitos como sua obra mais primorosa, retrata a figura de uma mulher totalmente entregue à condução de seu parceiro, num passo de dança que lhe permite sustentar-se apenas sobre seus braços, induzindo um movimento onde ambos se misturariam num rodopio que os uniria em um só corpo.

Já em 1898, quando a relação com Rodin já se encontra estremecida, deparamo-nos com “*A Idade Madura*”¹⁹, descrita por autores como Julien (2002) como o marco de uma tentativa desesperada de Camille em expor publicamente sua relação com Rodin – até então escondida por ele a sete chaves – e, assim, ver-se assumida como mulher.

No entanto, Camille não encontra êxito em seus propósitos, uma vez que Rodin intervem junto ao diretor da Escola de Belas Artes, solicitando o cancelamento da encomenda da obra que seria levada a público e cuja temática era a mais perfeita réplica da relação claudicante entre os dois.

Como resultado dessa intervenção, eis que ocorre a separação definitiva entre Camille e Rodin e o desencadeamento da crise persecutória da artista.

Deste modo, “*A Idade Madura*” é talvez aquela que, dentre todas as suas obras, represente melhor essa trajetória de sofrimento, vazio e renúncia que se marca frente à impossibilidade de viver um verdadeiro amor que a reconhecesse e a tomasse como mulher, antes de tudo, oferecendo-se como alternativa, quem sabe, para um

¹⁹ Também conhecida como “*Os caminhos da vida*”, intitulava-se originalmente como “*A Falta*”.

outro impossível que se inscrevera anteriormente por meio da dívida assumida com o pai, de constitui-lo num nome de exceção – discussão que aprofundaremos a seguir em nossa análise do caso.

Por ora, resta-nos apenas acompanhar os três tempos nos quais se divide esta obra, na qual a própria inclinação com que os corpos se apresentam, denotando uma queda iminente, já anuncia o fim trágico.

Deste modo, o que se vê representar numa primeira versão é a figura de uma jovem ainda ligada pelas mãos ao amante, a qual, num momento seguinte, isto é, numa segunda variação, surgirá de joelhos, caída, implorando por amor, diante do homem que lhe é arrebatado por uma mulher mais velha, numa nítida menção à figura da Outra que se interpõe à plena realização do seu desejo, seja representando a mãe castradora que lhe dificulta a relação com o pai, seja representando a própria Rouse Bauret que faz obstáculo ao seu romance com Rodin.

O último trabalho que compõe a tríade, concluída em 1899, retrata o momento em que a jovem *suplicante* – termo que viria a dar nome a obra final – encontra-se excluída, sozinha, entregue ao abandono e ao triste desfecho longe daquele que ama.

Em 1900, comparecendo como uma espécie de versão atualizada de “A Valsa”, eis que nos deparamos ainda com “A *Fortuna*”, na qual a moça que outrora dançava lépida nos braços do companheiro, agora aparece vagando, cega pela venda que tapa os olhos, lançando-a numa dança solitária e deixando-lhe no lugar das mãos esvaziadas pelo abandono do amado, apenas um saco de moedas – irônica simbologia do retorno financeiro que Camille se recusaria a obter com a comercialização de suas obras, após o rompimento com Rodin.

No mesmo ano, numa representação ainda mais drástica e reveladora da fragilidade com que se depara a dançarina da obra original, Camille produz “*A Verdade*”, obra na qual, não só a personagem, mas principalmente a artista nela retratada, parece não dispor mais de recursos para manter-se psiquicamente frente ao fracasso e ao vazio em que se transformara sua existência, o que se observa na figura da dançarina cuja cabeça se sustenta apenas sobre o toco de um ombro, único suporte que lhe restou depois de ter os braços decepados.

Neste momento, é possível apreender a dimensão do que significou para Camille o não reconhecimento de Rodin, fosse em relação ao seu papel como artista, fosse como mulher, deixando-lhe entregue a uma vivência de despedaçamento e a uma sensação de lhe terem sido roubados todos os instrumentos capazes de lhe restituir o potencial criativo, tal como aparece em seus delírios, como se verdadeiramente seus braços tivessem sido cortados.

Como sabemos, depois dessa obra Camille teria caminhado cada vez mais rápido rumo ao isolamento, período que se inicia a partir de 1906, quando ano a ano destruiria praticamente todo seu acervo, até 1913 ao ser internada.

Nesse intervalo, temos o registro de uma de suas últimas obras: datada de 1906, “*Níobe Ferida*”, revela a figura de uma jovem, mortalmente atingida, que surge apoiada apenas sobre um tronco de videira, cuja haste se bifurca, constituindo-se para ela numa espécie de muleta – o que poderia ser lido como a expressão do sofrimento e do desamparado sentido por Camille.

Porém, antes mesmo de se ver entregue ao desespero e admitir o fracasso na relação com o homem que amava e no compromisso assumido com o pai, Camille já vinha abandonando gradativamente o tema das suplicantes, contemplando obras mais decorativas – mas não menos significativas –, como “*Pensamento Profundo*”,

*“Intimidade e Sonho ao canto da lareira” e “Mulher sentada diante da lareira”*²⁰, estas últimas pautadas sobre o mesmo assunto, nas quais o espectador se encontra excluído frente à figura da mulher voltada para si diante do fogo, como um sinal do que se constituiria em seu isolamento futuro.

Com o término do romance com Rodin, apesar de Camille ter apenas cerca de trinta anos de idade, eis que sua vida amorosa é dada por encerrada, numa época em que ela se nega inclusive a responder à paixão fomentada pelo famoso compositor Claude Debussy.

Camille passa a descrever os anos passados de sua juventude como analogias dos épicos de *Ilíada* e *Odisséia*, chegando a explicitar numa carta endereçada ao negociante de arte Eugene Blot, o desamparo e a estranheza por ela vivenciados nos últimos tempos, ao dizer que, diante de sua história:

Seria necessário um Homero para contá-la. Eu não vou tentar fazê-lo hoje e não quero entristecer você. Eu caí num vazio. Eu vivo num mundo que é tão curioso e estranho. Este é o pesadelo dentro do sonho que era a minha vida (p. 174)²¹.

Neste momento, Camille já estava vivendo quase na pobreza, envolta em dívidas com os credores, recebendo dinheiro do pai e do irmão sem que a mãe e a irmã soubessem, única forma que encontrava para sobreviver já que se recusava a comercializar sua arte, tal como considerava que o Rodin o fazia.

Com as dificuldades financeiras cada vez maiores, Camille se muda para aquele que seria seu refúgio até 1913, um apartamento pequeno e sombrio na Ilha de São Luiz.

²⁰ Obras que datariam de 1898.

²¹ In. Leonard, L. S. **E a louca tinha razão**. Op. cit.

Nesta época começa a destilar cada vez mais o ódio por Rodin, considerando-o, além de arrogante diante da fama e do sucesso, como o principal articulador daquilo que considerava como uma conspiração contra ela.

Neste sentido, acreditava que Rodin roubava suas idéias, contratava pessoas para estragar sua arte, e influenciava negativamente aqueles que trabalhavam com ela, além de instigar sua família a persegui-la e a cortar o envio de dinheiro para suas despesas, através de um complô articulado pelo que denominava de “banda Rodin”.

A fenomenologia de seus delírios pioraria, segundo Paris (1988), por volta de 1905, logo depois de Camille acusar Rodin de enviar pessoas para que a sedassem ou tentassem matá-la a fim de roubar suas obras, o que justificaria sua recusa futura em comer determinados alimentos com medo de ser envenenada.

Por fim, em 1913, a morte do pai de Camille vem selar definitivamente seu destino, já que alguns dias depois do funeral – do qual sequer fora avisada – Camille é internada à força num hospício, por decisão conjunta entre o irmão e sua mãe, o que, no entanto, não a impediu de continuar a se sentir perseguida por Rodin, acreditando ser ele o principal responsável por seu confinamento que perdurou pelos trinta anos de vida que lhe restaram antes de morrer, e nos quais jamais voltou a esculpir.

Na verdade, é como se Camille esperasse por seu fim, como alguém que se dá em vida à morte, apenas enquanto aguarda o desfecho inevitável.

Talvez parte de seu desgosto e revolta se devesse ao fato de ser considerada pela grande massa dos críticos de arte da época apenas como mais uma aluna de Rodin, sendo desta forma desconsiderado seu talento e prestígio o que, em última instância, significava também ter fracassado perante o pai.

Além disso, há que se levar em conta ainda o fato de Camille não ter conseguido se fazer ver de outro modo que não aquele idealizado, fosse no sonho do Sr. Claudel de ter o nome reconhecido a partir do triunfo da filha, fosse na frieza do mármore e do bronze, nos quais Rodin a esculpia, fosse como uma personagem das tragédias literárias do irmão ou na ênfase que seus amigos e admiradores conferiam a sua produção artística, em detrimento de sua própria subjetividade.

Deste modo, tal como descreve Guatimosim (1998), em todos os casos citados, vemo-nos diante de um amor estético, incapaz de conduzir a falta em outra direção, “onde a separação pudesse ter o seu luto e que pudesse fazer a falta desejar, na transferência da falta de amor para um amor em falta” (p. 40).

Ou seja, que diante da perda, do vazio constituído a partir não só da problemática psico-familiar na qual Camille se estruturara, mas também inerente à própria condição de sujeito feminino – para quem o real se apresenta de modo particular –, pudesse se instaurar algo capaz de fazer contorno junto ao inominável da ex-sistência e da feminilidade, favorecendo que no lugar do gozo mortífero que conduz à morte e ao confinamento, emergisse o desejo, possibilitando usufruir a arte como meio de escrita, de amarração, fazendo valer a expressão “*savoir y faire*”, utilizada por Lacan²² como uma forma de “*saber se virar*” com o sintoma, algo que infelizmente não operou no caso de Camille.

Assim, passemos a discutir algumas questões específicas do que poderíamos situar como parte da dinâmica psíquica desenvolvida pela artista.

²² Expressão que surge primeiramente em 1975, no seminário “*Le Sinthome*” e é retomada em 1976-77 no seminário “*L’insu que sait de L’une bévüe S’aile à mourre*”.

5.3. A “loucura” na neurose obsessiva: uma leitura possível a partir da clínica lacaniana

A vantagem de nos encontrarmos referidos a uma prática que preconiza as relações existentes entre a constituição do sintoma clínico e a linguagem, ressaltando, portanto, os aspectos estruturais subjacentes à própria constituição do sujeito, é que isto nos permite ver mais além da mera fenomenologia, desenvolvida em momentos de crise, e apreender o que realmente interessa, a saber, como se dá a relação do sujeito com o Outro e com a falta, trazendo à tona ainda questões relativas a seu posicionamento frente ao desejo, ao gozo e ao saber, entre outros aspectos de suma importância para o estabelecimento de um diagnóstico diferencial.

É neste sentido que nos permitimos tecer algumas considerações psicanalíticas acerca de Camille Claudel, seguindo o sentido contrário aquele adotado pela maioria dos que se propõem a discutir sua história, descrevendo-a quase sem exceções, como psicótica.

Desta forma, ancorados na discussão específica articulada por Jerusalinsky (1993) sobre o caso Claudel, nos estudos desenvolvidos por Lacan (1957-58) em “*As formações do inconsciente*” e nos textos de autores como Ribeiro (2001) e Pommier (1992), entre outros, sustentaremos uma leitura pela via da neurose obsessiva.

Assim, nosso foco se voltará primeiramente para a vertente debatida por Jerusalinsky, a partir da qual retomamos a questão relativa à necessidade sintomática de reconhecimento vivida por Camille e o mandato claramente proferido pela figura paterna, e acolhido pela filha, de fazer de “*Claudel*” um nome de exceção, como os principais fatores envolvidos na problemática psíquica da artista, podendo-se ainda atribuir a crise que contribui para sua internação à própria impossibilidade intrínseca

ao cumprimento desse mandato o que, antecipadamente, condena Camille ao fracasso.

Deste modo, a busca pelo reconhecimento se coloca como um traço característico da estrutura obsessiva que, no caso da mulher, revela-se de forma devastadora na medida em que impõe que ela própria se transforme numa exceção, a fim de que possa reconstituir sua condição fálica perante o Outro e atender ao ideal parental.

Neste sentido, Jerusalinsky (1993) relaciona a questão do reconhecimento à instauração do traço unário, o qual entraria a princípio como significante filiatório, que ao ser doado ao sujeito, inscrevendo-o numa filiação, ao mesmo tempo lhe imputaria uma dívida a ser paga.

Posteriormente, esse mesmo traço se tornaria, um significante de reconhecimento que, agora sob nova roupagem, seria procurado pelo sujeito de diversas maneiras ao longo de sua vida, como uma forma de saldar a dívida contraída anteriormente.

Deste modo, seria a repetição deste traço unário o que, segundo Jerusalinsky, viria a se constituir como fundamental na subjetivação de Camille, trazendo à tona a posição do Nome-do-Pai, algo que o autor explica ao dizer que “se ela não obtiver o reconhecimento posterior, o que é fundante da sua subjetividade – o reconhecimento anterior, primordial – ficará em questão. Isto é o que define uma neurose obsessiva, e introduz um ponto de forclusão – *a posteriori* – na série de representações do sujeito” (p. 31).

Assim, na tentativa de compensar a degradação do pai, o sujeito entra na trama como seu avalista assumindo, a partir de então, sua dívida.

Além disso, essa peculiaridade da relação com a figura paterna na estrutura obsessiva traz à tona uma especificidade no processo de identificação do sujeito, cuja dinâmica se desenvolverá no sentido de tentar igualar o pai simbólico, ou seja, o pai morto, ao pai imaginário, fazendo com que neste processo o sujeito se identifique a um morto.

Esse posicionamento do obsessivo encontra ainda um outro desdobramento que diz respeito a sua relação com o saber e, conseqüentemente, com o gozo, descrevendo um cenário no qual, semelhante à posição do escravo na dialética hegeliana, o sujeito se estabelece como alguém que se encontra despossuído de seu objeto de gozo, cujo usufruto fica confiscado pelo pai, deixando-lhe como alternativa compensar essa falta por meio de um saber que não seja de senhor, mas antes de escravo.

Desta maneira, um caminho viável para o objeto se encontraria em algo que poderíamos denominar de uma formação de compromisso com o Outro, através do pagamento de uma dívida que permitisse ao sujeito o acesso a um gozo.

É neste sentido que podemos nos remeter ao esquema da fantasia proposto por Lacan (1960-61) no seminário “*A Transferência*” e retomado por Ribeiro (2001) a fim de explicar a relação do neurótico com o indecifrável do desejo do Outro, onde especificamente no caso do obsessivo a estratégia adotada é uma estratégia masculina, cuja função fálica, ao contrário do que ocorre na histeria, não se encontra sob a barra, mas em relação direta com o Outro, na forma de objetos que são oferecidos com o objetivo de lhe escamotear a falta: $\overline{A} \diamond \varphi (a, a', a'' \dots)$.

Desta forma, o Outro se revela faltante, estando toda a sorte de deslocamentos empreendidos pelo obsessivo voltados a preencher este vazio, o que faz com que esses objetos [$\varphi (a, a', a'' \dots)$] se igualem entre si, no que tange ao investimento

libidinal do sujeito, adquirindo, muitas vezes, o caráter de moeda de troca na relação com o Outro, sendo neste ponto que se pode entrever uma posição específica do saber, que entra em jogo para tentar responder a essa demanda obsessiva, à medida que, resultando de uma operação sublimatória sobre o sadismo, pode prestar-se ao controle do Outro, agora de modo velado e deslocado, por meio do desenvolvimento de uma obra de exceção.

No caso de Camille, esta obra ou produto – se quisermos utilizar o termo mais adequado a esta oferta de “*excremento*”, característica do que ocorre na fase anal – foi dada pela via da arte, mas poderia ter sido qualquer outro investimento, sobretudo relacionado a algo que destaque um atributo intelectual, ressaltando a falicização dos pensamentos, aspecto comum descrito nos textos freudianos e retomado por Lacan (1974) ao dizer que “o obsessivo é muito essencialmente alguém que é *penso*. Ele é *penso* avaramente. Ele é *penso* em circuito fechado. Ele é *penso* para si mesmo” (p. 140).

Trata-se de um saber inconsciente, que entra pela via do redimensionamento do reconhecimento primordial, articulado no processo de instauração de S_1 e se transforma num saber constituído, revestindo-se do brilho desse primeiro objeto ou posicionamento perdido, e por meio do qual se visará suprir a falta no Outro, e responder a uma dívida, que se reatualizará a cada instante para o obsessivo, deixando registrada também a marca do seu gozo.

Neste sentido, vemos que não só o reconhecimento, mas principalmente a questão do pai como estrutura, é fundamental para Camille. É em torno desse pai que se desenvolve toda a conflitiva, ainda que sejamos tentados a atribuir seu infortúnio à mãe, ou mesmo a Rodin.

O pai de Camille, ao contrário do que ocorre nos casos clínicos acompanhados por nós, não se encontra submetido ao mandato materno, ele não sofre de queda fálica, e, disso deriva o reconhecimento que recebe da filha e todo o empenho por ela articulado em pagar a dívida contraída em seu nome a fim de encontrar o traço que o sustente como exceção à castração, revelando-se mais uma vez uma característica própria da neurose obsessiva feminina.

Nas palavras de Ribeiro (2001) diferente da histérica que “denuncia os semblantes, denuncia que o pai é impotente em dar à mulher um significante que responda por seu gozo suplementar, a obsessiva é uma crente: aposta no pai, crê no pai e espera do homem sua salvação” (p. 91), salvação que para Camille viria pela via desse reconhecimento, demandado primeiro do Sr. Claudel e posteriormente de Rodin.

Outra questão que merece destaque na dinâmica psíquica da mulher obsessiva e que também se refletirá na vida de Camille, principalmente nas circunstâncias que envolvem o aborto sofrido, diz respeito a sua posição frente à maternidade, onde veremos que não só não é raro haver um desinvestimento na figura do filho, como ainda é freqüente a existência de aspectos infanticidas ou, mais propriamente falando, filicidas, subjacentes à relação, e cujos relatos se registram desde a mais longínqua época, reportando-nos ao mito grego de Medéia que, ao ver-se traída pelo marido Jasão, leva esse desejo a cabo, matando os próprios filhos como vingança.

Em termos científicos, somos remetidos, entre outros, aos textos freudianos como “*Obsessões e fobias*” e “*As neuropsicoses de defesa*”, ambos de 1894, e, posteriormente, nos anos cinquenta, aos relatos clínicos de Bouvet.

Esse desejo homicida vivenciado pela obsessiva e dirigido a sua prole, além de encontrar seu fundamento na tentativa de atingir o outro em seu ponto mais

íntimo, mais débil – como retaliação por não lhe ter sido outorgado o lugar de objeto sexual capaz de satisfazê-lo –, revela ainda uma outra verdade que consiste no fato de o filho não se constituir num falo para a mãe obsessiva.

Ademais, segundo Jerusalinsky (1993), o que importa para a neurótica obsessiva não é o valor fálico que o filho comporta, mas sim o quanto ela mesma possa se ver investida falicamente a partir dele.

Neste sentido, não é uma surpresa a maneira como Camille reage à morte do filho: para ela parece não ter havido nada parecido com uma grande perda, ou algo da ordem de uma tragédia, já que o mais importante parecia residir no fato de que Rodin pudesse reconhecê-la, reservando-lhe o brilho fálico, fosse como sua esposa ou como a mãe de seu filho, o qual, neste caso, figuraria apenas como um meio de obter esse reconhecimento.

Somos confrontados, mais uma vez, com uma peculiaridade básica na estruturação dos diferentes tipos de neurose: diversamente da histérica, para quem a prole significaria a encarnação do objeto fálico, para a obsessiva o que conta é o lugar que ela própria ocupa para o parceiro, um lugar que como dito anteriormente ela visa preencher com objetos da pulsão anal, a fim de tamponar a falta do Outro.

Trata-se, em termos freudianos, da anulação da prescrição fálica à qual só é permitido retornar de uma forma derrisória, onde o objeto fálico tende a se confundir com o objeto anal.

Seguindo o esquema lacaniano, retomado por Ribeiro (2001) para matematizar a dinâmica em jogo na neurose obsessiva: $\overline{A} \diamond \phi (a', a'', a''' \dots)$, poderíamos designar A como o pai castrado com o qual Camille se identifica, ϕ como a identificação fálica com o ideal paterno de construir um nome de exceção, fazendo ressoar seus efeitos sobre os objetos falicizados (filho, esculturas...) e sobre

seus pequenos outros (mãe, Rodin...) nos quais investe amor e ódio, na busca de reconhecimento e suplantação de seus mestres.

Assim, a partir da equivalência estabelecida por Camille entre seus objetos fálicos e o grande Outro – rebaixado a pequeno outro pelo mecanismo obsessivo –, podemos explicar a destruição de suas obras, seu isolamento e, conseqüente aniquilamento que se produz antes mesmo de ser concretizada a sua internação, equivalência esta que surge como resultado do mecanismo obsessivo utilizado para anular o desejo do Outro.

Neste processo, o obsessivo transforma o próprio desejo em insatisfeito, mais precisamente pela via de sua proibição, que é atribuída ao Outro.

Assim, o Outro é sustentado de maneira ambígua pelo sujeito, bem como o desejo, que se mantém de maneira camuflada, ocultando o objetivo de destruição subjacente à agressividade obsessiva.

Tal como descreve Ribeiro (2001), no caso da mulher obsessiva, em decorrência da falta de um significante capaz de inscrevê-la totalmente na ordem fálica e, portanto, na presença de uma maior proximidade com o real, eis que nos deparamos não só o acirramento dessa agressividade, mas ainda com apagamentos momentâneos do sujeito, levando-o a atos de loucura como os cometidos por Camille, mesmo não se tratando de uma psicose.

Em Camille, esse vazio estrutural se mostra mais exacerbado na medida em que a artista vê Rodin ser arrebatado de seus braços por outra mulher, encontrando-se desprovida da possibilidade de ocupar o lugar de objeto do desejo sexual para este homem, vivência que será reatualizada mais tarde em seus delírios persecutórios em relação à Louise – mãe e irmã –, figura que ameaça sua estabilidade junto ao pai e, ao mesmo tempo, a possibilidade de cumprir sua missão e resgatar sua dívida.

Além disso, ao analisarmos mais profundamente a relação do sujeito obsessivo com seu desejo, sobretudo no que se refere a seu mascaramento, defrontamo-nos com o medo de uma retaliação efetiva por parte do Outro como resposta para uma demonstração de agressividade, ou dito nas palavras de Lacan (1957-58), “um medo de sofrer por parte deste uma destruição equivalente à do desejo que ele manifesta” (p. 428) – o que justificaria, ao menos em parte, os delírios persecutórios de Camille: uma vez que desejou destruir seus inimigos, usurpar-lhes o lugar de destaque, nada mais justo que esperar deles um roubo, um contra ataque.

No entanto, Lacan nos diz que, para compreender o que se dá nessa dialética, não basta nos fiarmos apenas no manejo sobre o medo de retaliação, torna-se necessário recorrermos à relação efetiva do obsessivo com o pequeno outro, o que o autor faz trazendo à tona a questão das proezas impingidas pelo sujeito, mais precisamente na forma de “um exercício, uma façanha, um passe de mágica destinado a dar prazer ao Outro” (p. 433).

Para que se realize a proeza, Lacan (1957-58) estabelece como requisito mínimo a presença de três personagens, dois entre os quais se empenhe o desafio e um terceiro que se configure como testemunha da façanha.

O objetivo último incutido na empreitada será obter a permissão ou apaziguamento do Outro, mediante o mérito conquistado a partir da realização da proeza.

Neste ponto, vemos emergir novamente o que se articula como manobra de deslocamento na neurose obsessiva, uma vez que a satisfação procurada pelo sujeito nunca se dará no mesmo patamar de sua conquista, e mais uma vez se perpetua o impasse quanto ao desejo: o sujeito visa ao Outro, mas dirige-se ao outro, que por sua vez não lhe realiza o desejo, mantendo-o, desta forma, proibido para o obsessivo.

Mais que para o domínio de uma angústia fundamental do sujeito, Lacan (1957-58) chama a atenção para outra especificidade obsessiva revelada pela proeza, que consiste numa espécie de ficção com a qual o obsessivo se apresenta, fazendo com que os riscos aos quais se expõe, sejam sempre corridos dentro de limites precisos, de modo que se sustente a fantasia de nada perder.

Para Lacan:

Há na proeza do obsessivo algo que sempre permanece irremediavelmente fictício, em razão de que a morte, ou seja, o lugar onde fica o verdadeiro perigo, não reside no adversário que ele dá a impressão de desafiar, mas num lugar completamente diferente. Está, justamente, do lado da testemunha invisível, do Outro que está ali como espectador, daquele que contabiliza os golpes... (p. 431).

No caso de Camille, trata-se de dizer que o pai é quem vem encarnar esse Outro, sendo Rodin apenas um “outrinho” especular com o qual se defrontará, visando realizar a incumbência imposta pelo imperativo paterno, diante do que se denuncia o equívoco de atribuir a “loucura” da artista exclusivamente a sua relação com Rodin. Existe um antes, que mesmo se re-significando num *après coup*, não

pode ser negligenciado, sob o risco de levar a uma análise errônea, pautada meramente em questões interativas que desconsiderem fatores estruturais.

Na sequência, Lacan (1957-58) dirá ainda que esse outro – em cujo lugar o sujeito pode se colocar, diminuindo por isso mesmo os riscos corridos –, não é “senão um outro que é ele mesmo...” (p. 431), residindo no grande Outro o verdadeiro risco de morte.

Nessa articulação, Lacan nos diz que há um ponto no processo de identificação do obsessivo, “em que o sujeito tem que estabelecer uma certa relação imaginária com o outro, não em si, por assim dizer, mas na medida em que essa relação lhe traz uma satisfação” (p. 448), enfatizando ainda a função que essa pessoa ocupa para o sujeito, a saber, de mero suporte para a fantasia, alguém que Freud define ao longo de sua obra como não tendo nenhuma relação com qualquer *Sexualtrieb*.

Segundo Lacan (1957-58) “o outro, aqui, serve apenas para isto, que não é pouco: para permitir ao sujeito manter uma certa posição que evite o colapso do desejo, isto é, que evite o problema do neurótico” (p. 448) – problema que para Camille não se resolve, já que Rodin não se deixa apreender neste lugar.

Como sabemos, no caso do obsessivo, todo o impasse do desejo se encontra referido a uma demanda de morte, que como tal, só se articula no lugar do Outro – tema que mais uma vez se apresenta de modo particular na dinâmica psíquica de Camille, principalmente se considerarmos que sua história pregressa lhe reserva o lugar de morto no desejo materno.

Assim, essa demanda de morte, segundo Lacan, não pode se sustentar no obsessivo sem acarretar, por si só, o tipo de destruição a que se chama morte da

demanda, já que, por sua condição de ser falante, não é permitido ao sujeito atingir o Outro sem atingir a si mesmo.

Neste sentido, é possível vislumbrar o que alicerça os desvarios cometidos por Camille, sobretudo no que tange à destruição de sua obra: ao se voltar contra Rodin na tentativa de atacá-lo, o que denunciava era a impossibilidade de atender à demanda paterna e seu desespero frente à constatação de sua própria impotência, e, ao destruir aquilo que outorgaria a esse Outro um nome de exceção é a si mesma que Camille faz sucumbir.

Ademais, deparamo-nos aqui com um aspecto que Lacan (1957-58) descreveu como elementar no desenvolvimento da crise obsessiva: o acting out, designado por ele como “um tipo de ato que sobrevém ao longo de uma tentativa de solução do problema da demanda e do desejo” (p. 433).

Neste contexto, Lacan destaca ainda, a presença de um objeto material, o qual se mantém em consonância com um caráter de encenação contido no ato, ao mesmo tempo em que denota uma “quase equivalência entre fantasia e acting out” (p. 433).

Trata-se de um objeto que, no caso Claudel, poderia ser designado como o que comporta a produção de sua obra, aquilo que já discutimos anteriormente em relação à equivalência entre os objetos anais e a própria posição do sujeito no estratagema da fantasia, uma posição que para o obsessivo o leva a responder, muitas vezes, na condição de pequeno *a*, equiparado aos objetos por ele produzidos, ou para utilizar o termo da pulsão, aos objetos por ele retidos ou expelidos, como equivalentes aos seus excrementos.

Em suma, o ponto que distingue o acting out da proeza e da fantasia é o fato de ser sempre uma mensagem, constituída de uma verdade oculta para o sujeito e dirigida ao Outro, numa tentativa de deciframento, consistindo neste endereçamento

a principal diferença entre o ato no obsessivo e a passagem ao ato na psicose, na qual o Outro se encontra abolido.

Já no que se refere à relação amorosa – ponto de destaque na vida e na obra de Camille – se retomarmos a lógica da demanda e do desejo, vista desta vez sob a égide do significante fálico, veremos que este será tomado na relação do obsessivo com o outro não em seu sentido simbólico, mas antes imaginário.

Neste sentido, o sujeito buscará se identificar com um outro mais viril e mais potente que ele, a fim de completar-se com sua imagem de potência.

Segundo Lacan (1957-58), é essa ênfase na imagem fálica do outro que confere “valor e função não mais de simbolização do desejo do Outro, mas de formação imaginária de prestígio, de imponência, de precedência” (p. 500).

Nisto reside o fascínio e a aproximação de Camille junto a Rodin: nesta busca em gozar dos louros de seu sucesso, encontra-se o substrato de sua tentativa, em alguns momentos, de brilhar com Rodin, para, num tempo seguinte, requerer o afastamento e a exaltação de seu próprio nome, já imantado pelo brilho do outro.

Como característica da neurose obsessiva, mais uma vez vemos encenar-se o jogo do senhor e do escravo, assim como descrito na dialética de Hegel, uma dialética na qual, enquanto escravo, o sujeito espera pela morte do senhor do qual almeja ocupar o lugar.

Deste modo, torna-se possível compreender o afastamento articulado por Camille em relação a Rodin, antes mesmo do romance se findar.

Nas palavras de Jerusalinsky (1993), o que se revela não é nada além de algo inerente à questão da neurose obsessiva feminina, que interfere no modo como a mulher virá a perceber a figura masculina, sobretudo quando este homem sintetiza aquilo que seria o ideal almejado para ela própria, levantando, por um lado, a

possibilidade de produzir com ele a obra que seja de exceção e, por outro, gerando disputa e rivalidade.

Neste jogo de forças, Ribeiro (2001) acrescenta que o sujeito “enquanto aguarda [pela derrota do ‘adversário’], faz-se de morto, apagando seu desejo para não despertar a cólera de seu senhor” (p. 42), porém, é nisto que ele se aniquila, ao renunciar à própria vida – como acompanhamos em Claudel –, na tentativa de cumprir uma tarefa que, embora atribuída ao Outro, é imputada e assumida por ele mesmo, e cuja realização é da ordem do impossível, residindo nisto seu próprio fracasso.

Trata-se de uma característica que Ribeiro atribui à insuflação egóica da qual padece o obsessivo, levando-o a oscilar “entre se fazer de morto (insensível) e ser tomado da mais viva cólera diante da ameaça que vê em toda parte” (p. 42), ameaça esta que advém do caráter paranóico do eu idealizado.

Além disso, outro aspecto que deve ser considerado no fracasso da estratégia obsessiva de Camille como responsável, entre outras coisas, pela deflagração de seu delírio, diz respeito ao insucesso na procura por um parceiro que, para além de qualquer satisfação genital, pudesse expor sua falta, reconhecendo e reservando à amada o lugar daquela que pode completá-lo, posição esta que Rodin não foi capaz de sustentar frente a Camille.

Segundo Ribeiro (2001), “por trás da virilidade explícita do parceiro, a mulher adora o homem morto ou o amante castrado cuja falta ela completa, ou seja ‘o incubo ideal’ que, por trás do véu do parceiro sexual, a faz gozar” (p. 73).

A temática da virilidade aparece também discutida por Pommier (1992), em seu livro “*A ordem sexual*”, neste contexto, associada ao dilema vivenciado pela mulher no que se refere ao abandono do nome patronímico e à capacidade que o

parceiro dispõe de suportar, em sua relação com a parceira, a ambivalência entre se constituir como o Nome-do-Pai ou como o homem do sexo – posição esta que não pôde ser sustentada por Rodin, deixando Camille entregue à loucura, talvez como última escapatória frente ao mandato mortificante do pai.

Na tensão gerada por essa ambivalência também se sustenta a possibilidade de haver uma relação entre o que o autor denominou de “*loucura*” e o amor, sem que isto signifique necessariamente o desencadeamento de uma crise psicótica genuína.

Nas palavras de Pommier (1992), essa loucura surge como resultado de um impasse, “uma confusão que se impõe entre o amante e o pai (que tematizam a disjunção entre o sexo e o nome)” (p. 62), o que mais uma vez nos coloca diante de uma problemática que aponta a questão dos nomes-do-pai como o cerne da fragilidade do sujeito na neurose e que, no caso de Camille, tenta-se sanar por meio da obtenção de reconhecimento – reconhecimento este que, segundo Pommier, só seria capaz de suprir essa precariedade se fosse proveniente do amor de um homem – justamente o que falta a Camille e cujo tema nos dedicaremos a discutir no capítulo seguinte.

Por ora, resta-nos finalizar nossa incursão, destacando no caso Camille aquilo que de mais importante se articula ao tema da tese e que justificou sua inclusão em nossa pesquisa, ou seja, a presença de um enlace específico do sujeito feminino com a figura paterna no que concerne ao saber, possibilitando que apreendêssemos seus efeitos sobre a produção futura da artista, marcada por uma relação particular com sua obra, perpassada pelas peripécias de seu sintoma, demonstrando de modo mais veemente o entrecruzamento entre saber inconsciente e saber constituído.

Entretanto, nesta articulação de saberes, vemos que Camille não consegue fazer de sua arte uma escrita, no sentido próprio atribuído por Lacan (1975-76) ao discutir o conceito de *sinthome*.

Embora, por um lado, faça uso da produção artística para falar de sua dor, de um vazio, por outro, permanece cativa do mandato paterno, perseverante na busca de algo que confira ao pai completude e que, ao resgatar sua dívida com ele, também a preencha, revelando um saber que se desenvolve no sentido da obtenção de reconhecimento, e, portanto como atributo fálico.

Desta forma, somos levados a concluir que só é possível passar de um sintoma clínico ao *sinthome* à medida que o sujeito seja capaz de romper com algo desse saber paterno, que o marca desde o início de sua estruturação e o enlaça nas malhas do simbólico, e proceder a uma espécie de transgressão que o possibilite entrar em contato com o que possui de mais real e, então, ao invés de escamoteá-lo, permita-lhe escrever o impossível de sua inscrição.

É apenas por meio desta operação que a arte, a literatura, e qualquer outra forma de saber constituído, pode se desenvolver como uma forma de escrita, ou seja, na proporção em que promova a abertura do discurso, ao expor um real que a ciência visa negar.

Além disso, mais importante que o instrumento em si, é o posicionamento do sujeito frente a este veículo de saber: os grilhões que Camille não pôde romper a partir de sua arte, foram quebrados por Joyce em sua obra, o que denuncia mais uma vez a importância de tomarmos a questão pela via do lugar que o sujeito, homem ou mulher, assume no quadro da sexualização, em detrimento de sua condição biológica.

Em suma, embora possamos apreender na constituição feminina – no ponto em que ela não se inscreve totalmente na ordem fálica –, uma maior disposição a

proceder a essa travessia, dada sua relação com um real que seu próprio corpo a impediria de negar, isto não é suficiente para que ela obtenha êxito na articulação de um *sinthome*.

Desta maneira, no capítulo seguinte, lançaremos nosso olhar sobre uma das preciosidades de Lewis Carroll – *Alice no país das maravilhas* – autor cuja produção fora homenageada por Lacan²³ ao destacá-la como “lugar eleito para demonstrar a verdadeira natureza da sublimação na obra de arte” (p. 10).

²³ Lacan, Jacques. Homenagem a Lewis Carroll. In Miller, Jacques-Alain (2003) org.. Ornicar? De Jacques Lacan a Lewis Carrol. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2004. Importante observar que o texto fora pronunciado em 31 de dezembro na France Culture, sob o título “Comentário de um psicanalista”, transcrito por Marlène Belilos, a partir de fita sonora, e estabelecido por Jacques Alain-Miller. No entanto, não se faz menção ao ano em tal pronunciamento teria se realizado.

6. ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS

Alice traz à tona, de um lado a ausência de identidade consigo mesma (pelo fato de um significante não poder se significar a si próprio...), de outro, que o significante que designa o sujeito é uma marca vazia de sentido.

Sophie Marret

Nossa pesquisa, pelos caminhos enigmáticos da sexualidade feminina, destaca agora o conto Alice no País das Maravilhas, a partir do qual pretendemos fazer alguns recortes da história vivida por sua personagem central, a fim de tecermos alguns comentários acerca da relação estabelecida com o Outro e com o saber, no sentido de responder suas questões sobre quem é e sobre qual o seu lugar neste mundo desconhecido para o qual desperta.

Antes, porém, voltaremos nosso olhar para algumas vicissitudes inerentes à criação deste conto, que data de 1865, e cujo conteúdo reflete em grande parte os avanços histórico-científicos da época, além de nos remeter a um estilo literário que revela as nuances e enigmas próprios da linguagem e dos jogos lógico-matemáticos, demandando, portanto, para além de uma leitura superficial, o deciframento de uma

mensagem e de um sentido, algo que nos auxiliará não só a compreender o conto em si, como principalmente a levantar os pontos de consonância entre sua estrutura narrativa e a dinâmica psíquica com a qual queremos confrontá-la.

Ademais, no que tange à sexualidade feminina, vemos que muito antes de ser formalizada no texto freudiano, a antiga pergunta acerca do que é e do que quer uma mulher já se encontrava posta por Carroll, o que se representa não só pelo conflito vivido por Alice, mas também, através dos relatos biográficos, como uma questão particular do autor, o qual nutria um desejo especial por meninas recém entradas na puberdade, em geral, com idade entre oito e doze anos, das quais colecionava cartas e fotos de caráter erótico.

Além deste, são muitos os pontos que se tenta traçar entre a personalidade de Carroll – suas pretensões intelectuais e pessoais – e aquilo que retrata em seus contos.

Alguns historiadores destacam a relação entre o teor lúdico-lógico presente na obra de Carroll e o seu engajamento pessoal na área científica e, mais especificamente, no campo das indagações lógicas. Outros tomam o caráter obsessivo característico do jogo de palavras ou de sentidos colocado em seu texto, como algo inerente a sua estrutura psíquica, havendo autores que vão além da neurose, considerando-o psicótico ou perverso.

No primeiro caso, Sebastião Uchoa Leite (1980), um dos autores que se propôs a compilar algumas das análises feitas sobre a obra carrolliniana, cita Géza Róheim (1974), o qual marca a semelhança entre a “destrutividade oral” e as “fantasias canibalísticas”, próprias do “trauma oral”, com a fantasia literária carrolliniana, classificando-a como concernente a uma linguagem esquizofrênica.

Já no segundo caso, o autor não se detém muito. Embora a evidente identificação de Carroll com Alice, bem como seu especial interesse por meninas, possa ser pensado como sugestivo de mecanismos perversos, Leite (1980) cita apenas um comentário superficial de Antonin Artaud a esse respeito, o qual toma emprestado das observações de Deleuze sobre Carroll, não acrescentando muito à discussão.

No que se relaciona ao estilo literário da obra, Leite faz menção ainda aos estudos de Michael Holquist (1969), autor que melhor situa o estilo nonsense que envolve a escrita de Carroll, constituindo-se de valores puramente lógicos e ordenados de modo a buscar um fim em si mesmo, e por isso, sendo considerado como uma violência contra a semântica, fato que, no entanto, não impede que seu sentido seja apreendido, dada a sistematicidade com a qual se apresenta.

Para Leite é esta característica que confere à obra carrolliana seu maior valor, ao colocar a linguagem como algo vivo, em processo, característica que Lacan também aborda de outro modo, ao dizer que na escrita carrolliana as relações entre simbólico, imaginário e real operam em estado puro.

Temos ainda o comentário de Gilles Deleuze (apud Leite, 1980), cuja ênfase se volta para a importância que o paradoxo adquire no texto de Carroll, comparando-o aos Estóicos que também se dedicaram a uma escrita de superfície, por meio da filosofia dos paradoxos.

O autor retoma a questão do nonsense para dizer que no caso de Carroll o não-sentido não só se opõe à ausência de sentido, como produz em seu lugar um excesso.

Neste sentido, Leite afirma que é esta característica de produzir dois sentidos ao mesmo tempo, que se reflete nas inversões/reversões – de tamanho, na ordem do

tempo, de proposições, causa e efeito, entre tantas outras, presentes no conto –, surgindo como um paradoxo de identidade infinita e conduzindo à contestação da identidade pessoal de Alice, tema que atravessa suas aventuras.

Além disso, o texto de Alice, de um modo geral se acha estruturado sobre o duplo sentido, o que se traduz na prevalência de jogos significantes, que se compõem pela presença de neologismos, palavras que são condensadas, formando significados distintos do original ou agregando-lhes, ainda, um caráter cômico, humorístico, característica que levou alguns autores a compará-lo ao witz.

Em termos de conteúdo, há que se sublinhar ainda, segundo Gardner (1975, apud Leite, 1980), uma hipotética menção de Carroll ao contexto histórico-científico da época, por meio de trechos como: “a descida no poço em Wonderland referida às especulações sobre a travessia até o centro da terra e à teoria de Galileu sobre a relação entre velocidade/aceleração” (p. 14).

Gardner (op cit.) aponta ainda os crescimentos e diminuições de Alice como estando associados às teorias cosmológicas sobre o universo em expansão e à hipótese, articulada pelo matemático Edmundo Whittaker, de um universo em diminuição constante, que desapareceria no nada.

Trata-se de um contexto que adquire um caráter especial para nossa análise, ao se constituir num rol de saber tomado por Alice como suporte para a sua angústia diante das dificuldades enfrentadas na busca por um sentido e por uma direção, destacando-se a função de suplência que o conhecimento pode adquirir, como algo que vem “costurar” o real que insiste em se apresentar, expondo seus rasgos.

A este respeito, ao se referir não só às aventuras no “*País das Maravilhas*”, mas também “*Através do Espelho*”, Marret (2004) ressalta que “as Alice são produto da era científica. Celebram-na sob forma de ficção ao mesmo tempo em que a

interrogam” (p. 11), condição que lhes confere o caráter de reunir simultaneamente o impossível lógico e o real que o discurso científico visa excluir, havendo, portanto, um saber inconsciente presente na obra carrolliana que incide sobre este real.

Trata-se de um saber velado referente à função do equívoco, que ao ser evitado pelo nonsense acaba por sofrer efeito oposto, levando o sujeito a questionar-se acerca daquilo mesmo que o determina.

Como exemplo deste efeito em Alice, Marret (2004) destaca o trecho onde se dá a conversa entre a Lagarta e a menina, que ao ser indagada sobre quem é, no sentido de simplesmente revelar seu nome, é remetida a uma interrogação existencial, caracterizando-se ainda nesta passagem o caráter de mal-entendido concernente à linguagem.

Neste sentido, Marret ressalta a capacidade que os enunciados mais corriqueiros apresentam de despertar as mais diversas interpretações, propriedade esta que não se funda na competência cognitiva do locutor, mas antes na carga subjetiva de que se reveste esse enunciado para o sujeito.

Desta maneira, a pergunta proferida pela Lagarta se produz como uma metáfora congelada que, será tomada no decorrer da conversa no sentido de um desafio verbal “no qual se opõem o desejo da Lagarta que luta para permanecer no registro do senso comum (...) e o de Alice, que quer encontrar uma resposta para sua pergunta sobre o ser” (p. 28).

E, Marret conclui:

De certo modo, Alice faz disso a experiência da divisão subjetiva: não é mais senhora dos enunciados que produz. Palavras que não tinha intenção de dizer surgiram. Sua experiência evoca a que presidiu para Lewis Carroll a escrita dos contos. O nonsense abre para a intuição do sujeito do inconsciente (p. 28).

São estas, entre tantas outras características, que fazem com que *Alice no País das Maravilhas* não seja visto pelos críticos como um conto infantil, embora tenham sido feitas adaptações com objetivo de torná-lo acessível para as crianças. Nem mesmo sua estrutura é considerada como sendo de um conto de fadas, já que, ao contrário desses, sua narrativa não se encontra sustentada sobre produtos míticos, mas referidos a uma realidade histórica. Deste modo, decorrido mais de um século de sua publicação, Alice é cada vez mais leitura para adulto.

A este respeito, Leite (1980) acrescenta que as cenas descritas em seu texto “não são apenas caprichosas fantasias, pois não há nada por trás dos enredos e personagens (...) que não esteja rigorosamente referenciado, seja através de dados da própria existência de Carroll, seja através de inúmeras alusões literárias, científicas, lógico-matemáticas, etc.” (p. 7).

Vemos ainda que, em muitos momentos de sua análise, Leite parece se colocar como um fervoroso defensor de Carroll, desferindo uma série de críticas aqueles que se propuseram a estudar seus textos, particularmente aos que teceram interpretações psicanalíticas e alegóricas, aos quais ele se dirige dizendo que: “as leituras alegórica e psicanalítica são opostas e complementares por inversão: uma reduz tudo à total intencionalidade objetiva, e outra à total inconsciência das representações poéticas” (p. 9).

A única ressalva que faz se dá ao admitir a leitura – de aparente caráter sociológico – defendida por Laporte (1973) por ter demarcado no conto a sobreposição do princípio de realidade ao princípio do prazer, destacando que “a solução final da volta à realidade não é uma solução liberatória, a não ser para os que tomam a norma como sinônimo de felicidade (que seria, então, identificada à repressão)” (p. 25).

Assim, uma vez que contextualizamos algumas das especificidades relativas à origem do texto, pretendemos tomar Alice como um personagem à parte, na tentativa de traçar um paralelo entre seu discurso e a conflitiva feminina propriamente dita.

Neste sentido, começaremos destacando como momentos lógicos no texto, primeiramente, a entrada de Alice na toca do Coelho Branco, que para além da leitura dada por Leite (1980), caracterizando-a como um rito de passagem entre dois universos – o real e o não real –, interessa-nos por sua semelhança com o processo de entrada em análise.

Trata-se de algo que se marca pela curiosidade despertada em Alice pelo Coelho e pela busca de um outro saber, que a faz enveredar-se por um mundo desconhecido, numa aventura similar à investigação do inconsciente, trazendo à tona o valor do tempo e da precipitação – implícitos no ato de seguir o Coelho cegamente, dada a suposição de saber que se instaura o que, conseqüentemente, leva a menina a cair no poço como a significar a saída do discurso formal para o discurso latente.

De um certo modo, Alice está à procura de um conhecimento outro, que abarca situações relativas ao mundo em que vive e a si mesma, principalmente no que diz respeito a sua subjetividade e identidade, um saber que a auxilie a circunscrever o real que se coloca para ela.

Como decorrência desta busca, Alice vê nos outros personagens com os quais se relaciona – real ou imaginariamente – uma forma de ter respondidas suas questões. Para isto, outorga-lhes um lugar de saber e demanda que lhe ajudem a decifrar suas queixas – rapidamente, transformadas em enigmas.

Desta forma, vemos que a primeira cena do conto, onde Alice pergunta “se o prazer de tecer uma grinalda de margaridas valeria o esforço de levantar-se e colher as flores” (p. 41), é re-significada, à medida que seu lançamento numa aventura

desconhecida parece responder que *vale o trabalho* de construção de um outro caminho a percorrer, de uma outra história a escrever, retirando-a daquela vida alienante e inserindo-a numa outra dimensão que, apesar de trazer-lhe perigos e responsabilidades, pondo em xeque sua astúcia e conhecimento, por outro lado, confere autonomia e liberdade de escolha, colocando seu desejo de modo mais viável.

Além disso, seguindo essa analogia com o processo de análise, é notável como o Outro é tomado por Alice em seu discurso como parte de seu sintoma, o que se percebe claramente quando a personagem, diante da queda, racionaliza seu pavor, esperando que seu “infortúnio” seja reconhecido como um ato de bravura.

Neste sentido, vemos se desenvolver a relação entre o que Alice imagina ser a demanda do Outro e o estatuto que o conhecimento assume em sua história, ficando nítida sua crença em que, para ser aceita e reconhecida, precisa saber.

Esse saber, cuja referência se faz em diversos trechos do conto, acha-se como um pilar de sustentação, em torno do qual a personagem tenta se estruturar.

Desta maneira, revela-se o caráter fálico do conhecimento que atesta a quem o possui um lugar de representatividade na fantasia de Alice, embora se marque, a todo instante, o quanto esta suposta solidez advinda do conhecimento é da ordem do equívoco, do semblante, resultando em pura aparência e inconsistência.

Essa característica pode ser apreendida, por exemplo, quando Alice diz não ter “a menor idéia do que fosse Latitude ou Longitude”, mas por achar as palavras “imponentes” resolve usá-las – mesmo se tratando de um contexto impróprio de quem, na verdade, deveria estar preocupada em como sair daquele precipício sem fim em que se tornara a toca onde caíra –, revelando-se o caráter mascarador desse saber, cujo objetivo último é desviar o olhar do Outro daquilo que o sujeito sente

como lhe sendo faltante, atitude que aponta para a própria dificuldade de Alice em se ver confrontada a sua incompletude e ignorância.

Como consequência desta dificuldade, Alice se posiciona no mundo sempre referida imaginariamente a um “Livro das Normas” (p. 44), o qual acredita conter tudo o que é necessário para viver bem, bastando somente que este seja lido e compreendido em toda sua extensão, algo que Alice supõe ser perfeitamente possível, trazendo à tona os resquícios de uma época remota da infância e da estruturação psíquica da menina, remetendo-nos aos textos freudianos acerca da sexualidade infantil, onde frente à impossibilidade de ascender ao gozo sexual, supostamente pertencente aos pais, o sujeito se mantém preso à crença de que algum dia terá as fichas necessárias para adquiri-lo.

Trata-se de algo ilusório, já que não há como obter esse gozo, motivo pelo qual os adultos também não o possuem, constituindo-se, portanto num saber da ordem do impossível que é significado como impotência, uma vez que o sujeito desconhece esta verdade da estrutura enquanto impossibilidade.

Ou seja, tal como a criança que se descobre sem o pênis, o sujeito não percebe que esse atributo falta a todos, mantendo-se numa busca, muitas vezes mortal, por algo do qual acredita ter sido destituído, seja por um erro cometido ou por um capricho do destino – como é comum se ouvir nas lamentações melancólicas – ou, ao contrário, embrenhando-se num mecanismo misto de mania e obsessividade, como se, para reaver esse objeto perdido, só bastasse trabalhar o bastante, estudar o bastante, acumular o bastante, e assim sucessivamente, a fim de conseguir dar conta desse saber, apropriadamente *contabilizar* esse saber, preencher essa falta.

Assim, Alice parece se encaixar neste último modelo, referindo-se ao livro, em vários momentos de seu discurso, como a uma espécie de entidade portadora desse saber absoluto e como compêndio das regras que devem ser seguidas, acumuladas e contabilizadas como parte de um tesouro que a menina faz questão de mencionar a todo o momento, como uma maneira de se afirmar diante dos demais, como se fosse esse conhecimento que a constituísse como sujeito.

Para demonstrarmos apenas algumas, entre tantas outras situações do tipo, podemos citar a conversa de Alice com o Rato, quando ela faz menção à gramática do irmão, no capítulo dois; ou no capítulo oito, quando ao enfrentar o Rei, diz ter lido em algum lugar que um gato pode olhá-lo de frente. Ou ainda, no capítulo onze, ao se gabar de tudo o que aprendeu nos livros sobre uma corte de justiça.

Deste modo, as relações mantidas entre Alice e seus personagens se dão sempre sustentadas sobre a vertente não só do saber como também do poder intrínseco à disputa que se trava em sua busca.

Em termos psicanalíticos, poderíamos dizer que o que decorre desse processo para o sujeito é que ele se vê protagonista de um abismo profundo que lhe escava ainda mais a falta, na medida em que quanto mais acumula, mais se depara com sua própria insuficiência, velando o saber do Outro como absoluto.

Na verdade, encontra-se desprovido da possibilidade de escolher, já que todo seu esforço está a serviço de responder ao que supõe ser esperado pelo Outro – que nesta etapa, sobretudo pelo que se vê no caso de Alice, não se encontra mais personificado na figura materna, mas internalizado pelo sujeito, sendo sua imagem projetada repetidas vezes a cada novo relacionamento.

Neste sentido, podemos retomar as palavras de Mannoni (1988) ao discutir a função que a criança ocupa para a mãe, quando no princípio de sua constituição ela

“não sabe que é chamada a desempenhar um papel para satisfazer o voto inconsciente da mãe (papel do superdotado, do débil, do doente), sendo de certo modo, raptada no desejo da mãe” (p. 43). Posição esta que, num segundo tempo, uma vez fixada, torna-se de responsabilidade do sujeito, cabendo a ele responder pela cota de gozo que lhe concede seu sintoma e escolher se abre mão ou não deste lugar, partindo em busca de outros objetos, impasse que Alice parece encenar em sua aventura, sem conseguir resolvê-lo a contento.

Constitui-se numa escolha difícil porque, apesar de oferecer ao sujeito uma série de outras possibilidades, por outra via, implica em perda, algo do que o sujeito tenta arduamente fugir, sendo, paradoxalmente, esta tentativa de se esquivar o que dá origem a uma perda muito maior, qual seja, a possibilidade de desejar, tenha visto que o sujeito se mantém atrelado a um único objeto que, de acordo com o grau de dependência que com ele se estabeleça, pode ser considerado como o portador de um gozo mortífero.

Assim, à medida que vamos discutindo estas nuances do psiquismo humano, vemos que não é sem um sentido que Alice se encanta pelo Coelho Branco, cuja máxima na qual se apóia é “não ter tempo a perder” (p. 43), sendo ao mover-se por este lema que ele se perde – e, literalmente, perde seu tempo –, estando vetada qualquer relação mais profunda que pudesse se estabelecer.

Desta forma, sua presença é fortuita e superficial, fazendo-nos lembrar dos belos versos de Drummond ao dizer que :

O importante não é estar aqui ou ali, mas ser. E ser é uma ciência delicada, feita de pequenas-grandes observações do cotidiano, dentro e fora da gente. Se não executamos estas observações não chegamos a ser: apenas estamos e desaparecemos...

Neste sentido, Alice também não é, apenas está e desaparece, como num sonho, tal como o autor, sabiamente, transforma sua aventura ao final do conto. Ao usar o saber como filtro em suas relações, Alice se distancia das pessoas e segue na contramão do que supostamente seria o seu objetivo, isto é, conhecer, mostrando-se fechada a novas significações que possam ser dadas a ela.

Deste modo, representa-se um embate com a figura do Outro que repete não só o questionamento infantil, direcionado ao adulto barrado, como remete ainda ao momento de sua reedição na adolescência, quando o sujeito tenta, inutilmente, apontar o saber do Outro como furado.

Desta operação resulta ainda um outro desdobramento, relativo ao mandato superegóico herdado pelo sujeito, que no caso de Alice se apresenta por um superego por vezes severo, reproduzindo a voz de um Outro autoritário e incompaciente que a impele, entre outras coisas, a trabalhar e a sustentar-se sobre o saber.

No capítulo dois, vemos uma variante deste imperativo representado pela máxima “ter que ser boa”, sob o risco de ser castigada, o que pode ser lido na elucubração de Alice ao falar de seus pés: “... é melhor eu ser boa com eles, senão é capaz de não me levarem aonde eu quiser!” (p. 47). Outro exemplo é quando Alice se vê desesperada, começando a chorar e diz: “Mas que vergonha, uma meninona tão grande chorando desse jeito!” (p. 48).

Na sequência do texto, a questão do castigo se coloca de maneira mais esclarecedora através da seguinte fala de Alice: “ – Seria melhor que eu não tivesse chorado tanto! (...). Serei castigada agora por isso, parece, afogando-me nas minhas próprias lágrimas” (p. 50).

Neste sentido, é interessante notar ainda que em muitos momentos do conto a função de castigo, assim como a demanda de saber, aparece associada à figura

feminina, sendo já a partir do primeiro capítulo que nos deparamos com esta especificidade, quando Alice se mostra coibida de perguntar, a uma suposta senhora imaginada em sua descida pela toca, sobre aquilo que não sabe, sob o risco de ser considerada como ignorante o que assume um caráter de inferioridade, apontando mais uma vez para o estatuto fálico que o conhecimento adquire para ela. Como solução, Alice prefere agir sozinha e descobrir por si mesma aquilo que desconhece.

A prevalência da figura feminina como representante de poder se faz notar também em outros momentos do conto, seja pela personagem da Duquesa, que amedronta o Coelho, seja pela Rainha tirana que submete o Rei e todos os que a cercam aos seus desmandos.

Nestes exemplos, a questão da castração se encontra desvendada pelos castigos a serem impingidos ao Coelho pela Duquesa, e pelo esbravejar constantemente proferido pela Rainha em relação aos que a contrariam no sentido de que “Cortem-lhes a cabeça!”.

Associada a esta imagem de poder absoluto que a mulher adquire para Alice, podemos pensar seu posicionamento frente ao saber como um sintoma que, aos moldes do que Calligaris (1986) descreve como sendo os efeitos da constituição psíquica do sujeito, serve-lhe de defesa diante da demanda avassaladora do Outro materno, ou dito de outro modo, como defesa diante da possibilidade de ver-se confrontada com um real que a ponha diante de seu posicionamento objetal primordial.

Neste sentido, há que se destacar como característica marcante no conto a presença da temática oral, referida não só às cenas em que Alice toma elixires mágicos ou come cogumelos que a fazem crescer ou diminuir, quanto à voracidade

com que se volta para as questões relativas ao saber e à decifração do mundo que a cerca.

Além disso, pode-se atribuir ainda ao tipo de relações que a personagem mantém com as figuras femininas ao longo do texto – ora sendo valorizadas como oráculos prontos a dar aquilo que reivindica, ora sendo consideradas como verdadeiras rivais –, a representação da ambigüidade amor-ódio contida nas trocas entre mãe e filha.

Sobretudo no segundo caso, a mulher é vista como portadora de um saber e poder absolutos, ficando a figura masculina apagada por esse poder, algo que pode ser visto, por exemplo, na relação da Rainha de Copas com o Rei, que ao tentar sorrateiramente burlar as ordens da esposa, sem se impor, acaba por reafirmar ainda mais seu poder, assumindo uma atitude de incapacidade e de impotência que o iguala aos súditos do reino.

No entanto, se por um lado a imago paterna se encontra abalada nesses exemplos, por outro, sua função está mais do que preservada, o que se representa no próprio acirramento da busca e do valor que o conhecimento implica na seqüência do texto e, principalmente, pelo estabelecimento de jogos significantes articulados sobre o simbólico.

Já no que concerne à feminilidade de Alice, vemos que ela surge atrelada às dúvidas de identidade da personagem o que, por sua vez, associa-se a questões relativas ao saber.

Neste sentido, diante da dificuldade em compreender as mudanças sofridas, Alice começa a se indagar acerca de quem é, comparando-se a outras figuras femininas, ao mesmo tempo em que expressa sua preocupação em abrir mão do lugar

que supostamente ocupa no desejo do Outro, buscando assim checar até que ponto mantém o mesmo conhecimento do qual dispunha antes.

No primeiro caso, esta dinâmica pode ser apreendida no seguinte questionamento:

Como está tudo esquisito hoje! (...) Eu era a mesma quando me levantei hoje de manhã? Mas, se não sou a mesma, então quem é que eu sou? Ah, aí é que está o problema! – E começou a pensar em todas as meninas que conhecia e eram mais ou menos de sua idade, para ver se tinha se transformado em alguma delas (p. 48).

É na seqüência do texto, que surge a preocupação com o saber, marcada, sobretudo pelo fato de Alice aventar como hipótese a possibilidade de ter se transformado numa amiga considerada como “*burrinha*”, o que para ela é inadmissível. Diante desta suposição, Alice prefere manter-se reclusa em seu novo mundo a ter de subir e colocar-se como alguém que não sabe, algo que ela expressa com a seguinte fala:

Já resolvi: se eu sou Mabel, então vou ficar aqui mesmo! Não adianta botarem a cabeça e pedirem: ‘Suba outra vez, querida!’ Só vou levantar a cabeça e dizer: ‘Quem é que eu sou? Digam primeiro, e se eu gostar de ser a tal pessoa, então eu subo. Se não, fico aqui embaixo mesmo até que eu seja outra pessoa... (p. 49).

No capítulo cinco, eis que se desenvolve de maneira veemente a relação de dependência que, por vezes, a personagem estabelece com a figura feminina no sentido de ver respondidos seus enigmas e a dificuldade de nomeação por ela vivenciada.

Trata-se de uma dinâmica que se repete tanto na conversa com a Lagarta – já mencionado anteriormente – como com a Pomba. No primeiro caso, quando a Lagarta pergunta quem é Alice; e, a seguir, com a Pomba, quando a dificuldade se dá em nomear-se como uma menina, depois de levantada a hipótese de que fosse uma serpente.

Vemos que, desta forma, o que se encena novamente é a reedição de um posicionamento primordial da personagem em relação ao Outro, o que se constitui num complicador para suas crises de identidade.

Ao se voltar para essas figuras, preponderantemente femininas, outorgando-lhes um lugar de saber, Alice por vezes abre mão do que já sabe, desautorizando-se e esperando haver um saber capaz de responder definitivamente sua questão sobre quem é e sobre o que deve fazer para ser aceita.

Desta maneira, ela se deixa envolver pelos diversos enigmas que lhe são lançados ao longo de sua trajetória, o que ao invés de auxiliá-la acaba por confundir-la ainda mais, fazendo com que, em muitos casos, aquilo que pareceria astúcia se transforme em mera ignorância.

Para finalizar, após discutirmos os pontos que consideramos mais relevantes para pensar a dinâmica da personagem, poderíamos inferir que se Alice não abre mão de seu sintoma isto se deve ao fato de não suportar abrir mão do lugar da mãe como representante fálico o que, em última instância, significaria ter de admitir a própria falta.

Entretanto, ao retomar nossa primeira leitura do conto, quando associamos a aventura de Alice ao processo de entrada em análise, podemos admitir ainda que a personagem balança entre um posicionamento que a fixa em seu sintoma e uma tentativa de solucioná-lo, abrindo espaço para que um outro saber entre em jogo.

Neste sentido, no último capítulo, a aventura de Alice permite entrever uma possibilidade de elaboração ao assumir a dimensão de sonho, que ao ser contado para a irmã, ou seja, explicado pela realidade, possibilita que ocorra um balizamento do desejo de Alice, resgatando-se a função da metáfora paterna que em alguns momentos parecia enfraquecida.

A fim de concluir nossa leitura do texto de Carroll, poderíamos extrair ainda de sua obra a correlação entre o conceito de suplência e de escrita, marcada principalmente pela impossibilidade de se obter um sentido fechado em si mesmo, qualidade que ao mesmo tempo nos reporta à discussão acerca do conceito de alíngua, na medida em que toma a homofonia como motor de seu funcionamento, admitindo significações diversas.

Neste sentido, empreenderemos uma breve discussão acerca do assunto.

6.1. Sobre a alíngua: um parêntese

Antes de darmos início à discussão sobre o termo, gostaríamos de sublinhar a escassez de produções a respeito, talvez pela complexidade ou mesmo pela ambigüidade com que se aborda o tema, ora tomado como *alíngua* propriamente, ora como *língua*, embora guardando o mesmo significado – sendo que o próprio Lacan parece fazer esse uso indiscriminado em momentos distintos de seu ensino. Deste modo, em nossa exposição, conservaremos a escrita original adotada por cada autor citado.

Ao discorrer sobre o que denominou de “*teoria d’alíngua*”, Miller (1974) introduz o tema levantando, entre outras questões, o fato de não haver no discurso uma forma, uma marca instituída que pontue o acento da verdade, sendo que seu

sentido, como bem lembrou Lacan (1972-73), só pode ser apreendido nas entrelinhas, donde se destaca o caráter de semblante que o discurso comporta.

Nas palavras de Lacan (1972-73), “ a alíngua se refere à particularidade de cada um, ao recalcado inconsciente, que se expressa pela via do equívoco ou do engano, introduzindo outra dimensão da verdade a do meio dizer, não toda” (p. 219).

Miller parte dessa noção de equívoco para opor o que é da ordem da ciência e o que se coloca pela via da língua, o que ele faz por referência a Zenão²⁴, para ressaltar o que a língua comporta de disruptivo, o que mais tarde veremos estar em consonância com aquilo que do real a estrutura comporta:

Não conheço emblema mais belo da ciência do que esse punho fechado. O conceito é a apreensão do real – é assim que o discurso do mestre formula o sentido do conhecimento. Agora, o que é que desfaz essa captura, essa captura do conceito a não ser a própria língua? – a rebelde, a inamestrável (p. 61).

Ainda que não se refira especificamente ao termo cunhado por Lacan, o sentido é o mesmo: extrair da *língua* aquilo que ela conserva de falhas e imperfeições – aquilo que lógicos como Frege e Leibniz sonhavam ver eliminado por meio da criação das línguas formais –, como constituinte da matéria prima da psicanálise.

Nas palavras de Miller (1974):

²⁴ Menção ao texto “*Primeiros analíticos*” de Cícero, no qual o autor escreve que: “Salvo o sábio, ninguém sabe o que quer que seja, e isso ele mostrava com um gesto. Ele mostrava sua mão, os dedos estendidos. Eis a representação, *visum*, dizia. Depois, dobrava um pouco os dedos. Eis o assentimento, *assensus*. Em seguida, quando fechava completamente a mão e mostrava o punho, declarava que ali estava a compreensão, *comprehensio*. Daí ter dado o nome de catalepse, que não era utilizado antes dele. Em seguida, ele aproximava a mão esquerda da mão direita e, com força, fechava completamente seu punho; dizia: eis a ciência, *scientia* que ninguém possui, salvo o sábio” (Cícero, apud Miller, 1974, p. 61).

Dizer mais do que se sabe, não saber o que se diz, dizer outra coisa do que o que se diz, falar para nada dizer, não são mais, no campo freudiano, as falhas da língua que justificam a criação das línguas formais. São propriedades inelimináveis e positivas do ato de falar. Psicanálise e lógica – uma se funda sobre o que a outra elimina. A análise encontra seu bem nas lixeiras da lógica. Ou, ainda, a análise desencadeia o que a lógica domestica (p. 62).

Duas décadas depois, ao trabalhar o seminário *Le sinthome*, Miller (2004) vai mais além em suas discussões, descrevendo com Lacan o caminho que leva do simbólico ao real, da linguagem à língua, da estrutura sistema à estrutura divisão.

Dentre suas afirmações está o fato de que “o que se diz não é um dado elementar, não é um dado primeiro. O que se diz já é o que se lê. O que se diz não é o que se quer dizer. A distância entre o que diz e o que se quer dizer é o que permite a interpretação. Ela repousa nesta defasagem” (p. 1-2).

Além disso, coloca que “a estrutura está sempre referida a um despedaçamento inicial, a um montante de peças *soltas*²⁵. (...) a estrutura antes de ser sistema é divisão” (p. 9).

A seguir, remete ao conceito inconsciente articulado por Lévi-Strauss e, posteriormente, adotado por Lacan: “um inconsciente como tal sempre vazio e que, como operador, impõe leis estruturais a elementos inarticulados, a um vocabulário de imagens, de tal forma que faz dele um discurso” (p. 9-10), a esses elementos inarticulados poder-se-ia dar o nome de grande Outro na abordagem lacaniana.

A pergunta que será colocada por Lacan (1972-73), sobretudo no final do seminário “*Mais, ainda*”, é como se passa dessa estrutura divisão, da divisão

²⁵ Nas palavras de Miller (2004), “a peça solta é um objeto que Lévi-Strauss chama de concreto, ou seja, que sempre comporta, quando dele queremos novamente nos servir, alguma coisa predeterminada, devido ao uso original para o qual foi concebido” (p. 7).

significante dos elementos, à estrutura sistema, ao que Miller (2004) responderá dizendo que o elemento sempre conserva alguma coisa da peça solta, fazendo menção ainda ao que Lacan (1972-73) descreve acerca da diferença entre a linguagem e a língua.

Lacan diz que “a partir do momento em que o inconsciente é decifrado, ele só pode se estruturar como uma linguagem, mas essa linguagem é sempre hipotética”, daí extraíndo a diferença com a língua, na medida em que esta se coloca como anterior àquela.

Neste sentido, a linguagem se coloca como elucubração de saber sobre a alíngua, como uma construção ou mesmo uma ficção, sendo este o ponto que Miller (2004) descreve como o responsável pela subversão introduzida por Lacan acerca do conceito de sintoma a partir da formulação dos nós.

Desde então, o importante é “reconhecer na natureza do *sinthome* que ele não é uma formação do inconsciente, e usá-lo logicamente até atingir seu real, supondo que, no fundo ele não tem mais sede” (p. 12). E, Miller adverte, como já marcamos em capítulo anterior, que o uso lógico do *sinthome* se opõe ao deciframento: o primeiro remete à verdade do sintoma e o segundo, ao real do *sinthome*.

É ligado a essa dimensão de real que se introduz a alíngua: na medida em que esta nova formulação permite falar de sintoma como gozo e uma vez que sintoma se define por nó de significantes, logo, há gozo do significante, ao qual se articula alíngua.

A isto, Miller (1974) acrescenta: “a alíngua sem dúvida não se aloja no lugar do Outro da linguagem. O outro da linguagem, ele também, cavalga atrás d'alíngua, perde o fôlego para alcançá-la e o chiste lhe ‘pega em primeira mão’” (p. 70).

Essa diferença, inerente ao termo se marca no ensino lacaniano pela própria construção auferida ao conceito de significante: ao se designar que um significante é o que representa um sujeito para outro significante, trata-se de expor a impossibilidade de defini-lo a não ser por referência a um outro – o que Miller (1974) colocou como concernente a um círculo vicioso, que não admite uma definição a não ser pela posta em jogo de no mínimo dois significantes S_1 e S_2 , conferindo-lhe o caráter aconceitual.

A este respeito há que se destacar ainda o que Lacan extraiu da tese saussuriana a partir da escrita de $S(\overline{A})$, que é traduzida por Miller como: “nada é tudo”, o que, em outros termos representa a instituição do corte, da falta. “Se há apenas diferenças, se um elemento se coloca apenas ao se diferenciar de um outro, então, em não importa qual todo, *um* será a menos. Todo manuseio do significante, toda compreensão do significante, S , em um conjunto A , cria uma perda, notada $S(\overline{A})$ ” (p. 65).

Desta forma, poderíamos concluir esta breve abordagem do tema, parafraseando Miller ao dizer que: “sem essa alíngua não haveria verdade, mas que a verdade nessa alíngua não pode ser definida – ela encontra-se aí em ato, livre, desencadeada. Não há mestre do significante, a não ser derrisório, o *clown*, o bufão do carnaval, ou ainda ‘o Homem mascarado’, mascarado talvez com o rosto da mulher” (p. 67).

Deste modo passamos á apresentação dos casos trabalhados, a fim de apreender para qual parcela de real o discurso das pacientes aponta e de que maneira elas se posicionam frente a este furo.

7. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS CASOS CLÍNICOS

“O sujeito é levado a se comportar de uma maneira essencialmente significativa, repetindo indefinidamente algo que lhe é, propriamente falando, mortal”.

Jacques Lacan

Passemos à apresentação e discussão dos casos acompanhados nesta pesquisa, a partir dos quais pretendemos primeiramente demonstrar de que maneira a constituição psíquica da mulher, sobretudo no que tange ao aspecto sexual, encontra-se diretamente relacionada ao modo como a figura materna é capaz de lhe significar a castração.

Neste contexto, a relação amorosa se coloca numa posição de destaque no discurso dessas mulheres, sobretudo em Doralice e Maria Madalena, quando suas escolhas refletem um posicionamento anteriormente adotado em relação à mãe.

Já questão do conhecimento é evocada como um modo preencher uma falta, da mãe ou das próprias pacientes, e de tentar assim restaurar uma imagem de perfeição.

7.1. Doralice

Doralice busca atendimento, alegando dificuldades no relacionamento com o namorado, de quem já se separara uma vez e por quem nutre *“um amor desmedido e um medo muito grande de ser deixada novamente”*.

Nesta sessão, relata estar no último ano de graduação de uma conceituada universidade, marcando sua angústia frente à conclusão do curso e à injunção que se coloca a partir daí, uma vez que *“sua vida mudaria e ela não se via preparada para isto”*.

Começa a se perfilar o modo como a paciente se relaciona com a mãe e o namorado, oferecendo-se, muitas vezes, como objeto de gozo de ambos.

A mãe, de quem Doralice é totalmente dependente, tanto emocional como financeiramente, é referida como não castrada, como alguém pouco interessada no desejo do outro, extremamente controladora e sempre preocupada em apontar para algo que não está bem na filha, para algo em que ela não corresponde ao desejo materno. O namorado, por sua vez, numa variação da mãe, é visto como *“o detentor da verdade absoluta”*.

No decorrer das sessões, nota-se que Doralice se encontra atrelada a um mesmo padrão: o saber se encontra colocado do lado das mulheres, que não ela obviamente. Os homens nada sabem, questão que se colocará em seu discurso primeiramente em relação ao namorado, estendendo-se para a figura do pai, do irmão e, assim, sucessivamente, com as demais figuras masculinas com quem convive.

Outro ponto levantado concerne à dificuldade de organização relatada por Doralice, seja em relação aos seus pertences pessoais, seja em relação ao próprio

tempo “*sempre insuficiente para realizar o que tem que fazer*”, e como não consegue se organizar, não consegue fazer nada.

Atrelada a esta questão, surge a referência à demanda materna por um corpo perfeito, que se traduz nos diversos regimes realizados pela mãe, durante a infância de Doralice, na plástica abdominal feita recentemente e, sobretudo, na “*implicância*” com a alimentação e a necessidade de ginástica da filha, o que em última instância representa o desejo da mãe por uma filha perfeita, construída a sua imagem e semelhança.

Como consequência desse imperativo, o corpo se mantém praticamente eclipsado no discurso de Doralice, principalmente no que se refere à sexualidade, aparecendo em sua fala apenas quando esta se nomeia como “*a gorda*”, “*a feia*”, “*a indesejável*”, como “*essa coisinha*”, marcando bem sua insignificância frente ao Outro, sobretudo por não conseguir corresponder ao ideal de beleza materno.

Além disso, vê-se articular alguns sintomas conversivos como infecções vaginais, que despertam pavor no namorado “*hipocondríaco*”; enxaquecas, que médico algum consegue descobrir a causa e dores de estômago, ponto de identificação com o sintoma do pai, e para as quais também parece não haver muita solução.

É justamente neste ponto que o pai é introduzido no discurso, representado por um sintoma, que aos olhos da paciente denota fraqueza e insegurança emocional e mostrando-se, basicamente, apagado pela figura materna, para a qual delega até mesmo a responsabilidade de gerenciar o patrimônio e o capital da família.

De certo modo, esta subserviência o fará reproduzir, em muitos momentos, a mesma postura de cobrança da mãe em relação à filha, podendo ser visto, por exemplo, nas constantes defesas que empreende em favor da esposa, ou quando

demanda que Doralice fale e escreva tão bem quanto ele, o que, neste caso, é revertido em seu oposto, ou seja, no verdadeiro fracasso que se instaura tanto nas entrevistas, quanto nos textos produzidos por Doralice, bem como nos concursos realizados por ela.

Cria-se, desta maneira, uma verdadeira fobia por qualquer teste que se imponha, seja no âmbito profissional ou escolar, estendendo-se para momentos em que seja necessário que Doralice trave uma conversa telefônica com alguém que fuja de suas relações familiares ou de amizade. Segundo a paciente, ela “*tem a impressão de que vão faltar as palavras em sua cabeça, e que ela vai ficar muda, sem saber o que falar*”.

Trata-se de uma questão que se associa à dificuldade anteriormente relatada por Doralice de se organizar, fundindo-se num “*fazer nada*” que se repete constantemente em seu discurso, como se suas queixas se encontrassem a serviço da produção de um nada, representado pela constante anorexia mental com que se apresentava, no sentido de *nada* poder ou *nada* saber.

No que se refere ao namorado, o eixo central no relacionamento de Doralice se desenvolve sempre no sentido de verificar o que ela significa para ele, o que resulta em fracasso, já que se vê constantemente posta “*em segundo plano*”.

É como se todas as discussões empreendidas por Doralice tivessem por objetivo checar até que ponto seu desejo conta para o namorado, alguém descrito como assentado num saber absoluto, que ela tenta, sem sucesso, mostrar que não se sustenta, chegando, para isto, a se envolver em diversas situações nas quais segue à risca as “*orientações*” dadas pelo namorado, mesmo que perceba, de antemão, que não darão o resultado esperado, “*só para mostrar que ele não sabe de tudo*”.

Interroga-se sobre o que faria seu namorado gostar dela, e se este gostar é realmente verdadeiro, uma vez que se vê como alguém “*indesejável*”. Coloca, desta forma, uma questão acerca do que seria o desejo desse homem, do que seria o desejo do Outro, mais diretamente relacionado, neste caso, à figura feminina, e, neste sentido, Doralice se pergunta sobre “*o que é ser uma mulher*”.

Na elaboração dessa resposta, Doralice se envereda por uma série de situações onde tenta pôr à prova o que seja esse desejo e verificar se realmente pode despertar algum tipo de interesse no sexo oposto. Para isto, passa a investir em outros homens, na forma de insinuações dirigidas aos colegas da universidade, o que acontece paralelamente ao seu relacionamento com o namorado.

Entretanto, quando vê suas investidas são respondidas, mesmo “*sem fazer muito esforço*”, recua assustada com a abordagem desses homens que anseiam por um contato mais íntimo, e, desimplicada, diz não saber por que tantos homens a procuram.

Como desdobramento dessa questão histórica sobre o desejo, eis que Doralice introduz em seu discurso a figura da Outra, desta vez não mais encarnada na personagem materna, mas relacionada a outras mulheres às quais Doralice se liga numa espécie de colagem e atribuição de saber que a remetem à mesma posição de ignorância e insignificância assumida perante a mãe.

São mulheres falicizadas a quem nossa paciente acredita ser endereçado o olhar e o desejo dos homens e a partir das quais espera, entre outras coisas, responder sua questão sobre o enigma da feminilidade. Diante do que percebemos o quanto Doralice se encontra sustentada sobre um equivoco, a saber: a crença na equivalência entre “*ser mulher*” e “*ter poder*”, entre “*ter poder*” e “*ter amor*”. O que, de certa

forma, esclarece a frase tantas vezes repetida, por ela: “*nada sei, nada tenho, nada sou!*”.

Conhecimento e poder aparecem atrelados por várias vezes no discurso de Doralice que, por acreditar ser desprovida de tal atributo, considera-se também incapaz de despertar interesse no outro, sendo que o saber, neste sentido, tem a conotação de moeda de troca, algo valorizado pelo pai e, sobretudo pela mãe, que a todo o momento lhe marca a deficiência.

Assim, dando seguimento a sua busca por mulheres que representem esse saber que ela tanto almeja, eis que introduz em seu discurso a figura de uma amiga da universidade que passa a ser idolatrada e imitada em todos os sentidos, mas, sobretudo no que diz respeito aos relacionamentos amorosos, sendo com uma grande parcela de gozo que Doralice afirma que seus “*namorados ou foram anteriormente namorados de X., ou virão a ser*”.

Neste momento, Doralice só consegue sentir-se desejada ou engendrar-se na relação com um homem quando revestida da imagem da amiga, a qual considera como o protótipo do que é ser feminina.

Numa de suas sessões, Doralice descreve uma cena vivida entre ela, essa amiga e um colega, na qual trocavam jogos de sedução, o que, num dado momento, despertou em Doralice uma dúvida acerca de sua sexualidade. Dúvida que ela enuncia com a seguinte colocação: “*Mais do que estar com o menino, o que mais me chamava à atenção era minha amiga. Eu ficava olhando para ela e quase chegava a beijá-la! Sei lá, eu fiquei pensando: será que eu sou homossexual?*”.

Paralela à dúvida real que se instaura, vemos surgir a função do “dar a ver”, ou seja, Doralice começa a buscar ser percebida pelo Outro só que, mais uma vez, de modo a colocar-se como um objeto de gozo, convidando o outro a gozar com ela,

querendo causar espanto e horror, algo que começa a ser trazido, entre outras coisas, por seu discurso dramático durante as sessões e pela exacerbação das cenas de choro que descreve com os familiares, amigos e professores, o que nomeia como *“loucura”*.

Desta forma, Doralice reforça perante o olhar do Outro sua imagem de incapacidade e de inimputabilidade, encarnando, através de seus choros e birras, uma postura infantil diante dos homens, como um modo de não se confrontar com sua sexualidade.

Na seqüência dos atendimentos, uma vez trabalhada a necessidade de *“dar a ver”*, eis que a dúvida inicial sobre a homossexualidade se desfaz, embora o deslizamento para outras figuras femininas se mantenha, porém de modo distinto, adentrando o campo profissional, no qual Doralice passa a eleger agora, principalmente pela via intelectual, uma de suas colegas de hospital como a sabedora de todas as respostas acerca de suas dificuldades, tanto amorosas como no trato com seus pacientes, tornando-se tão acirrada sua dependência e anulação a ponto de Doralice não saber responder por seus atos sem antes perguntar para a nova amiga sua opinião sobre o que disse ou fez em seu trabalho, afirmando *“não ser capaz de discernir sozinha entre o que é certo ou errado”*.

Marca-se, assim, um posicionamento que se, por um lado, protege Doralice de correr riscos, eximindo-a de toda a responsabilidade por seus atos, por outro, priva-lhe de colher os frutos de seu trabalho.

Essa desimplicação se verá representar também pelo surgimento dos significantes *brincar/brincadeira*, que permearão não só suas relações amorosas, como familiares e profissionais.

No primeiro caso, o tema se introduz como uma forma de Doralice não responder pelo investimento sexual dirigido aos homens que a cercam. No segundo, como um modo de se desculpar pelas ofensas direcionadas à mãe.

No meio profissional, no qual começa a dar mostras de suas dificuldades já nos estágios da faculdade, esse mesmo significante sofre uma pequena variação, revelando um posicionamento identificatório de Doralice com a figura infantil, onde, nos relatos que faz de seu trabalho com crianças, a paciente se coloca no lugar de quem vai “*brincar*” com elas, quando sua função, na verdade, seria clinicar.

Seu posicionamento encontra como ponto de ancoragem a dependência emocional e financeira, nutrida em relação à mãe, e que será intensificada, neste momento, pela dificuldade de Doralice em estabelecer relações funcionais que não sejam encadeadas pela equação “*amor = moeda de troca*”, dificuldade que se verificará na necessidade de ter todas as suas vontades respondidas pelo Outro, sem que se esforce, ou que produza algo para merecê-lo, sendo que seu valor também será medido por meio do que venha a receber e não por sua capacidade.

Assim, o amor entra na equação como substituto do saber, o que mais uma vez reforça suas expectativas em relação ao Outro, eximindo-a novamente de sua responsabilidade.

Desta forma, “*receber*” ou “*não receber*” assume o significado de ser amada ou rejeitada pelo Outro, e este equívoco trará conseqüências importantes para suas relações profissionais, que se estruturarão basicamente sobre a premissa do “*dão ou não me dão dinheiro/atenção/escuta/amor*”, postergando ainda mais sua assunção ao status de profissional, adulta e mulher, na medida em que, mais uma vez, a falta é posta do lado do Outro.

Neste sentido, Doralice espera sempre que façam por ela, o que é exemplificado na situação em que tem a oportunidade de ser promovida em sua função, mas não reivindica algo para o que teria competência, esperando que uma amiga – ou seja, uma mulher assentada no saber –, faça isso. Desta forma, ela não se expõe ao risco de fracassar e, se algo der errado, pode responsabilizar a amiga, assim como sempre faz com a mãe.

Nesta sessão, Doralice fala ainda do quanto se “*sente a pior pessoa do mundo*”, “*a pior profissional do mundo*”, levantando apenas uma exceção: “*existe alguém pior que eu*”, referindo-se a uma colega cuja figura é totalmente depreciada pelos demais.

Trata-se de um trecho de grande importância para nossa análise, por permitir que marquemos, em sua formulação, a função da estrutura lingüística e sua relação com o sintoma, o que se apreende pelo emprego do termo “*pior*”, empregado por Doralice, e pela posição do sujeito da frase – oculta por trás deste “*eu*” que aparece em último lugar na cadeia associativa. Assim, dizer: “*existe alguém pior que eu*” é bem diferente de dizer: “*eu sou melhor que alguém*”.

Sob este prisma, a posição de Doralice seria equivalente a de Dora, ao situar-se neste ponto de anulação primordial, reconhecendo-se como um sujeito prontamente colocado a responder ao desejo do Outro, cujo poder, por vacilar a potência paterna capaz de barrá-lo, é visto como absoluto.

Encontramos, nesta conflitiva, os pontos de ancoramento das “*crises existenciais*” de Doralice, reforçadas por frases como: “*eu não vejo mais sentido em nada na minha vida*”, “*eu não tenho perspectiva profissional, eu não tenho perspectiva com meu namorado, eu não tenho perspectiva em lugar nenhum, eu*

estou perdida...”, ou pela correlação traçada entre a história de um parente próximo que tenta suicídio e a sua própria história, ressaltando a vontade que sente de morrer.

“*Morrer*”, nesta fala, diz respeito menos à morte real que à busca por um apagamento que protegeria Doralice de entrar em contato com sua falta e a retiraria dessa posição de gozo e de vítima, na qual insiste em se manter.

Desta maneira, a paciente permanece atrelada a uma posição de carente, de coitada, o que a impossibilita, por exemplo, de contar aos amigos e familiares mais pobres de suas viagens para o exterior e dos luxos que sua condição financeira oferece, já que fazê-lo significaria se pôr no lugar de quem tem, de quem não é totalmente desprovida de recursos, de quem tem algo a perder.

Como consequência deste posicionamento, Doralice se apegue a uma suposta completude que se sustenta pelo excesso de depreciação, podridão e migalhas pelos quais se representa.

Desse primeiro momento, de queixas e lamentações, até a concretização de um trabalho de implicação e elaboração transcorrem-se aproximadamente dois anos.

No início deste período, Doralice se inscreve em diversos concursos, nos quais se classifica num nível muito abaixo da média, diante do que, se por um lado se sente deprimida pelo fracasso, por outro revela um certo alívio diante do horror que seria ter que enfrentar uma entrevista. De certo modo, ela se boicota para não ter que se defrontar com essa situação e com o desconhecido – boicote que ela chega a cogitar literalmente em seu discurso.

No entanto, o êxito de outras colegas “*menos capacitadas*” que ela, faz com que tenha dificuldades em manter sua postura de total desimplicação e aparente completude.

Assim, mesmo de maneira desorganizada e ainda um tanto masoquista – como a pedir que lhe seja lançado o chicote –, Doralice busca freneticamente entender o que faz com que fracasse em suas tentativas.

Neste percurso associativo, retoma a referência ao saber intelectual do pai, colocando-o numa posição quase inatingível, por causa de seu conhecimento em escrita e comunicação, assumindo mais uma vez o pólo oposto deste par, ou seja, o de quem nada possui, nada sabe.

Mas, eis que surge neste período uma nova oportunidade de trabalho, perante a qual os questionamentos de Doralice permitiram uma intervenção no sentido de uma retomada dos conteúdos absorvidos em sua formação acadêmica e pessoal.

Desta forma, quebra-se aquela seqüência “*nada tenho*”, “*nada sou*”, favorecendo que algum material pudesse ser aproveitado, construindo-se um corpo que vem dar forma à fala de Doralice em sua entrevista, possibilitando a aprovação no concurso e a entrada no campo profissional.

O corpo teórico que Doralice pôde resgatar em análise e que se constituiu na possibilidade de construção de um Outro saber, que viria a se conjugar no lugar onde antes só se encontrava o nada, adquiriu um outro estatuto, retirando nossa paciente de uma posição de paralisia mental e permitindo que pudesse lançar um outro olhar também para seu corpo físico, marcando sua entrada numa nova modalidade discursiva.

Mesmo que no início este processo tenha se dado pela via do semblante, eis que Doralice começa a relatar preocupações que antes não faziam parte de seu registro, tais como: o trato com o cabelo, com as unhas e a pele, indicando que já era possível olhar para seu corpo sem a necessidade de revesti-lo de um caráter masculinizado.

Além disso, verificamos mudanças também no âmbito dos relacionamentos com o sexo oposto, frente aos quais Doralice começa a apresentar uma leitura mais conciliadora, o que é simbolizado em seu discurso pela frase: *“existe coisas de mulher e coisas de homem”*, como a significar a inoperância, neste momento, de seus antigos questionamentos e reivindicações por uma posição igualitária entre os sexos.

De certa forma, abrir mão dessa identificação com a figura masculina e dessa busca por uma equivalência entre homens e mulheres pôde ser entendido como uma maneira de admitir a diferença, a falta, a castração e, como tal, constituiu-se num importante progresso dentro do tratamento.

No que diz respeito ao campo de trabalho, surge em seu relato a frase *“ir vestida de”*, como uma formulação inicial para o que, num futuro próximo, tornar-se-ia uma possibilidade concreta de entrada, não só imaginária, mas sobretudo simbólica, nos meandros do que significava sua escolha, postura e papel profissional.

Neste sentido, Doralice começa a atentar para a importância de sua fala e de sua intervenção junto aos grupos, aos pacientes e aos profissionais da equipe com os quais atua, e, como não poderia deixar de ser num caso de histeria, essa percepção se reflete também no corpo, pela modificação dos trajes utilizados por ela.

À medida que o tratamento vai transcorrendo, Doralice começa a associar ainda as dificuldades encontradas no trabalho com aquelas dúvidas descritas acerca de seus relacionamentos amorosos, ao relatar o interesse afetivo de alguns de seus pacientes que tentam extrapolar os limites de uma relação clínica, assistencial ou terapêutica, diante do que, pela primeira vez, Doralice parece efetuar um giro de discurso, passando de um momento de desimplicação a um questionamento sobre *“o que de sua postura estaria influenciando as pessoas com quem convivia, de modo a*

despertar nelas um interesse dessa ordem?”. E, conclui: *“há algo meu provocando isto!”*.

Deste modo, Doralice não só consegue formular uma questão na qual se conta como parte integrante e desencadeadora deste processo, como traça ainda uma cadeia na qual pode se lembrar que esses jogos de sedução não começam a se desenvolver somente na universidade, como achava até então, mas que ocorriam já no início de sua adolescência.

A partir deste giro, é contada sua entrada em análise e efetuada a passagem ao divã, após a qual se verá operar outras mudanças.

Dentre elas, tomamos a dificuldade de organização que, se num primeiro momento podia ser lida como uma forma de sustentar o discurso materno, validando a incapacidade e irresponsabilidade da paciente, num segundo tempo designa o momento em que Doralice começa a mudar as coisas que fazia só para atender à expectativa do Outro, passando a dar mostras de seu próprio desejo.

Esta mudança pode ser vista, por exemplo, quando a paciente declara que não gostava de ir à academia – o que só fazia para não ficar gorda e, assim, responder à demanda materna por um corpo perfeito –, ou ainda, quando assume que não gosta de fazer aula de inglês e vai parar o curso para se dedicar a algo de que realmente goste.

Na relação com o namorado também já é possível ouvir a questão de que o desejo não está somente do lado do Outro. Ao descrever uma discussão entre eles consegue lhe dizer que *“a decisão de ficarem juntos não é só dele”*, e perguntar se ele *“já pensou que, de repente, ela pode não querê-lo mais”*.

Além disso, Doralice indaga: *“como eu posso ficar com um homem que diz que, para gostar de mim, eu preciso ser outra pessoa? E, o que fazer se só imaginar*

viver sem ele já é insuportável?”. Ao que ela mesma responde, ao concluir: “eu não posso ficar com um homem para quem eu estou sempre em segundo plano. Eu não posso querer ficar só com as migalhas”.

Vemos ainda a passagem da “loucura”, do “não consigo”, do “é maior que eu” à possibilidade de construir saídas que lhe permitissem dialogar e se posicionar de maneira mais congruente com seus amigos, havendo a quase total exclusão de cenas de crises nervosas e de desespero, fato que favoreceu que a paciente pudesse enveredar por outras questões importantes de sua dinâmica psíquica, passando a traçar metas para o futuro, a planejar investimentos para a sua vida profissional e a pautar suas relações menos na fantasia que na realidade.

Desta forma, vimos encerrar este recorte clínico, que teve as sessões finalizadas em meados do quarto ano de atendimento, por necessidades pessoais de afastamento da analista, sendo que a paciente prosseguiu análise com outro profissional.

A seguir, passamos à apresentação do segundo caso trabalhado na pesquisa.

7.2. Madalena

O primeiro encontro com Madalena, tal como em Doralice, revela uma dinâmica conflituosa em relação à mãe e uma certa dificuldade de se posicionar como sujeito frente à sua onipotência.

Já no primeiro contato, a paciente revela uma necessidade de se submeter ao olhar materno, bem como uma impossibilidade de estabelecer limites que preservassem sua vida pessoal.

A princípio, esta dinâmica se revela no duplo pedido proferido por Madalena, que chega à entrevista acompanhada de seu cunhado, para o qual também reivindica tratamento.

Ao investigarmos seu pedido, o quadro que se desenha aponta por um lado para a identificação da paciente com o posicionamento do cunhado, figura fragilizada e impotente diante da ex-esposa, com a qual convivia sob o mesmo teto, mesmo esta já se relacionando com outros homens, e, ao mesmo tempo, frente ao comando da sogra – senhora absoluta em seu próprio lar.

Por outro, representava um modo de apaziguar o Outro materno, à medida que via no atendimento concomitante com o cunhado uma forma de ver seu tratamento aceito pela mãe, já que alguém de sua confiança acompanharia a filha.

Uma vez esclarecida a impossibilidade de atender a seu pedido e definida a continuidade do processo com Madalena, eis que pudemos nos aprofundar mais no que seria sua conflitiva familiar, constituída por uma aliança entre mãe e irmã com intuito de controlar da paciente e pela presença de um pai descrito como “*um zero à esquerda*”, plenamente assujeitado ao comando materno.

Embora no início de seu tratamento, Madalena estivesse com cerca de vinte e quatro anos, concluindo o segundo curso universitário e trabalhando em duas instituições de ensino, isto não impedia que se sentisse totalmente dependente da mãe.

Todo salário recebido era entregue integralmente a ela; mesmo a paciente dispondo de carro próprio era a mãe quem autorizava seus passeios, apoderando-se das chaves do veículo e liberando-as apenas quando considerava o programa da filha apropriado.

Nessas ocasiões, geralmente incumbia um amigo de sua confiança de acompanhá-la, sendo que em seu regresso exigia satisfações de todos os passos seguidos por Madalena.

Ainda que se queixasse desse controle acerca de seus atos e escolhas, sentindo-se invadida em sua privacidade, Madalena se oferecia como objeto de gozo materno, criando situações que lhe permitiam se colocar como alvo das críticas, opressões e controle da mãe, não conseguindo se dar conta de sua parcela de responsabilidade neste processo e considerando-se impossibilitada de separar-se dela.

Exemplo dessa dinâmica pôde ser visto já a partir de seu primeiro encontro, quando ao mesmo tempo em que manifestava seu desejo de preservar um espaço de escuta, onde pudesse se colocar livremente longe da influência da mãe deixa escapar que esquecera o endereço do consultório em casa, vendo-se *“obrigada a recorrer à mãe”*, fato que lhe abre o acesso para qualquer intervenção futura.

Configura-se um panorama no qual a paciente, mesmo a custo de muito sofrimento e indignação diante da tirania materna, obtém um ganho secundário de seu sintoma, no sentido de ver-se ilusoriamente protegida dos perigos decorrentes da possibilidade de assumir suas responsabilidades e de responder como uma mulher.

Em suas palavras, *“passara tanto tempo vivendo como uma criança, considerada incapaz de responder por si, que sentia que não havia se tornado uma adulta, e que precisava aprender a crescer”*. Entretanto, Madalena oferecia grande resistência em adentrar esse caminho que certamente a levaria a separar-se da mãe.

Embora se tratasse de um processo lógico, Madalena se mantinha atada à vertente concreta da questão, ou seja, para ela a única saída possível residia numa separação de corpos, de casas, ou até de países.

Por mais paradoxal que pareça, esta visão contribuía em muito para a manutenção do quadro de assujeitamento de Madalena, já que como *“ela não possuía meios financeiros para tamanha empreitada”*, excluía qualquer alternativa, mantendo-se atrelada à mãe.

Além disso, por meio de seus relatos, ficava cada vez mais evidente que o corte deveria se dar no nível psíquico, já que a mãe também não considerava nenhuma possibilidade de viver independente da filha, exemplo que pode ser visto quando a paciente encontra emprego num outro estado, depositando nisso sua esperança de morar sozinha, ao que a mãe responde: *“será ótimo vivermos fora de São Paulo”*, já se incluindo no pacote, como se mãe e filha se constituíssem numa só pessoa.

Madalena sempre fora considerada pela mãe como *“a parte podre da família”*, *“como aquela que é sempre do contra”*, *“como a errada”*, *“a perdida”*, sendo preterida em relação à irmã que vive em plena cumplicidade com a figura materna.

Tal predileção e cumplicidade lançam um enigma para Madalena, que pergunta constantemente *“como a irmã pode ser tão querida se sua postura, sobretudo como mulher e como esposa que mantém casos extraconjugais, a igualam a uma prostituta?”*.

Associada a este fator, outra questão que se coloca para a paciente diz respeito à passividade dos homens de sua família: tanto o cunhado como o pai se calam completamente diante das atitudes de suas respectivas esposas, submetendo-se a sua autoridade e aceitando comportamentos levianos.

No que se refere à figura paterna, mais especificamente, Madalena afirma *“não ser possível recorrer ao pai, já que ele é visto como um fantasma na família. Praticamente não existe, nem tem voz frente à mãe”*.

Como desdobramento da relação com a figura materna, Madalena relata ainda dificuldades na vida afetiva.

Refere-se primeiramente a uma união de três anos, algo que se deu após três meses de namoro, e que implicou no rompimento momentâneo com a mãe, dada a rapidez da união e a imposição do rapaz de que a sogra não interferisse na vida do casal.

Madalena admite em sessão posterior que *“a pressa em se casar foi uma tentativa de se ver livre da mãe”*, o que logo resultou em fracasso já que esta não se conformou em ser excluída do controle da vida da filha, *“passando a disputar a posse dela com o genro”*.

Este, por sua vez, consistia numa espécie de negativo da figura materna: homem mais velho, estabilizado financeiramente, profissional da área militar, desde o início revela-se uma figura extremamente controladora e possessiva, que logo proíbe Madalena de trabalhar, colocando-a sob sua completa dependência.

Além disso, segundo a paciente, *“com o casamento, parece ter se formado uma guerra entre sua mãe e o marido, onde para estar com um fazia-se necessário abrir mão do outro”*.

Madalena não suporta a tensão que se estabelece e, dividida entre seguir a vida de mulher casada e a vida de filha submissa, eis que começa a beber e a importunar o marido com suas críticas e sentimento de culpa pelo abandono da mãe, momento em que ele começa a bater na esposa, formando-se o cenário ideal para que *“a mãe invada a casa da filha e a resgate novamente para seus cuidados”*.

A partir de então, Madalena é confinada em “*prisão domiciliar*”. A mãe lhe toma novamente as chaves do carro, passa a manter a casa trancada e a filha sob permanente vigília, impedida de ver ou falar com/e sobre o ex-marido, o qual também não se manifesta no sentido de reatar o casamento.

É neste momento, que a paciente é dada pela mãe como mentalmente incapaz de responder por seus atos, sendo levada por ela para atendimento psiquiátrico.

Constituíam-se a partir de então um paradoxo, onde, na tentativa de fugir à arbitrariedade materna, Madalena acabava por reforçar seu imperativo de gozo, tomando atitudes que mais pareciam endereçadas à mãe, no sentido de reforçar a idéia de que era realmente um fracasso.

Numa dessas tentativas, Madalena pula a janela do quarto, bebe muito e bate o carro, o que é lido pela família como um ato suicida, exacerbando ainda mais sua contenção.

É somente depois de conformar-se aos limites e condições impostos pela família – comandada pela mãe – que Madalena conquista o direito a uma “*liberdade vigiada*”: o controle de seus horários e saídas torna-se ainda mais acirrado, sendo submetida ao acompanhamento de um amigo ou da irmã.

Ao voltar para a casa ocorria sempre uma revista de seus pertences, e a mãe cheirava-lhe o hálito para verificar se fizera uso de álcool.

Não tinha privacidade em seu próprio quarto, que era constantemente invadido pela mãe e pela irmã. Suas conversas telefônicas eram escutadas e sua agenda conferida diariamente.

Numa das noites, quando Madalena chegou pouco depois do horário combinado, ao inspecionar sua roupa, a mãe nota que seu cachecol estava

desalinhado, dando início a uma série de insinuações que denigrem a integridade moral da filha, equiparando-a a uma prostituta.

Na sequência, pede à filha que ligue, por volta das duas horas da madrugada, para o rapaz com quem saiu para que ela possa checar com quem mais a filha se envolveu naquela noite, ao que ela prontamente atende, deixando-se devastar, mas também reproduzindo a postura da mãe ao deixar invadir a vida de um amigo, algo que se repetirá em outros momentos de seu discurso.

Atendendo à imposição materna de distanciar-se do ex-marido, eis que Madalena parte em busca de outros homens, conhecidos em encontros fortuitos, no trânsito, em estacionamentos de shoppings ou bares. Pessoas de quem Madalena pouco sabe e para quem logo abre sua privacidade, a começar por seu endereço, logo se estendendo para sua intimidade, o que mais uma vez reforça a imagem de promiscuidade outorgada pela mãe.

Uma vez estabelecido o primeiro contato com esses homens, Madalena os levava para a casa, reproduzindo a falta de limites vivenciada no âmbito familiar, expondo-se em demasia para parceiros desconhecidos, ao mesmo tempo em que abria caminho para os questionamentos e críticas da mãe e da irmã acerca de seus envolvimento.

Alguns desses relacionamentos se desenvolviam concomitantemente e traziam como principal característica o fato de Madalena se entregar facilmente a seus pretendentes e, a seguir, recuar, dizendo ter sido invadida em sua privacidade, sem se dar conta de que sua atitude, tal como ocorria com a mãe, era o que permitia tamanha invasão.

Paralelamente, tempos depois, Madalena volta a se encontrar às escondidas com seu ex-marido, momento em que equipara a relação mantida com ele à mesma

travada com a mãe, descrevendo-as como “*semelhantes ao uso de uma droga, da qual não se consegue abster-se ainda que faça mal*”.

Decorridos alguns meses de tratamento, Madalena parece aos poucos assumir parte de sua vida, ainda que seus atos se apresentem com um duplo sentido, como nos encontros com o ex-marido, que por um lado representam uma forma de romper com a imposição da mãe, e por outro um modo de assumir a postura da prostituta, à medida que Madalena se torna amante do ex-companheiro que havia se casado novamente, encarnando assim um dos papéis que lhe fora outorgado no discurso materno.

O mesmo ocorre com a retomada da bebida alcoólica que ora serve para que Madalena se afirme como independente da mãe e como capaz de se controlar sozinha, ora como uma forma de dar mostras de seu fracasso, à medida que volta bêbada para a casa, quase sempre carregada por estranhos.

Embora, entre altos e baixos, aos poucos, Madalena consegue retornar à vida profissional, sendo capaz de traçar pequenos contornos, a fim de construir um mínimo de privacidade que a permita se reconhecer como separada da figura materna e, ao mesmo tempo, ver-se implicada em seu sintoma.

A partir de então, eis que a paciente começa a se questionar acerca de suas escolhas amorosas, marcadas em alguns momentos por um posicionamento masoquista, em outros por uma atitude leviana, o que ela percebia como formas de não levar os relacionamentos adiante, assumindo os riscos e a responsabilidade que os mesmos requeriam e como um modo de não crescer, de não se tornar adulta e tão pouco mulher.

Como decorrência de seus questionamentos, Madalena rompe com os relacionamentos fortuitos vividos anteriormente e passa a se dedicar a um único parceiro com quem parece manter uma relação mais sólida.

Nesta etapa do tratamento, Madalena associa seus medos à condição que se formou em relação ao lugar que lhe fora dado pela mãe, e conclui que para resolver seus problemas amorosos e aceitar-se como mulher deveria primeiramente resolver sua questão com a figura materna.

Consolidou-se, assim, uma descoberta importante na vida e no tratamento de Madalena. Uma descoberta que poderia levá-la a trabalhar esta relação ou a recuar e fixar-se ainda mais nela. Infelizmente, Madalena escolhe o segundo caminho.

Assustada com a possibilidade de se confrontar com a mãe, Madalena começa a destruir uma a uma as conquistas efetuadas até então. O vício da bebida, até o momento controlado, vem à tona novamente. Embriagada, num bar, eis que Madalena recorre ao seu outro vício, o ex-marido, ao qual solicita que venha buscá-la, fazendo do mesmo, tão como ocorria com sua mãe, uma testemunha de seu fracasso.

Ao mesmo tempo põe a perder o relacionamento estável que mantinha com o coordenador da escola em que lecionava, mais uma vez por revelar sua intimidade para desconhecidos, desta vez ao falar de seu envolvimento para uma faxineira do próprio estabelecimento em que trabalhava, além de levar ao conhecimento de seu atual parceiro, seu retorno à bebida e seu pedido de socorro ao ex-companheiro, numa sucessão de acting out infinita, que culminou no passo seguinte: as faltas no trabalho e a conseqüente demissão.

Madalena estava novamente diante do que dizia tanto temer, mas que também lhe conferia sua parcela de gozo: a dependência psíquica e financeira da mãe.

Diante dessa situação, suas saídas com amigos se tornam cada vez mais escassas, sendo seu isolamento inevitável.

Dada a falta de dinheiro e a dificuldade em arrumar um novo emprego, Madalena começa a levantar a hipótese de trancar a matrícula na faculdade, o que não só a prejudicaria profissionalmente como ainda aumentaria o tempo de convivência com a mãe.

Estrutura-se, assim, um momento crítico no quadro da paciente que, numa atitude maníaca, começa a questionar todos os âmbitos de sua vida, buscando incessantemente um responsável por sua desgraça.

Nesta ciranda, traz à tona suas consultas psiquiátricas, que considera serem prejudiciais à sua saúde, deixando entrever seu desejo de romper os atendimentos – o que, por associação, logo remeteria a sua concepção do próprio tratamento analítico, que ela viria a abandonar duas sessões seguintes, entregando-se mortalmente ao gozo materno.

Meses depois, ela volta a buscar ajuda, mas com um outro profissional indicado por nós – já que não podíamos atendê-la –, sendo levada pelas mãos da mãe e da irmã, transtornada como uma louca que não pode responder por si.

Concluimos, assim, mais um recorte clínico e damos seqüência à exposição do último caso de nossa tese.

7.3. Maria do Carmo

Maria do Carmo procura atendimento *“por não estar conseguindo levar a cabo os diversos compromissos assumidos ao longo de sua vida”*.

Entre esses compromissos, destacava-se como ideal materno, posteriormente acatado pela filha, a incumbência de que fosse perfeita, motivo pelo qual a paciente fracassava em suas atividades acadêmicas e profissionais, já que diante de qualquer possibilidade de imperfeição abandonava a tarefa pela metade, passando a outra e, assim, sucessivamente, acumulando cada vez mais funções.

Atrelado a este ideal, coloca-se ainda como imperativo materno que a filha se forme em uma universidade pública, realizando assim o sonho que a mãe não pôde concretizar em sua juventude.

Embora Maria do Carmo responda intelectualmente, sendo capaz de ingressar no curso de biblioteconomia de uma universidade altamente conceituada, ela mais uma vez não consegue terminar o que lhe é incumbido, postergando como pode a conclusão de seus estudos, o que perpetua sua dívida com a mãe, mantendo-a presa de suas cobranças.

O peso advindo dessa busca constante por um estado de perfeição absoluta lança seus efeitos principalmente na universidade, onde considerava que para ser uma boa aluna deveria ler absolutamente todos os livros que eram indicados na íntegra, assim como teria que realizar todos os estágios e trabalhos acadêmicos com tal precisão quanto um profissional veterano.

Frente à impossibilidade de cumprir esse mandato, Maria havia desistido de estágios e deixado de realizar trabalhos e provas, o que lhe rendeu a reprovação em alguns semestres do curso, aumentando ainda mais sua angústia uma vez que não terminaria a graduação no prazo esperado, e tão veemente cobrado pela mãe.

Como extensão e acirramento de seu sintoma, eis que a paciente se embrenha em atividades extra-curriculares, como academia de ginástica, curso de línguas, entre outras, o que diminui ainda mais o tempo que teria para se dedicar aos antigos

compromissos, fazendo com que mais coisas fiquem por terminar e aumentando sua sensação de fracasso.

Na verdade, por almejar tanto a perfeição, a questão do fracasso se mantinha constantemente presente em sua dinâmica – e, se voltarmos a sua história familiar, veremos o quanto, desde a mais tenra idade, Maria é responsabilizada pelos fracassos da mãe.

Após a gravidez e o nascimento de Maria, sua mãe vê diminuir ainda mais seu desejo sexual pelo marido.

Alguns anos mais tarde, após ter sido abandonada por ele, a mãe atribui sua separação ao nascimento da filha, que a partir de então recebe a missão de se tornar um exemplo perfeição, como uma compensação para o fato de ter maculado a imagem da família.

Ao relatar este fato, a paciente se lembra de uma cena de sua infância que retrata a angústia que se instaura por meio dessa culpa que lhe é atribuída e que primeiramente deixará seus efeitos sobre a vida escolar da menina, assim, o aspecto intelectual, passa a ser considerado como uma forma de encobrir uma perda insuportável aos olhos da mãe.

Maria conta que um dia, ainda no jardim da infância, estava pintando um desenho, quando sua canetinha vermelha acabou antes que terminasse. Começou a chorar muito, sentindo uma tristeza profunda que nunca mais esqueceu. Na ocasião, a professora a consolou, dizendo que poderia continuar a pintura com lápis de cor. Após muito relutar, ela aceitou a proposta, embora soubesse que nada seria como antes, que já não seria um desenho perfeito.

Anos mais tarde, essa demanda de perfeição se estende não só para vida acadêmica e profissional da paciente – como pudemos apreender de sua queixa

inicial –, como se vê atualizar na cobrança materna de que a filha se torne um exemplo também na vida sexual, o que significava seguir o modelo de “*recato*” da mãe, “*ser direita*” e “*não ficar falada*”.

Desta forma, o incentivo exclusivamente voltado ao campo intelectual representava também uma tentativa de abafar a sexualidade da filha e resguardar o ideal de completude da família.

Neste sentido, pode-se dizer que o conceito de sexo encontrava-se permeado por uma áurea de imperfeição e de fracasso, tendo sido difícil a princípio, para Maria, assumir a escolha de morar com seus namorados.

No decorrer de seu tratamento, veremos que sua decisão de sair de casa tinha ainda como objetivo central afastar-se do lugar onde nascera – um bairro de periferia, “*muito pobre, sujo e violento*” –, do qual Maria se envergonhava por representar “*a soma de tudo o que considerava como imperfeito no mundo*”.

No início da análise, além dos conflitos na relação com a mãe, Maria trazia ainda dificuldades no relacionamento amoroso, onde geralmente se submetia completamente ao desejo de seus namorados, fazendo-lhes concessões no sentido de responder a outro ideal materno: “*ser boazinha*”.

Assim, era raro vê-la comunicar suas insatisfações aos parceiros e expressar suas opiniões de modo a reivindicar seus direitos e fazer valer seus desejos. Ao contrário, geralmente assumia uma postura de ignorância, que favorecia sua desvalorização por parte dos namorados e retirava-lhe a validade de qualquer argumento.

Neste contexto, os choros e lamentações eram constantes, representando uma atitude infantil que a distanciava cada vez mais de seus propósitos.

Numa de suas sessões, Maria relata que o novo namorado com o qual fora viver, “*dividia o apartamento com uma outra mulher*”, uma colega de faculdade, que tinha um cachorro que Maria odiava.

Grande parte das sessões que seguiram traziam como pauta a dificuldade em expor ao namorado seu desafeto pelo cachorro e pela colega do companheiro – a qual ignorava a presença de Maria na casa, deixando inclusive que seu cão estragasse seus pertences.

Maria sentia medo de desagradar, embora dividir o apartamento com outra mulher trouxesse a idéia de dividir o próprio namorado, algo de que só seu deu conta após várias sessões.

Foi somente ao começar a ser capaz de estabelecer certos limites em sua relação com a própria mãe que Maria pôde assumir uma postura mais adulta diante do namorado, demonstrar seus verdadeiros sentimentos e exigir dele uma definição quanto à relação do casal.

No entanto, o impasse quanto à escolha da profissão e a conclusão do curso universitário prosseguiram. Maria questionava se o curso escolhido lhe permitiria fazer o que gostava.

Dado seu apego a verdades absolutas, que se encaixassem unilateralmente entre si, Maria não conseguia perceber que seu emprego atual ia de encontro a suas expectativas anteriores e que o curso de biblioteconomia era o que lhe propiciava esta colocação.

Deste modo, continuava inutilmente buscando alternativas que se colocavam como obstáculo à realização de seus desejos, constituindo-se num gozo que a paralisava, mantendo-a, de certa forma, atrelada por um lado à busca da perfeição e,

por outro, à crença de que era a responsável pela incompletude, infelicidade e fracasso da família.

No que dizia respeito ao pai, pouco era trazido pela paciente, salvo quando passava alguns finais de semana com ele e com a madrasta, ocasião em que geralmente relatava alguma discussão, deixando entrever que mantinha a fantasia de que pudesse vir a estragar o relacionamento do pai com a esposa.

Além disso, Maria se queixava de pouca atenção paterna até o momento em que ela ingressara na universidade, quando este passou então a falar com orgulho da filha para os colegas e a cobrar dela, tal como a mãe o fazia, que concluísse logo o curso –, atitude que deixava Maria indignada, uma vez que sentia que o valor dado pelos pais estava posto no conhecimento que pudesse adquirir e não propriamente nela.

Ao final de quase três anos de tratamento, alguns progressos foram alcançados, sobretudo, no que se relacionava à impossibilidade de completude: Maria parecia perceber que para ser capaz de concluir algo em sua vida teria que abrir mão de alguma coisa, que não seria possível fazer tudo ao mesmo tempo.

Assim, já aceitava a idéia de não terminar o curso no prazo esperado pelos pais e já se mostrava menos exigente consigo mesma, aceitando melhor suas limitações, embora ainda aguardasse por um tempo futuro no qual pudesse realizar seu sonho de perfeição.

Em termos transferenciais, o que se percebeu foi uma tentativa constante de tomar as intervenções da analista como verdade absoluta, aos moldes da relação estabelecida com a mãe e, como resistência a esta suposta verdade, o que se via era a insistência em neutralizar suas intervenções, fosse para afirmar a possibilidade de

perfeição e completude, fosse para apontar para a própria incompetência e fracasso da paciente.

Além disso, dada a quantidade de afazeres que acumulava, era comum faltar às sessões, ou porque havia marcado algo para o mesmo horário ou porque estava tão cansada que não conseguia acordar a tempo.

Em meados do quarto ano de atendimento, Maria abandona as sessões deixando pendente o pagamento do mês anterior, recusando-se a responder aos telefonemas da analista.

Meses depois, deixa-lhe um recado dizendo estar envergonhada por não ter dinheiro para pagá-la e não ter coragem de retomar o tratamento, ou seja, mais uma vez faz de seu ideal de perfeição um impedimento para levar adiante suas escolhas, trazendo como marca de sua culpa um débito que, na verdade, reflete uma dívida anterior com a mãe.

Assim, uma vez que concluímos a apresentação dos casos clínicos, passamos à análise dos dados obtidos.

7.4. Análise dos casos

Um dos fatores que coincidiram na análise dos três casos estudados foi a presença maciça de um imperativo de gozo materno, influenciando o processo de constituição dessas mulheres, gerando efeitos que se refletiram e se transpuseram para suas escolhas amorosas e para seus posicionamentos intelectual e profissional.

Tratava-se de mães que suplantavam o lugar paterno, colocando-se como a lei absoluta no lar e assumindo uma postura fálica, que lhes custava muitas vezes um

encobrimento de sua sexualidade, o que se refletia negativamente sobre a feminilidade das filhas.

No âmbito intelectual, também de maneira unânime, foi possível notar um descompasso entre o que se apresentava como capacidade real de produção de conhecimento por parte das pacientes e o que era percebido por elas como fracasso.

No caso de Doralice, essa questão se fazia presente, sobretudo por uma espécie de anorexia mental com que se apresentava, afirmando-se a todo o momento como desprovida de saber – o que se mostra, entre outras situações, pelo emprego do termo “*não sei*” com o qual dá início à maioria de seus relatos em sessão –, fazendo surgir em seu lugar uma profunda ignorância, que retrata sua fixação numa fantasmática que a leva a demandar que apontemos para seu fracasso e para sua incapacidade, assim como sua mãe o fazia.

Com Madalena, este “apego” a uma postura de ignorância também se repete e repercute na impossibilidade de encontrar meios de se proteger diante da tirania da mãe, ao mesmo tempo em que não reconhece seu potencial profissional e os meios para viver sozinha.

Já para Maria do Carmo, este não saber surge à medida que se considera incapaz de concluir os compromissos que assume e na ênfase que atribui a suas dificuldades, traçando uma linha cada vez mais distante entre o que concebe como ideal e o fracasso que encarna.

Como decorrência desse descompasso, as pacientes se colocavam como defasadas intelectualmente em relação aos demais ou frente a uma meta estabelecida imaginariamente, o que surgia em seus discursos em falas como: “*eu queria tanto ser como aquelas pessoas que conseguem estudar...*”, “*eu queria saber escrever*

como o meu pai...”, “eu tinha que ler mais, mas eu não consigo...”, ou “a X. é tão inteligente, mas eu sou burra, eu não entendo!”.

Desta forma, apresentava-se uma dinâmica intimamente marcada pela figura materna, considerada primeiro modelo de perfeição a ser tomado como ideal de comparação, sobretudo pela imagem de completude e onipotência sobre a qual se sustentavam.

Como desdobramento dessa relação, o lugar outorgado à mãe e, posteriormente, repetido nas escolhas objetais das pacientes, refletiu-se também no endereçamento à analista de que viesse a ocupar o mesmo lugar de onipotência materna, ressaltando suas falhas em detrimento de sua capacidade.

Em relação a Doralice, especificamente, vemos que num primeiro momento a busca de que assumíssemos uma função de saber desencadeia um ponto de resistência no andamento do caso, uma vez que a paciente insiste em se colocar como alguém que nada sabe sobre si, reivindicando esse saber da analista, para refutá-lo a seguir.

Enuncia-se aqui uma questão histórica que se manifesta no sentido de apontar para um furo no saber do Outro, algo que veremos se repetir também com relação à Maria do Carmo, que contesta a intervenção da analista, sobretudo quando se trata de apontar para uma incompletude estrutural.

Trata-se de uma atitude cuja significação se dirige não só no sentido de reforçar um gozo advindo da posição objetal assumida pelas pacientes em relação ao Outro materno, como principalmente se configura por sua impossibilidade de romper com essa demanda, colocando-se como sujeito de seu próprio desejo e assumindo os riscos e conseqüências dessa assunção.

Como Doralice permanece por mais tempo em tratamento, entrando efetivamente em análise, podemos ver essa questão trabalhada, ao menos em parte, até o final de nossos encontros, de modo que ela passa a se implicar em seu sintoma, sendo capaz de se deslocar de uma posição passiva e masoquista em relação ao Outro e de se apropriar de sua história.

O mesmo não se dá no caso de Maria do Carmo, que outorga ao tratamento o lugar reservado anteriormente a outros segmentos de sua vida, cuja tarefa não consegue concluir, abandonando as sessões e perpetuando, assim, uma dívida impagável com a figura materna, na tentativa de corrigir uma falta que não é sua, mas cuja responsabilidade recai sobre si, justamente no momento em que aceita a incumbência de responder por ela.

Já para Madalena, o imperativo materno por vezes encarnava o estatuto de lei, diante da qual as queixas proferidas pela paciente assumiam mais um caráter de indignação, de deslumbramento e de alienação frente ao Outro, que um questionamento que indicasse a existência de um furo no saber ou um balizamento no poder avassalador da demanda materna.

Embora, à semelhança da relação com a mãe, demandasse a todo instante que a analista lhe dissesse o que fazer, que decisões tomar e assegurasse que suas atitudes fossem ou não corretas, Madalena se viu frustrada em suas tentativas.

Como alternativa, para minimizar os efeitos negativos da insistência nesse endereçamento constante, optamos por fazer a passagem da paciente ao divã no momento em que esta começa a se incluir como responsável pelos fracassos em suas relações amorosas e reconhecendo a necessidade de trabalhar a relação com a mãe.

No entanto, Madalena não suportou confrontar-se com seu desejo e romper com a dependência materna, assumindo em seu lugar uma atitude que põe a perder os avanços obtidos até então, culminando no abandono do tratamento.

Assim, em ambos os casos foi possível perceber, em algum momento do percurso, uma fuga das pacientes no sentido de eximir-se da implicação de seu discurso e ações, sendo que se por um lado isto significava que, para elas, o saber se encontrava firmado no pólo oposto ao delas, por outro lado também indicava que o fracasso ficava com o outro, revelando uma dinâmica que expunha a parcela de ganho secundário extraída do sintoma.

Ainda associado à dificuldade de reconhecer um saber que oferecesse sustentação frente ao que sentiam como uma demanda avassaladora do Outro, deparamo-nos com os efeitos do discurso materno sobre o que diz respeito à estruturação da sexualidade dessas mulheres, seja em sua concepção de corpo, seja na escolha do parceiro e do tipo de relacionamento mantido com ele.

Neste sentido, percebemos tanto em Doralice como em Madalena uma dificuldade em se reconhecer como mulher, resultando por vezes numa tentativa de apagamento do corpo como sexuado.

Em Maria do Carmo, embora houvesse uma demanda claramente formulada no sentido de que mantivesse o recato, preservando o nome da família, seus efeitos se mostraram mais amenos, caracterizados principalmente por uma postura infantilizada com que se colocava em suas relações amorosas, no início do tratamento.

Com Doralice a questão se revelava mais complexa, principalmente pelo fato de a paciente não se considerar desejável ao olhar masculino, nomeando-se como

“*moleque*” e enumerando uma série de características – nenhuma correspondendo à realidade observada –, para justificar sua suposta masculinidade.

No caso de Madalena a mesma dialética se refletia no questionamento acerca do que levaria os homens a se interessarem por ela, ao passo que ela própria não se reconhecia como adulta, tampouco como mulher.

No que concerne à relação amorosa, propriamente dita, veremos que os relacionamentos vividos por essas mulheres, em sua maioria, remontavam o impasse articulado com as figuras parentais, constituindo-se uma escolha objetal do tipo anaclítica, onde antes de buscar no parceiro amoroso um reflexo de seu próprio eu, era o discurso e a imagem dos pais e, sobretudo da figura materna, o que buscavam reencontrar, numa tentativa sintomática de resolver o enigma de sua existência, a saber: “*quem deveriam ser para atender o desejo do Outro?*”, e “*como fazê-lo sem que isto significasse seu total desaparecimento como sujeito?*”.

Assim, a princípio, poderíamos levantar como hipótese a existência de uma identificação dessas mulheres com um modelo de pai fragilizado, considerado nulo e eclipsado sob o desejo materno. O que se confirmaria pelo destaque auferido à figura materna, falicamente colocada como quem sabe e detém o poder, destinando às filhas um de lugar de submissão e uma posição supostamente homossexual – menos no sentido de uma escolha objetal propriamente dita, e mais na prevalência de uma admiração e ódio exacerbados em relação à mãe, cujo semblante será buscado em seus demais relacionamentos, perpetuando-se o padrão de uma relação pré-edípica.

Nesta seqüência, que se desenha claramente no sentido de uma estruturação histórica, vemos surgir em certo momento do tratamento de Doralice, Madalena e Maria um redirecionamento de olhar e questionamentos voltados para figuras femininas, como uma forma de buscar respostas para o que seja o desejo de um

homem, remontando a conflitiva psíquica de identificação com a figura masculina, sobretudo no que esta se faz representar por um pai enfraquecido diante do poder da mãe.

Assim, no caso de Doralice, surge a dúvida acerca da homossexualidade a partir de sua fixação na figura da amiga de faculdade, dúvida que ganha ênfase na cena de sedução vivida por Doralice em relação à amiga, o que mais uma vez se desdobra num endereçamento à figura da analista, como a convidá-la para que também goze naquela situação.

Como manejo, fez-se necessária a adoção de uma atitude de abstinência, ora representada por momentos maiores de silêncio, ora pelo corte antecipado da sessão. Intervenções que viriam no sentido de promover um esvaziamento dessa relação imaginária que tentava se formar, e possibilitar que a paciente pudesse entrever sua parcela de responsabilidade na constituição de seu sofrimento.

Além disso, em termos estruturais, o endereçamento de Doralice pôde ser lido ainda como parte de sua dinâmica histórica na qual a paciente tenta, através de uma encenação visual e discursiva, reter o olhar do mestre sobre si, outorgando à analista, mais uma vez, a função de responder como Outro absoluto, não castrado, introduzindo-a, desta forma, no rol das mulheres eleitas para subjugar-la.

Já no caso de Madalena, vemos que essa questão se colocava pela via de sua relação com a irmã sobre a qual vemos se fixar o olhar da paciente, podendo-se mesmo aventar a hipótese de que o comportamento, por vezes leviano, com o qual estruturava seus relacionamentos amorosos fossem, na verdade, uma tentativa de experimentar o que considerava como sendo o posicionamento promíscuo da irmã, sem contar que o significante da prostituição e todos os termos a ele associados,

encontravam-se fortemente investidos pela mãe de Madalena, que atribuía várias vezes este lugar à filha.

No que diz respeito à Maria do Carmo, vimos que a culpa que lhe fora impingida pela separação dos pais torna-se um fardo, a ponto de supor, mesmo anos depois, a possibilidade de ver a história se repetir por meio de sua “*intromissão*” na vida do pai e da madrasta.

Além disso, o único momento em que se referiu à outra mulher, que não à mãe, como uma questão, foi por ocasião do conflito com a colega que dividia apartamento com o namorado, algo que permitiu à paciente confrontar duas situações opostas e que envolviam comportamentos distintos do namorado, causando-lhe perplexidade.

A este respeito, poderíamos nos remeter primeiramente a uma atitude omissa diante dos desvarios cometidos pela amiga, ao mesmo tempo em que Madalena era criticada por coisas menores, mesmo se esquivando de expor seus verdadeiros sentimentos por medo de desagradar o namorado.

Configurou-se assim um cenário que possibilitou à paciente deparar-se com um furo em sua antiga teoria de que “*ser boazinha bastava para ter as pessoas a quem amava ao seu lado*”, facilitando que se posicionasse mais firmemente, inclusive como mulher, pronta a defender seu território e a lutar pelo homem que desejava.

Desta forma, pudemos ver respondidas algumas das questões levantadas no início deste trabalho, sobretudo no que diz respeito à influência materna na constituição da sexualidade feminina, que diante do posicionamento fálico das mães, parece desenvolver-se envolta em conflitos e questionamentos, relacionados a uma

auto-imagem quase sempre depreciada, a uma tendência à masculinização, infantilização ou repressão da vida sexual.

A questão colocada acerca do estatuto do conhecimento na vida dessas mulheres parece ter se revelado pelo avesso do que alimentávamos como expectativas.

Embora estivesse presente nos três casos, o aspecto intelectual não ocupava a posição central no discurso das pacientes, mas sim o seu contrário, ou seja, a sensação unânime de fracasso e incapacidade com a qual conviviam.

Apenas em alguns momentos no discurso de Doralice, poderíamos dizer o conhecimento tenha ocupado um estatuto fálico em sua história, bem como no caso de Maria, quando o aspecto intelectual é posto pela mãe como uma forma de remendo para uma perda ou falta na família.

Nos demais seguimentos, o que se fez notar foi a existência de um processo onde as dificuldades psíquicas suplantam o saber intelectual, a ponto de o sujeito considerar-se desprovido de tal habilidade.

8. O MOMENTO DE CONCLUIR: DO “NÃO QUERER SABER NADA DISSO” A UMA ESCRITA POSSÍVEL

“Eu me identifico na linguagem, mas somente ao me perder nela como objeto. O que se realiza em minha história não é o passado simples daquilo que foi, uma vez que ele já não é, nem tampouco o perfeito composto do que tem sido naquilo que sou, mas o futuro anterior do que terei sido para aquilo em que estou me transformando”.

Jacques Lacan

No momento em que nos propomos a concluir este trabalho não poderíamos deixar de retomar os pontos colocados como delimitadores de nossa pesquisa a fim de enumerar, posteriormente, os resultados a que chegamos.

Desta maneira, levantamos como problema de pesquisa a necessidade de realizar um estudo psicanalítico sobre os avatares da sexualidade feminina, tendo como ponto central de discussão averiguar os diferentes posicionamentos assumidos pela mulher na tentativa de responder ao mal-estar estrutural que norteia sua constituição.

Neste sentido levantávamos como hipótese a possibilidade de uma saída para suportar a falta de um significante de nomeação para a mulher pela via intelectual, na medida em que se revestir do caráter fálico atribuído ao conhecimento se tornaria uma forma de tentar circunscrever este real.

Para isto, adotamos o dispositivo dos três tempos do Édipo lacaniano como protótipo para acompanhar a evolução do desenvolvimento da tese, usufruindo os efeitos inerentes a uma reviravolta descrita anteriormente no interior da própria teoria psicanalítica e que consiste ao estabelecimento da primazia fálica na leitura dos processos psíquicos.

Ancorados neste modelo, pudemos acompanhar as especificidades concernentes ao posicionamento da mulher frente ao desejo materno, sobretudo no que obtivemos através dos casos clínicos; frente à função paterna, bastante discutida ao abordarmos a relação de Camille Claudel com o pai; e, por fim, em relação à cultura, quando nos referimos de modo genérico ao conceito de suplência e *sinthome*, inserindo a arte – em todas as suas formas de expressão – como uma possibilidade de escrita de um real que não se pode circunscrever de outro modo.

Assim, no que diz respeito ao primeiro tempo, partíamos da premissa freudiana de que só seria possível compreender as mulheres a partir de uma investigação de sua relação com a figura materna durante a fase pré-edípica, aventando-se ainda a hipótese de que o desenvolvimento da sexualidade feminina poderia encontrar destinos diversos, de acordo com o modo como lhe fosse significada a castração pela mãe, que constaria como figura de destaque no processo de estruturação do sujeito feminino.

Entre as saídas possíveis, destacávamos a opção por um posicionamento masculino caracterizado, sobretudo por uma reivindicação fálica junto à mãe e por

uma tentativa de negação ou de escamoteamento da castração – situação na qual o conhecimento figuraria como um instrumento capaz de manter essa ilusão de completude, tanto do lado materno quanto do sujeito.

Com base nos dados levantados nesta primeira fase, sobretudo por meio da análise dos casos clínicos, o que se obteve foram relatos que descreviam a figura materna como provida de um caráter fálico acentuado, outorgando a essas mulheres o comando do lar e das finanças dos maridos, que por sua vez eram considerados como fracos, de pouca expressividade ou mesmo como impotentes, imagem esta que era transmitida para as filhas, sendo significada, em termos psíquicos, como uma incapacidade do pai de circunscrever adequadamente a demanda materna, deixando-as entregues aos desmandos desse Outro devastador.

Deste modo, ao introduzirmos a questão do saber, pela via do conhecimento e, portanto, como representante fálico, fomos levados, por um efeito retroativo, a considerá-lo, por um lado, como resultado de uma resposta do sujeito – no caso as pacientes analisadas – ao desejo materno.

Embora caiba ressaltar que tal resposta nem sempre se deu no sentido de se considerarem dotadas de um conhecimento excepcional, mas antes de valorizarem a busca por esse atributo como aquilo que poderia resgatar novamente um lugar privilegiado junto à mãe, recobrando-lhe uma falta narcísica que se reverteria, conseqüentemente, na restauração de uma falta no próprio sujeito.

Por outro lado, a mesma questão poderia ser considerada ainda como defesa contra esta demanda materna terrificante – o que se verificaria por meio da tentativa da histérica em preencher a falha advinda do enfraquecimento paterno ao se colocar como detentora do saber que falta ao Pai.

Deste modo, estaríamos diante dos dois posicionamentos básicos da neurose, o primeiro referido a um posicionamento mais próximo ao obsessivo, sustentado a partir da nostalgia do ser, no qual o sujeito busca se identificar ao objeto do desejo do Outro, e o segundo, como descrito anteriormente, voltado a atender à dialética do ter, circunscrevendo um funcionamento característico da histeria.

Portanto, a dimensão sintomática residiria justamente nesse movimento de constante reivindicação de um objeto que há muito está perdido e que jamais poderá ser reencontrado, fundando uma hiância, responsável pelo descompasso percebido pelo sujeito entre o que seria seu estatuto pulsional e aquilo que pode ser alcançado por ele.

No caso da mulher, se não é efetuada uma renúncia a esta posição reivindicatória, eis que ela se manterá presa ao lugar de identificação fálica que lhe foi outorgado pelo Outro, vivenciando suas faltas no nível da impotência e não da impossibilidade e, portanto, conservando-se sustentada tanto sobre a predominância do sentimento de inferioridade quanto de inveja, oriundos da ausência do pênis, partindo em busca de outros objetos substitutos capazes de lhe conferir a tão almejada imagem de completude, dentre eles, o conhecimento.

Em Camille, vimos que esta busca se desenvolvia sob os efeitos de uma dinâmica obsessiva, onde era a figura paterna o elemento central na busca por reconhecimento.

Já nos casos estudados, é interessante notar que, ao contrário de nossa hipótese anterior, nenhuma das pacientes parecia responder de um lugar masculino, ao menos no que se refere à capacidade de reconhecer-se como detentora deste objeto fálico, mas ainda assim almejavam o conhecimento como algo que faltava, mesmo que em termos efetivos ele operasse a contento.

Todas se colocam pela via do não saber e, ao empreenderem a procura por esse falo, também pela via do não ter, indicando que uma outra força se encontra atuante no sentido de barrar o desejo materno, ou seja, o pai faz função, ao desempenhar um papel fundamental no processo de constituição psíquica, no que se refere à interdição da relação do sujeito com o desejo do Outro primordial, e na circunscrição cognitiva, no que diz respeito à escolha do objeto compartilhado nesta relação, a partir do que se dá a instituição de ideais egóicos que vêm em substituição ao que anteriormente se colocava como eu ideal, à medida que a intervenção paterna permite resgatar o sujeito do lugar de objeto do desejo do Outro e instaurar a falta estrutural.

Eis que entra em cena um segundo tempo na pesquisa, voltado a abarcar o aspecto simbólico envolvido no sintoma do sujeito, sobretudo quando se trata de considerar os fatores concernentes à disposição cognitiva.

Desta forma, sobretudo ao adentrarmos o campo da histórica, configura-se uma possibilidade de abordar mais veemente a questão do pai, inclusive ao tomarmos como princípio o processo de identificação da menina, voltado num segundo tempo para a figura paterna.

Neste contexto, nossa leitura acerca do conhecimento permitiu inseri-lo como um substituto na equação de deslocamento simbólico: pênis = filho, assim teríamos a possibilidade de escrever pênis = conhecimento.

No entanto, esta equação formulada anteriormente na abordagem freudiana, ganha mais sentido sob a pena de Lacan, quando se substitui o pênis pelo falo, trazendo à tona a questão do Nome-do-Pai e, deste modo, favorecendo esse deslizamento para outros objetos capazes de assumir o mesmo papel diante da falta.

Além disso, esta mudança de paradigma permite estabelecer uma nova concepção acerca do que se dá no âmbito amoroso, uma vez que o falo ao se constituir como o significante da falta, representa também a marca do equívoco que resulta como efeito da linguagem e, conseqüentemente, da ação da metáfora paterna no discurso, deslocando a discussão sobre a escolha objetal de um circuito meramente imaginário, pautado nas diferenças entre amor anaclítico ou narcísico, e trazendo à tona uma questão de escrita, sustentada sobre a noção dos *nomes do pai*, ou do *sinthome*, agregada ao tema por Lacan nos últimos anos de seu ensino.

Com essa mudança de foco eis que também a mulher passa a contar com um dos nomes do pai, o que podemos acompanhar ao tomarmos a dimensão do amor em sua associação ao processo de sublimação, onde o corpo da mulher assume para o parceiro o estatuto de uma obra de arte que pode ser assinada à medida que ele a nomeia.

Ademais, ao considerarmos a arte em referência ao conceito de suplência, pensamos conciliar as duas formas de saber, primeiramente no que se refere à dimensão inconsciente, ao se instituir como aquilo que vem dar suporte onde falha a metáfora paterna e, posteriormente, com relação ao conhecimento, a partir do produto do *sinthome*, capaz de promover o enodamento necessário para que não ocorra, por exemplo, a deflagração de uma crise psicótica, ou uma saída que traga menos sofrimento, como no caso da mulher diante de sua falta, assumindo, portanto a função de escrita.

Entretanto, acreditamos que esta operação na neurose só se torna possível por menção aos aspectos transgressivos concernentes à sublimação, de modo a possibilitar que o sujeito transforme um sintoma clínico em *sinthome*, ou seja, é

preciso que suporte uma parcela de real, o que colocaria a mulher numa posição privilegiada em relação ao saber.

Talvez a especificidade da relação da mulher com o saber e com o conhecimento resida mesmo nessa interface entre um real irrepresentável de sua estrutura – e que também se empreende nesse processo transgressivo – e um simbólico que tenta escrever *o que não pára de não se inscrever*.

Há que se abdicar de uma marca significante para se deixar tomar como objeto, deixando se guiar por um outro saber, ainda que os instrumentos para descrever esse caminho Outro sejam oriundos do simbólico.

Neste contexto, constitui-se um saber que se coloca pela via do *não saber* e que opera no sentido de denunciar sempre algo do real que, mesmo revestido por uma máscara, é impossível de negar, um real que a mulher encontra como dizia Freud, na própria carne e que Lacan depois referendou à falta de um significante.

É este vazio que se apreende na fala das pacientes; na tentativa desesperada de preenchimento impetrada por Alice, na obra de Camille – que longe de representar apenas sua desventura no amor, falava de algo concernente ao universo feminino; e nos versos e textos de diversas escritoras como Cecília Meireles, Clarice Lispector, entre outras; e que nem todas as mulheres são capazes de pôr em jogo.

Diante do que se pode concluir que é o *não saber* o responsável pela produção do conhecimento que vem tentar preencher este buraco, motivo pelo qual a relação entre saber inconsciente e saber constituído se mostra indissociável.

Assim, a mulher empresta sua voz à arte para dar testemunho daquilo que se coloca como impossível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, S. (1986). **O que quer uma mulher**. Rio de Janeiro, Imago, 1998.

_____. (1986). Uma menina e sua mãe. **O que quer uma mulher**. Rio de Janeiro. Imago, 1998, pp. 170-188.

AULAGNER-SPAIRANI, P. Le “désir de savoir” dans ses rapports à la transgression. In: KUPFER, M.C.M. **O desejo de saber**. São Paulo, Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1990.

BERNARDINO, L. M. F. **O diagnóstico e o tratamento das psicoses não decididas: um estudo psicanalítico**. São Paulo. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, 2000.

CALLIGARIS, C. **Introdução a uma clínica psicanalítica** – seminários. Salvador, Cooperativa Cultural Jacques Lacan, 1986.

_____. (1986). **Perversão – um laço social? (Conferência) / Introdução a uma clínica psicanalítica (Seminários)**. Salvador, Cooperativa Cultural Jacques Lacan, 1986.

_____. (1989). **Introdução a uma clínica diferencial das psicoses**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989. 125p.

CARROLL, L. (1865). **Aventuras de Alice no país das maravilhas**. São Paulo, Summus editorial. Tradução e organização de Sebastião Uchoa Leite, 1980.

DELEUZE, G. (1971). *Logique du sens*. Editions du Minuit, Paris, apud CARROLL, L. (1865). **Aventuras de Alice no país das maravilhas**. São Paulo, Summus editorial. Tradução e organização de Sebastião Uchoa Leite, 1980.

GUATIMOSIM, B. B. Camille Claudel: uma escuta ocular. **Percurso** – Revista de Psicanálise. Ano XI, nº 21, 2º semestre, São Paulo, Instituto Sedes Sapientiae, 1998.

HARARI, R. **Como se chama James Joyce?** – a partir do seminário *Le Sinthome* de J. Lacan. Salvador: Ágalma; Rio de Janeiro: Campo Matemático, 2002. (Discurso Psicanalítico, 9).

FRIGNET, H. Nó e enodamento borromeano (continuação). **Dicionário de Psicanálise Freud & Lacan**. Salvador, Ágalma, 1997, pp. 169-177.

FREUD, S. (1908). Teorias sexuais Infantis. **Obras Completas**. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

_____. (1910). Leonardo da Vinci, uma lembrança de infância. **Obras Completas**. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

_____. (1912). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. **Obras Completas**. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

_____. (1913 [1912-13]). Totem e Tabu. **Obras Completas**. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

_____. (1923). A organização sexual infantil. **Obras Completas**. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

_____. (1924). A dissolução do complexo de Édipo. **Obras Completas**. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

_____. (1931). A sexualidade Feminina. **Obras Completas**. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

_____. (1933 [1932]). A feminilidade. **Obras Completas**. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

_____. (1937). Análise terminável e interminável. **Obras Completas**. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

GARDNER, M. (1975). The annotated Alice. Penguin Books, Ingl.. Apud CARROLL, L. (1865). **Aventuras de Alice no país das maravilhas**. São Paulo, Summus editorial. Tradução e organização de Sebastião Uchoa Leite, 1980.

HOLQUIST, M. (1969). “What is a Boojum? Nonsense and modernism” in Alice Wonderland. Norton Critical Edition, apud CARROLL, L. (1865). **Aventuras de Alice no país das maravilhas**. São Paulo, Summus editorial. Tradução e organização de Sebastião Uchoa Leite, 1980.

JERUSALINSKY, A. (1993). Camille Claudel – uma neurose obsessiva feminina. A neurose obsessiva. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**. nº 17, Porto Alegre. APPOA, 1999. pp. 26-36.

JULIEN, P. **Psicose, perversão, neurose**: a leitura de Jacques Lacan. Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 2002.

KUPFER, M. C. M. **O desejo de saber**. São Paulo, Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1990.

LACAN, J. (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998. (Campo Freudiano no Brasil).

_____. (1954-55). **O seminário: livro 2** – o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; Trad. Marie Christine Laznik Penot, com a colaboração de Antonio Quinet. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985. (Campo Freudiano no Brasil).

_____. (1955-56). **O seminário: livro 3** – as psicoses. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; Tradução de Marie Christine Laznik Penot, com a colaboração

de Antonio Quinet. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985. (Campo Freudiano no Brasil).

_____. (1956-57). **O seminário: livro 4** – a relação de objeto. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995. (Campo Freudiano no Brasil).

_____. (1957-58). **O seminário: livro 5** – as formações do inconsciente. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999. (Campo Freudiano no Brasil).

_____. (1957-58). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998. (Campo Freudiano no Brasil).

_____. (1958). A significação do falo. **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998. (Campo Freudiano no Brasil).

_____. (1960). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998. (Campo Freudiano no Brasil).

_____. (1960-1961). **O seminário: livro 8** – a transferência. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992. (Campo Freudiano no Brasil).

_____. (1961-1962). **L' identification** – Séminaire 1961-1962. Inédito.

Publicação para circulação interna da Association Freudienne Internationale, 1996.

_____. (1962). Diretrizes para um Congresso sobre sexualidade feminina.

Escritos. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998. (Campo Freudiano no Brasil).

_____. (1964). **O seminário: livro 11** – os quatro conceitos fundamentais.

Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; Trad. M.D. Magno. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998. (Campo Freudiano no Brasil).

_____. (1964). **La logica Del fantasma** – Seminário XIV. Inédito.

_____. (1969-70). **O seminário: livro 17** – o avesso da psicanálise. Texto

estabelecido por Jacques-Alain Miller; Trad. Ari Roitman; consultor, Antônio Quinet. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992. (Campo Freudiano no Brasil).

_____. (1970). Lituraterra. **Outros escritos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

(Campo Freudiano no Brasil).

_____. (1971-72). **...Ou pior – seminário XIX 1971-1972**. Inédito. Publicação

interna da Associação Freudiana Internacional. Salvador, 2003. Aula de 9 de fevereiro de 1972, p. 69.

_____. (1972-73). **O seminário – livro 20**: mais, ainda. Texto estabelecido

por Jacques-Alain Miller; Tradução de M.D. Magno, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985. (Campo Freudiano no Brasil).

_____. (1973-74). **Les non dupes errent**. Inédito.

_____. (1974-75). **R.S.I.** – O seminário 1974/1975. Inédito.

_____. (1976-77). **L'insu que sait de L'une bévüe S'aile à mourre**. Inédito.

_____. (s.d.). Homenagem a Lewis Carroll. In Miller, J. A. (2003) org.. **Ornicar?** – De Jacques Lacan a Lewis Carroll. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2004.

LAPORTE, H. (1973). Alice au pays des merveilles. Structures logiques et representations du désir. Repères / Mame, Paris, apud CARROLL, L. (1865). **Aventuras de Alice no país das maravilhas**. São Paulo, Summus editorial. Tradução e organização de Sebastião Uchoa Leite, 1980.

LEITE, S. U. (1980). O que a tartaruga disse a Lewis Carrol. In CARROLL, L. **Aventuras de Alice no país das maravilhas**. São Paulo, Summus editorial. Tradução e organização de Sebastião Uchoa Leite, 1985.

LEONARD, L. S. **E a louca tinha razão!** – canalizando a explosão dos instintos para uma vida criativa. São Paulo. Summus editorial. 1993.

MANNONI, M. **A criança retardada e a mãe**. São Paulo. Martins Fontes, 1988.

MARRET, S. Lacan sobre Lewis Carroll. In Miller, J. A. (2003) org.. **Ornicar?** – De Jacques Lacan a Lewis Carroll. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2004, pp. 11-31.

MELMAN, C. **Novos estudos sobre a histeria**. Tradução de David Levy. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985. (Série Discurso Psicanalítico, nº 2).

_____. (1995). La oralidad: seminario. s/l. Homo Sapiens, apud MORETTIN, A. V. (2001). Algumas reflexões a respeito da oralidade na histeria feminina. Op. cit.

MILLER, J. A. (1974). Teoria d'alíngua. **Matemas I**. Tradução de Sérgio Laia; revisão técnica de Angelina Harari. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1996. (Campo Freudiano no Brasil).

_____. (1987). Quarta conferência – Respostas e questões em aberto. Falo – Revista Brasileira do Campo Freudiano. nº 2, jan/jun. Salvador. Fator Editora. 1988.

_____. (2003) org.. Ornicar? De Jacques Lacan a Lewis Carrol. Rio de janeiro. Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. (2004). Peças soltas – primeira e segunda lição do curso. Trad. Vera Lopes Besset. São Paulo. Orientação Lacaniana III, 6, 24/nov./2004.

MORETTIN, A. V. (2001). Algumas reflexões a respeito da oralidade na histeria

feminina. Apud ALONSO et alls (2002). Figuras Clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo. Departamento de Psicanálise Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo, Escuta.

PAIVA, A.L.Z. (et alls). A solução joyceana. **Letra Freudiana**. Do sintoma ... ao *sinthome*. Ano XV nº 17/18. pp. 110-115.

POLLO, V. **Mulheres históricas**. Rio de Janeiro. Contra Capa, 2003.

POMMIER, G. (1992). **A ordem sexual** – perversão, desejo e gozo. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. (Transmissão da Psicanálise).

QUINET, A. (1993). **As 4+1 condições de análise**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.

RABINOVICH, D. S. **O desejo do psicanalista** – liberdade e determinação em psicanálise. Rio de Janeiro. Companhia de Freud, 2000.

REIS, E. **Superdotação e psicanálise: uma questão do desejo**. São Paulo. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, 2001.

RIBEIRO, M. A.C. **Um certo tipo de mulher**: mulheres obsessivas e seus rituais. Rio de Janeiro. Rios Ambiciosos, 2001.

RÔHEIM, G. (1974). “From ‘Further insights’”, in Leslie, S. Aspects of Alice. Edited

by Robert Phillips. Penguin Books, Ingl., apud CARROLL, L. (1865). **Aventuras de Alice no país das maravilhas**. São Paulo, Summus editorial. Tradução e organização de Sebastião Uchoa Leite, 1980.

SOLER, C. **O que Lacan dizia das mulheres**. Tradução de Vera Ribeiro; Consultoria Marco Antonio Coutinho Jorge, Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2005.

TOMAZ, J. **Trilhamentos do feminino**. Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 2001.

VIEIRA, C. Sintoma. **Letra Freudiana**. Do sintoma... ao *sinthome*. Ano XV nº 17/18. 1996. pp. 53-57.

VIDAL, M. C. V. Um quarto de volta. **Letra Freudiana**. Do sintoma... ao *sinthome*. Ano XV nº 17/18. 1996. pp. 87- 92.

VIDAL, E. A. Sinthoma e escritura. **Letra Freudiana**. Do sintoma... ao *sinthome*. Ano XV nº 17/18. 1996. pp. 116-124.

VIVIANI, A. L. Sobre a sexualidade (masculina). In: VIVIANI, Alejandro L., org. **Sexualidade feminina – masculina**. São Paulo, Experimento, 1996. pp. 91-104.

WAHBA, L. L. **Camille Claudel: criação e loucura**. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1997.